

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Área de História
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História

À margem da economia:
Cachaça e protocampesinato negro no litoral sul
fluminense
(1800-1888)

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal Fluminense,
como requisito para obtenção do título de Mestre

Camila Moraes Marques
Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Hebe Mattos

Niterói
2011

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Área de História
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História

À margem da economia:
Cachaça e protocampesinato negro no litoral sul fluminense
(1800-1888)

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal Fluminense,
como requisito para obtenção do título de Mestre

Camila Moraes Marques
Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Hebe Mattos

Banca examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. María Verónica Secreto Ferreras
Universidade Federal Fluminense

Prof^ª. Dr^ª. Elione Silva Guimarães
Arquivo Histórico de Juiz de Fora

Niterói
2011

Aos jongueiros de Mambucaba e do Quilombo de Santa Rita do Bracuí,
por suas histórias de luta e coragem que nos servem de exemplo.

Sumário

Sumário	4
Lista de tabelas	5
Resumo	7
Introdução	8
Capítulo 1. A economia fora da <i>plantation</i> : o litoral sul fluminense no século XIX	12
1.1 O Rio de Janeiro e a historiografia	12
1.2 O litoral Sul Fluminense	15
1.2.1 A produção de alimentos	18
1.2.2 A cachaça e o tráfico de escravos africanos.....	30
A expansão da cana-de-açúcar e a produção da cachaça no litoral sul fluminense	30
A inserção da cachaça do Rio de Janeiro no tráfico de escravos africanos	44
Capítulo 2. As propriedades rurais em Angra dos Reis	57
Capítulo 3. Origens do campesinato negro em Angra dos Reis	89
3.1 Quilombos e campesinato negro	89
3.2 Revisitando a “brecha camponesa”	92
3.3 Os escravos da Fazenda de Santa Rita do Bracuí	99
Conclusão	115
Bibliografia	117
Fontes	117
Livros e artigos	117
Artigos eletrônicos	120
Anexos	121
Inventários selecionados: Comarca de Angra dos Reis (1800-1900). Museu do	
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJRJ	122
Lista de produtores de cachaça de Angra dos Reis indicados no Almanak Laemmert	
(1850-1870)	124
Genealogias	126

Lista de tabelas

- Tabela 1: Entrada de embarcações no Porto do Rio de Janeiro em 1791 e natureza da carga
- Tabela 2: Engenhos e produção de alimentos por escravos no agrofluminense em 1778
- Tabela 3: Crescimento do número de engenhos e engenhocas na capitania do Rio de Janeiro entre 1769 e 1778
- Tabela 4: Engenhos e engenhocas na capitania do Rio de Janeiro - 1799
- Tabela 5: Entrada e saída de embarcações do porto do Rio de Janeiro (1791-1807)
- Tabela 6: Comércio de cabotagem – gêneros que entraram pela Barra do Rio de Janeiro (1791-1808)
- Tabela 7: Entrada de embarcações no Porto do Rio de Janeiro em 1791 e natureza da carga
- Tabela 8: Dados relativos à produção da capitania do Rio Janeiro (1779-1780)
- Tabela 9: Cargas transportadas por barcos saídos do litoral sul-fluminense em direção ao Rio de Janeiro (1827-1888) / transporte de aguardente
- Tabela 10: Distribuição dos inventários selecionados por período
- Tabela 11: Concentração e distribuição dos bens por período
- Tabela 12: Tipos de culturas por período
- Tabela 13: Quantidade de cafezal por período
- Tabela 14: Quantidade de mandiocal por período
- Tabela 15: Quantidade de canavial por período
- Tabela 16: Produção de cachaça em Angra dos Reis - 1800 a 1880.
- Tabela 17: Transporte de aguardente por barcos saídos de Angra dos Reis em direção ao Rio de Janeiro (1827-1888)
- Tabela 18: Origem dos escravos por período
- Tabela 19: Origem dos escravos africanos (1800 a 1888)
- Tabela 20: Distribuição dos escravos africanos por período
- Tabela 21: Classificação dos escravos não-africanos (1800 a 1888)
- Tabela 22: Cor dos escravos de origem “angrense” e “Ilha Grande”
- Tabela 23: Distribuição dos escravos não-africanos por período
- Tabela 24: Tamanho das escravarias por período
- Tabela 25: Ocupação dos escravos por período
- Tabela 26: Faixa etária dos escravos por período

Tabela 27: Taxas homem / mulher entre a população escrava por período

Tabela 28: População escrava e população livre nas freguesias de Angra dos Reis, 1840

Tabela 29: População escrava e população livre nas freguesias de Angra dos Reis, 1872

Resumo

No Brasil imperial, a província do Rio de Janeiro dividia-se em áreas econômicas específicas e interligadas que geralmente não se enquadravam ao modelo de *plantation* existente no Vale do Paraíba. O litoral sul fluminense especializou-se, durante a segunda metade do século XVIII, na fabricação da cachaça que, aos poucos, conquistava os mercados africanos fornecedores de escravos. A expansão do tráfico conduzida pelos negociantes cariocas esteve diretamente relacionada ao fortalecimento da produção da bebida em Angra dos Reis e Parati, até meados do Oitocentos. Neste momento, a abolição das importações de africanos inaugurava um novo contexto socioeconômico no litoral sul: a diminuição do comércio da cachaça ampliava a agricultura de abastecimento e, ao mesmo tempo, a venda de cativos para as áreas cafeeiras deslegitimava o escravismo, forçando o estabelecimento de novas relações de trabalho. As comunidades escravas cristalizaram-se e buscaram ampliar os espaços de autonomia dentro das grandes unidades rurais, formando o que chamamos de protocampesinato negro na segunda metade do século XIX.

Abstract

At Imperial Brazil, the province of Rio de Janeiro divided itself in joined specific economics areas that usually doesn't fit to the plantation model invigorated in Vale do Paraíba. South Littoral Fluminense were specialized in 'cachaça' production during the second half XVIII century, and this production conquered slowly the Africans slaves furnishers markets. Black slaves traffic expansion leaded by cariocas' traders was directly reported to the 'cachaça's' production encouragement, principally in Angra dos Reis and Paraty, till early XVIII century. This time was distinguished by the black slave external traffic abolition, and a new historical moment begins in the South Littoral social economic context: the reduction of 'cachaça's' trade enlarged the supply agriculture, and in another hand the internal black slave traffic for coffee producer areas were deprived of legitimization, forcing a new work relationship. Communities slaves, crystallized as a community (because they become stabilized in families) and fight for create new work relationships inside the big rural properties, being, at the XIX century, the called black 'protocampesinato'.

Introdução

Um dos ensinamentos do Jongo¹ diz que para entrar na roda e colocar os pontos é preciso pedir licença. Através dos pontos, agora sabemos, os escravos que vieram da África Central para o Sudeste do Brasil, entre o final do século XVIII e 1850, puderam dialogar sobre suas experiências, desafiar companheiros de cativeiro e até combinar fugas. Os historiadores da escravidão brasileira começaram a alcançar esse conhecimento quando passaram a buscar as ações daqueles que poucas vezes apareciam diretamente nos documentos oficiais e nas diversas fontes produzidas pelos setores dominantes.²

O projeto “Jongos, calangos e folias: música negra, memória e poesia”, colocado em prática a partir do ano de 2006 por um grupo de pesquisadores da Universidade Federal Fluminense³, registrou as memórias de comunidades rurais negras do Estado do Rio de Janeiro para, entre outros objetivos não menos importantes, escrever parte da história que foi omitida. Os relatos recolhidos dos descendentes de escravos iluminaram aspectos do passado que hoje se apresentam como se fossem inéditos.

Fazendo parte da equipe de pesquisa do projeto, pude acompanhar a realização das entrevistas desde o início até o ano de 2008, quando concluí minha graduação e ingressei pouco tempo depois no Programa de Pós-Graduação da mesma universidade. Este trabalho resulta do acúmulo das investigações e experiências que adquiri em “Jongos, calangos e Folias”. Tentarei explicar nesta introdução os caminhos percorridos e as escolhas feitas ao longo da pesquisa. Com base nos depoimentos que ouvi e nos lugares que visitei, peço licença aos jongueiros de Angra dos Reis para, através de suas vozes, “colocar meus pontinhos” na roda da história da escravidão durante o século XIX, no litoral sul fluminense.

Antigamente nós não importava. Hoje em dia o pessoal... o pessoal descobriram o valor que tem a terra e cada um cercavam, né? Por causa que... progresso. [...] depois que veio o progresso que a pessoa viu que

¹ Manifestação de canto, dança e percussão realizada por comunidades do Sudeste identificadas como afro-brasileiras. Ver: LARA, Sílvia H. & PACHECO, Gustavo (orgs.). *Memória do Jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein*. Rio de Janeiro: ed. Folha Seca; Campinas, SP: ed. Cecult, 2007.

² Sobre a mudança de perspectiva nos estudos da Escravidão brasileira, ver: SILVA, Eduardo, REIS, João José. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. 2ª. reimpressão. São Paulo: ed. Companhia das Letras, 2005.

³ “Jongos, calangos e folias: música negra, memória e poesia” foi um projeto elaborado por Hebe Mattos e Martha Abreu, professoras do Departamento de História da UFF vinculadas aos laboratórios de pesquisa LABHOI e Nupehc, com patrocínio da Petrobrás. Site do projeto: <http://www.historia.uff.br/jongos>.

ninguém faz nada de cima pra baixo, é tudo de baixo pra cima. Então a terra criou valor, né?⁴

Manoel Moraes,
Quilombo de Santa Rita do Bracuí

O litoral sul fluminense, atual região da Costa Verde, compreende os municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Parati e representa uma importante área para o Estado do Rio de Janeiro por seu forte potencial de atração turística. Cidades como Parati, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1974, e Angra dos Reis, com suas cobiçadas praias e ilhas, tornaram-se alvo da especulação imobiliária após a abertura da estrada Rio-Santos (BR 101), na década de 1970.

Para as autoridades e para grande parte da população desses municípios a abertura da rodovia significava a chegada do progresso na região. Entretanto, para um grupo específico o acontecimento desencadeou um processo de acirradas disputas envolvendo a propriedade territorial. Referimo-nos às famílias de descendentes de escravos existentes na região que conseguiram permanecer por mais de um século nos espaços onde viveram e trabalharam seus antepassados, ainda sob o regime escravista. No depoimento do senhor Manoel Moraes, bisneto de escravos da antiga Fazenda Santa Rita do Bracuí, localizada em Angra dos Reis, a ideia de progresso aparece diretamente ligada à valorização da terra pelo “pessoal” de fora, mas os antigos habitantes do Bracuí sempre lhe reconheceram valor. Conduzidos pela lógica do uso coletivo da terra, não precisavam demarcar limites – situação que se transformou depois da Rio-Santos.⁵

Atualmente reconhecidas pelo termo Quilombo, as comunidades de descendentes de escravos se organizam politicamente e se articulam para garantir o direito a terra, mas essa não é uma luta recente.

Nos momentos iniciais da pesquisa, em 2006, levantamos um grande número (hoje certamente multiplicado) de comunidades quilombolas em diferentes regiões fluminenses. No litoral sul entramos em contato com o Quilombo de Santa Rita do Bracuí, antiga Fazenda Santa Rita, e com o Campinho da Independência, localizado em Parati. Além do fato de possuírem a memória do tempo do cativo, notamos que a permanência dos núcleos familiares nas áreas exatas das antigas fazendas escravistas foi

⁴ Acervo UFF Petrobrás Cultural: <http://www.historia.uff.br/jongos/acervo/>. Entrevista registrada em DVD n. 01-0020.

⁵ É importante ressaltar que dentro das áreas das atuais comunidades quilombolas não existem demarcações de terreno como cercas e muros. As famílias respeitam os limites que foram informados pela oralidade e sedimentados pela memória.

outro ponto em comum. Essas famílias, como veremos neste trabalho, tiveram origem na segunda metade do século XIX, a partir do fim do tráfico de africanos para o Império brasileiro.

O litoral sul fluminense, neste momento, passava por uma transição econômica forçada em consequência do fim das travessias atlânticas rumo à África. Perdia-se um mercado de peso que absorvia quase toda a lucrativa produção local de cachaça, e somavam-se a isto as dificuldades em adquirir mão de obra escrava, cada vez mais valorizada e escassa. Os setores ligados ao comércio portuário também tiveram que se reestruturar por conta da abertura da Estrada de Ferros D. Pedro II, em 1860, diminuindo paulatinamente suas atividades.

Diante de tal quadro, a agricultura de alimentos foi uma das poucas atividades que se pôde continuar a desenvolver sem susto. Os escravos rurais que escaparam à venda via tráfico interno, em direção às áreas de ponta da economia imperial, viram ampliar as chances de formar famílias e estreitar laços de identidade através das experiências em comum do cativeiro. E aqui voltamos às comunidades quilombolas do litoral sul fluminense, mais precisamente à seus ancestrais.

Neste contexto de transição econômica, apenas os proprietários mais estruturados conseguiram manter suas escravarias. Estas, que antes se ocupavam principalmente com a fabricação da cachaça para o tráfico transatlântico, vivenciaram intensamente o abandono das atividades dos engenhos nas unidades rurais e souberam agir de acordo com a nova conjuntura. O caso dos escravos da Fazenda Santa Rita do Bracuí é exemplar porque revela a conquista de espaços de autonomia dentro do escravismo, ou seja, o acesso a terra e os benefícios adquiridos com ela. Mas acreditamos que este não foi o único caso. Através do registro da doação da fazenda por José Breves à seus escravos e dos depoimentos recolhidos junto aos atuais moradores do local, dentre eles o senhor Manoel Moraes, conseguimos unir as duas pontas da história.

Este foi o caminho que resolvemos trilhar na presente pesquisa. “*À margem da economia: cachaça e protocampesinato negro no litoral sul fluminense (1800-1888)*” quer dizer, em primeira instância, as atividades econômicas que fugiram ao esquema da *plantation*, experiência comumente generalizada a toda província do Rio de Janeiro. A fabricação da cachaça, embora muito referenciada nos trabalhos acadêmicos, quase sempre teve sua dimensão minimizada. A existências das roças próprias dos escravos nas unidades rurais fluminenses ainda requer mais investigações.

A fabricação da bebida até meados do século XIX na região sul, que ocupava boa parte da mão de obra cativa, estava bastante comprometida com os mercados de troca de escravos africanos. Por isto, os impactos da repressão das travessias atlânticas a partir de 1850 foram sentidos com mais intensidade. Os efeitos sobre a população escrava, como a ampliação das atividades protocamponesas, só poderiam ser percebidos se levássemos a investigação até o período final da escravidão, daí a definição do longo recorte temporal.

Em resumo, o capítulo 1 trata das diversas atividades desenvolvidas no litoral sul fluminense visando enfatizar a produção da cachaça. Utilizando relatos de viajantes e pesquisas recentes de autores que se dedicaram à região, formulamos um quadro geral para tentar explicar o funcionamento da economia e a crescente demanda da bebida desde fins do período colonial. Procuramos aprofundar o conhecimento da ligação entre a cachaça e os mercados de escravos africanos na primeira metade do Oitocentos.

O capítulo 2 apresenta a análise de 38 inventários *post-mortem* de Angra dos Reis, entre 1800 e 1888, buscando identificar os efeitos do fim do tráfico atlântico sobre a produção e a população cativa das unidades rurais. Analisamos também alguns anos do *Almanak Laemmert* localizando fabricantes de aguardente e cruzando essas informações com as dos inventários.

O terceiro e último capítulo analisa o contexto favorável à ampliação do acesso à parcelas de terra pelos escravos nas grandes unidades rurais de Angra dos Reis. Apresentamos o exemplo da experiência protocampesina dos escravos da Fazenda Santa Rita do Bracuí, de propriedade de José Breves. Utilizamos como fonte os relatos dos moradores atuais da antiga fazenda, registrados no acervo UFF Petrobrás Cultural.

Capítulo 1. A economia fora da *plantation*: o litoral sul fluminense no século XIX

1.1 O Rio de Janeiro e a historiografia

Atualmente não é mais possível pensar a escravidão na história do Brasil dentro dos antigos marcos definidos por uma perspectiva tradicionalista. O acúmulo de pesquisas nos últimos trinta anos comprovou a existência de uma série de atividades econômicas que foram estruturadas sob a lógica do escravismo moderno, mas com padrões e mecanismos de reprodução diferenciados. O estudo de regiões marginais às áreas de ponta da produção brasileira colonial e imperial tornou-se comum, prática que contribui para problematizar esquemas sociais simplistas. Entretanto, ainda há trilhas a serem exploradas.

O período oitocentista ficou marcado pela expansão da cultura cafeeira no atual Sudeste e pela primazia desta atividade econômica nas exportações do Império do Brasil.⁶ Com lavouras desde a baixada até a serra, a província do Rio de Janeiro dominou a produção no decorrer do século, sendo superada pelo Oeste Paulista apenas na década de 1890.⁷ Este quadro definiu uma visão monolítica que permaneceu intocável décadas a fio.

A historiografia da escravidão brasileira coleciona inúmeros trabalhos sobre as zonas de *plantation*, geralmente destacando o Vale do Paraíba no século XIX.⁸ É relevante o volume da produção dedicada à área em decorrência tanto das grandes fazendas que possuía quanto do tamanho das escravarias que viviam nas mesmas, fatores que, sem dúvida, influenciaram significativamente a vida política e econômica do Império. Porém, a centralidade das pesquisas nesta região contribuiu senão para ampliar sua experiência a toda província fluminense, transformando-a numa imensa

⁶ Caio Prado Jr. explicou, de modo geral, o novo contexto da economia brasileira no século XIX: o deslocamento do eixo econômico das velhas regiões agrícolas do Norte para as mais recentes do Centro-Sul (Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo) e a decadência das lavouras tradicionais – cana-de-açúcar, algodão e tabaco – paralelamente ao desenvolvimento da produção do café. Este acabará por figurar-se quase isolado na balança econômica brasileira. PRADO JR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: ed. Brasiliense, 2004.

⁷ VIANA, Oliveira. “Distribuição geográfica do cafeeiro no Estado do Rio”. In: *O Café no Segundo Centenário de sua Introdução no Brasil*. Rio de Janeiro: DNC, 1934.

⁸ A título de exemplo: STEIN, Stanley J. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Tradução: Vera Bloch Wrobel. Rio de Janeiro: ed. Nova Fronteira, 1990; SLENES, Robert. *Na Senzala Uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: ed. Nova Fronteira, 1999.

lavou agroexportadora, ao menos para dificultar a visualização das lacunas que poderiam revelar um quadro social mais dinâmico e complexo. Crítica semelhante já havia sido elaborada por João Fragoso ao tratar da economia colonial. O autor se posicionou contra a ideia de que esta produção teria atendido exclusivamente o setor externo.⁹

Ao final da década de 1980, como resultado dos questionamentos levantados em ocasião do centenário da Abolição no Brasil e, também, pela expansão dos programas de Pós-graduações em História no país, verifica-se um processo de revisão dos estudos da escravidão brasileira e a abertura de novos caminhos de pesquisa.¹⁰ Felizmente, alguns desses trabalhos surgiram com uma proposta diferente daquela presente nas produções acadêmicas anteriores, como as monografias regionais que “*analisaram minuciosamente a instituição de uma perspectiva geográfica limitada e tentaram demonstrar a especificidade da instituição em determinadas conjunturas*”¹¹.

Inseridos nessa historiografia, escapando da tão conhecida região do Vale do Paraíba, temos dois importantes trabalhos dedicados ao norte fluminense nos períodos colonial e imperial, respectivamente. Sheila de Castro Faria em *A Colônia em Movimento*¹², analisou a região de Campos dos Goitacazes no momento de transição da pecuária e da cultura de alimentos, atividades voltadas ao mercado interno, à produção de cana-de-açúcar para exportação. Esta expansão econômica acabou por atrair diversos grupos sociais em busca de estabilidade. Dentre eles estavam forros negros ou mestiços tentando formar famílias (núcleo econômico, social e político da sociedade colonial) e fugir do estigma da escravidão. A percepção de tais migrações, não só de alforriados como também de comerciantes e filhos de grandes proprietários – estes em busca de

⁹ “Como já vimos, de acordo com os trabalhos mais clássicos da historiografia brasileira, a economia colonial se resumiria, no essencial, às unidades voltadas para a exportação. Daí decorre seja a inexistência, seja a atrofia de setores mercantilizados ligados ao abastecimento. A agricultura de alimentos e a pecuária ou bem existiriam no interior das *plantations*, ou girariam ao redor desta, ou ainda estariam fundadas naquilo que alguns chamam de ‘economia natural’. Em outras palavras, com exceção das poucas áreas mais urbanizadas, a reiteração da economia colonial seria incompatível com a existência de um mercado interno de peso e, portanto, contínuo no tempo”. FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 100.

¹⁰ Sobre uma análise da historiografia da escravidão brasileira, ver: SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Tradução: Jussara Simões. Bauru, SP: ed. Edusc, 2001; e RIOS, Ana Lúgão, MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira, 2005.

¹¹ SCHWARTZ, op. cit., p. 39.

¹² FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento, Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

status e fortuna através do casamento – enriqueceu o entendimento do processo da formação social brasileira.

Por sua vez, o trabalho de Hebe Mattos contribuiu para diminuir uma lacuna na história brasileira da agricultura de alimentos. Em *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*¹³, a autora pesquisou a lavoura comercial e escravista de baixos rendimentos em Capivary, no século XIX, buscando

levar em conta a ação social dos agentes locais e os condicionantes regionais da estrutura socioeconômica do município, de modo a analisar as transformações ocorridas numa agricultura escravista não exportadora e nas condições de existência dos chamados homens livres pobres num momento em que a compulsoriedade do trabalho entrava em crise.¹⁴

Como resultado, Hebe Mattos concluiu que, embora estivesse na periferia da economia imperial, Capivary não existia à margem do circuito comercial. Muito pelo contrário, sua produção possibilitava controlar a política e a economia da região, bem como manter estreito contato com os centros comerciais da província.

As duas obras que aqui destacamos foram inovadoras por terem comprovado a necessidade de investigar modelos sociais incompatíveis aos padrões das áreas de *plantation*. A partir delas e de pesquisas subseqüentes começamos a entender que o Rio de Janeiro do século XIX não se resumia à experiência do Vale do Paraíba. Além de ser grande produtora e exportadora de café, a província era formada por um conjunto de regiões interligadas e especializadas que atendia aos interesses comerciais de grandes fazendeiros e negociantes de escravos. Estamos falando do norte fluminense, com sua produção de açúcar, e do caso menos investigado, embora conhecido, do litoral sul. Algumas teses e dissertações já concluídas formularam um quadro econômico geral da última região, mas poucas trataram das questões as quais nos propomos aprofundar, que são a dimensão da produção da cachaça e a existência de protocamponeses no interior das unidades agrícolas escravistas.

“À margem da economia”, como o título apresenta, poderia significar antes de uma posição econômica marginal, as atividades que foram esquecidas ou subestimadas pela história. É importante enfatizar que em épocas determinadas a produção da cachaça, por exemplo, assumiu um lugar central na vida dos habitantes de cidades como

¹³ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009.

¹⁴ Idem., p. 15.

Angra dos Reis e Parati, o que torna curioso o fato de ter recebido pouca atenção dos historiadores. Ainda sobre a cachaça, “marginal” pode adquirir outro sentido se pensarmos na vinculação da bebida com o tráfico de escravos africanos no período da ilegalidade, após 1831. Apesar de não ter havido restrições quanto ao fabrico do álcool nessa época, a “marginalidade” da bebida residia no fato de que era ela a responsável por boa parte dos africanos obtidos nas últimas travessias clandestinas do Atlântico em direção à costa fluminense.

No que diz respeito aos protocamponeses, entendemos que a agricultura de subsistência assumiu maior importância na economia da região, atingindo todos os setores sociais, justamente no momento de desmanche do tráfico de escravos com a África. A população cativa que se ocupava com o processo de produção da cachaça para atender à crescente demanda dos negócios do tráfico, viu-se subitamente “liberada” desta atividade nos primeiros anos da década de 1850. Este fato promoveu uma reorganização nas relações de produção e a ampliação do acesso a parcelas de terra pelos escravos, como tentaremos demonstrar ao longo do trabalho.

1.2 O litoral Sul Fluminense

Reunimos aqui algumas obras conhecidas e outras ainda pouco divulgadas sobre o litoral sul fluminense do século XIX. Ao buscar os relatos dos viajantes europeus, as informações de memorialistas nacionais e os resultados de pesquisas recentes, procuramos sintetizar as diferentes perspectivas que os autores abordaram acerca da história da atual Costa Verde. Sem deixar de lado aspectos que julgamos relevantes, as questões envolvendo a produção e os vínculos comerciais interno e externo foram norteadoras deste apanhado historiográfico. Através dos trabalhos mencionados foi possível realizar uma análise preliminar das transformações ocorridas ao longo do Oitocentos que causaram impactos sobre nossos dois objetos de pesquisa: a cachaça e o protocampesinato. Basicamente, concentramos nossa atenção nos municípios de Angra dos Reis e Parati por serem reconhecidos locais produtores da bebida desde tempos antigos.¹⁵

¹⁵ Para um histórico completo da cidade de Angra dos Reis, ver: VASCONCELLOS, Marcia C. R. de. *Nas bênçãos de Nossa Senhora do Rosário: relações familiares entre escravos em Mambucaba, Angra dos Reis, 1830 a 1881*. Niterói. Dissertação (Mestrado em História) - UFF, 2001; e da cidade de Parati:

Mapa 1: Litoral sul - RJ



Fonte: Google maps

Conforme dissemos, investigar as atividades que escaparam ao sistema de *plantation* (grande propriedade monocultora, escravista e produção voltada para o mercado externo) no Brasil colonial e imperial significa ampliar o entendimento das relações sócio-econômicas constituídas. Mas até os últimos anos da década de 1970, sabia-se pouco acerca da agricultura de alimentos em decorrência da falta de interesse dos pesquisadores.¹⁶ Maria Yedda Linhares alertava para o desprezo de trabalhos monográficos locais e regionais, os quais poderiam

desvendar as estruturas e o funcionamento dessa “face oculta” da economia e da sociedade coloniais: uso e posse da terra, regimes agrários, hierarquias sociais (estrutura ocupacional, níveis de renda e fortuna), movimentos demográficos, cultivos, solos, climas.¹⁷

Esse chamado para a investigação da história do abastecimento repercutiu ao longo da década de 80 e início dos anos 90, promovendo uma série de dissertações de mestrado orientadas, em sua maioria, pela própria Maria Yedda Linhares e por Ciro

FILHO, Almir Henrique da Costa. *Sobrevivendo a lógica agrário-exportadora: Paraty na segunda metade do século XIX*. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em História) – UERJ, 2004.

¹⁶ LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco C. T. da. “A questão da agricultura de subsistência”. In: WELCH, Clifford A. [et al.]. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. V. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

¹⁷ Idem., p. 118.

Flamarion Cardoso.¹⁸ Entretanto, a emergência de abordagens de cunho cultural na historiografia brasileira fez declinar as pesquisas naquele campo.

Tempos depois, Stuart Schwartz apontou as lacunas existentes para o entendimento da organização interna da economia em fins do período colonial. Mesmo com o avanço alcançado através de trabalhos inovadores, permaneceu a crítica sobre a insistência no setor de exportação:

Por trás da expansão da economia escravocrata de exportação do Brasil [...] permanece a história complexa e menos conhecida do crescimento da economia interna e, por intermédio do desenvolvimento e da integração regionais, o início de um mercado nacional.¹⁹

O autor ressaltou também o aumento da demanda por gêneros alimentícios em consequência do desenvolvimento dos centros urbanos e, principalmente, após a chegada da Corte portuguesa, em 1808. Estes centros urbanos foram criados, basicamente, pela economia de exportação e geraram mercados internos que exigiam víveres provenientes da economia rural, assim como produtos diversos oriundos dos comércios internacional e colonial.²⁰

Portanto, ao contrário do que a historiografia brasileira afirmava recorrentemente, os mercados interno e externo criaram meios de comunicação que articulavam diversas regiões, desde, pelo menos, o final do período colonial. Desta forma, agriculturas de exportação e de subsistência, ou lavoura escravocrata e família de roceiros (camponeses), deixaram de ser vistas como dicotomias.²¹ A dinâmica dessa relação assumiu um caráter multidimensional e entrelaçado que formava “duas faces da mesma moeda”:

O setor rural fornecia a base de abastecimento que permitia a expansão da agricultura escravocrata de exportação e o crescimento dos centros urbanos. [...] uma vez iniciada a expansão, as lavouras de pequena e média escala que abasteciam os mercados internos continuaram a alimentar as cidades, sustentar o setor de exportação e permitir aos agricultores o luxo dos métodos que davam pouca atenção à agricultura de subsistência. Por fim,

¹⁸ Entre esses trabalhos destacamos o citado livro de Hebe Mattos (ver nota 8) e o de MOTTA, Márcia M. *Pelas Bandas d'Além: fronteira fechada e arrendatários escravistas em uma região policultora (1808-1888)*. Niterói. Dissertação (Mestrado em história) – UFF, 1989. Para uma noção da historiografia do abastecimento no Brasil, ver: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A História do Abastecimento e a Historiografia Brasileira*. In: Laboratório de História Econômico-Social. Disponível na internet: http://www.historia.uff.br/polis/files/texto_7.pdf.

¹⁹ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Tradução: Jussara Simões. Bauru, SP: ed. Edusc, 2001. p. 129.

²⁰ Ibid.

²¹ Ibid.

parte dos ganhos da produção de gêneros alimentícios para os mercados locais talvez tenham sido usados para financiar a expansão da escravidão, enquanto os lucros eram usados na compra de escravos para aumentar a produção de alimentos, ou os lucros da produção de alimentos eram transferidos para outras atividades, tais como a lavoura do café.²²

Nas obras referentes aos municípios escolhidos surgiram apontamentos que nos permitem afirmar o duplo caráter da produção do litoral sul fluminense. Suas unidades agrícolas estiveram ocupadas, ao mesmo tempo, pelas plantações de abastecimento regional e pelas culturas destinadas à fabricação de gêneros para exportação – como a cachaça e o fumo. As tropas carregadas de mantimentos que subiam a serra e voltavam transportando o café, que por sua vez era embarcado nos mesmos portos onde escova-se a cachaça em direção ao Rio de Janeiro, atestam a relação de interdependência entre os ditos mercados e regiões. Citando um rápido exemplo, temos o caso representativo da família Breves, detentora de propriedades que iam da serra ao litoral sul da província fluminense, no século XIX. Nas fazendas do Vale do Paraíba o trabalho de milhares de escravos garantiu uma produção capaz de render o título de “rei do café” a um de seus membros. Já as fazendas localizadas em Mangaratiba e Angra dos Reis (ver mapa 1) produziam alimentos e a cachaça destinada à aquisição de escravos durante o período ilegal do tráfico com a África.²³

Voltemos nossa atenção agora para a análise do conjunto das obras que trataram das cidades do litoral sul em questão. Alertamos que as atividades diretamente ligadas ao setor urbano ou comercial não serão aprofundadas, tendo em vista o objetivo central de investigar a produção nas unidades agrícolas.

1.2.1 A produção de alimentos

Conforme apontamos acima, o crescimento econômico e o início de um mercado “nacional” em fins do período colonial brasileiro foram resultantes do desenvolvimento e da integração de diversas regiões. O litoral sul fluminense esteve presente nesse movimento com suas lavouras de mantimentos: a produção agrícola voltada para o abastecimento dos incipientes centros urbanos apareceu na maioria das obras consultadas, como veremos a seguir.

²² Ibid., p. 138.

²³ Sobre a história da família Breves ver: LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. *O império dos Souza Breves nos Oitocentos: política e escravidão nas trajetórias dos Comendadores José e Joaquim de Souza Breves*. Niterói. Dissertação (Mestrado em História) - UFF, 2010.

Os viajantes europeus que visitaram o Brasil do século XIX deixaram suas impressões em registros escritos e imagens que hoje nos fornecem indícios da organização social daquela época. Entre 1817 e 1820, Spix e Martius anotaram que o Rio de Janeiro era uma espécie de “escala-depósito para todos os numerosos pequenos portos ao longo da costa brasileira, ao norte, até a Bahia, e ao sul, até Montevidéu, que lhe despacham os seus produtos para serem remetidos à Europa, ou para o consumo próprio”²⁴. Entre os gêneros descarregados em quantidade considerável estavam a farinha, o feijão, o tocinho e a carne seca ou salgada. Segundo o relato, os habitantes das ilhas de Marambaia²⁵ e Ilha Grande, localizadas em Angra dos Reis (ver mapa 1), ocupavam-se com a cultura do milho, anil, açúcar, fumo e batatas-doces, sendo a criação de gado pouco praticada. O cultivo de frutas também era diverso: melancias, cajueiros, goiabeiras, bananeiras e laranjeiras.²⁶ Aqui, o fumo aparece com alguma relevância comercial para além dos limites regionais. Produzido na enseada angrense e também em Parati, o “tabaco da marinha” era considerado de alta qualidade em comparação ao que se desenvolvia fora da costa, denominado “tabaco de serra acima”. Os autores mencionaram um dos destinos dessa produção: “depois de secarem ao ar, [as folhas] são reunidas em grandes pacotes ou retorcidas em rolos, o que constitui um dos mais importantes artigos de permuta com os navios negreiros de Guiné, em troca de escravos”²⁷.

Por volta de 1818, John Luccock destacou, principalmente, a produção de aguardente de cana-de-açúcar em Parati e sua comercialização com o Rio de Janeiro.²⁸ Também fez referência à importância do porto paratiense e o de Ilha Grande no comércio de cabotagem do sul para a capital colonial.²⁹ Em 1839, Daniel Kidder atentou para os cultivos de café e cana-de-açúcar na Ilha Grande.³⁰

Já sobre a segunda metade do século, em 1863, Milliet de Saint-Adolphe apontou um quadro econômico da cidade de Parati que mostrava novamente a fabricação da aguardente de cana e outros alimentos: “sua população é presentemente

²⁴ SPIX, Johann B. von. & MARTIUS, Carl F. P. von. *Viagem pelo Brasil. (1817-1820)*. Vol. 1. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981. p. 70.

²⁵ Atualmente a Ilha de Marambaia pertence ao município de Mangaratiba.

²⁶ SPIX & MARTIUS, p. 89.

²⁷ *Ibid.*, p. 123.

²⁸ LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Tradução Milton da Silva Rodrigues. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. p., 180.

²⁹ *Ibid.*, p. 388.

³⁰ KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências nas Províncias do sul do Brasil (Rio de Janeiro e Província de São Paulo)*. Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia, Edusp, 1980. p. 183.

de mais de 10.000 habitantes que lavram canas, colhem mandioca, arroz, milho, feijões e muito café. Em todo distrito existem 12 engenhos e mais de 150 fábricas de destilação de aguardente” (SAINT-ADOLPHE³¹, 1863 apud SOUZA, Marina de Mello e. *Parati: a cidade e as festas*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. p. 50).

Em resumo, esses relatos mostram que havia uma economia diversificada na região ao longo de todo o século, a saber: 1) produção de tabaco e aguardente de cana-de-açúcar para exportação; 2) intensa atividade portuária, inserida no amplo comércio de cabotagem centrado no Rio de Janeiro; e 3) produção agrícola variada voltada para o abastecimento do mercado interno (café, mandioca, arroz, milho, feijão).

Além dos apontamentos dos viajantes europeus, memorialistas daquela época representam outra fonte valiosa de informação. Uma obra bastante conhecida e utilizada pelos pesquisadores é a de José de Souza A. Pizarro e Araujo. Embora a primeira publicação de *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*³² tenha acontecido, aproximadamente, há quarenta anos após o início da pesquisa, em 1819, levantando o questionamento da precisão dos dados demonstrados à época, não se pode desprezar o conteúdo dos registros existentes em cada volume. Para nós, esta obra torna-se ainda mais interessante pelo fato de apresentar um diagnóstico bem elaborado sobre Angra dos Reis e de Parati, separadamente.

Segundo Araujo, Parati possuía um comércio mais florescente que o da cidade vizinha no qual eram negociados os cascos de pipas, as aguardentes de cana e as fazendas secas e molhadas em dezenas de lojas.³³ A troca de mercadorias com outras regiões, tanto do interior (ver mapa 2) como daquelas inseridas no comércio de cabotagem, foi registrada pelo autor:

O seu comércio consiste na permuta dos gêneros, que baixam de Minas Gerais, Santos e São Paulo, levando gêneros europeus, e com preferência o sal, que de Pernambuco para ali vai, cujas embarcações carregam, em troca, farinha, e outros mantimentos.³⁴

³¹ SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet de. *Dicionário Histórico e Descritivo do Império do Brasil*. Paris, 1863, 2 v., p. 242.

³² ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Volumes 1-9. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

³³ *Ibid.*, vol. 3, p. 54.

³⁴ *Ibid.*, vol. 3, p. 35.

Mapa 2: Municípios limítrofes à Angra dos Reis e Parati



Fonte: Google maps

A produção agrícola local também foi minuciosamente descrita, destacando-se, contudo, a fabricação da aguardente de cana:

O terreno no país e limites paratianos em que estão as notáveis planícies Bananal, Parati-Mirim e Mambucaba, contíguas aos rios que lhes dão os nomes, é assaz fértil em hortaliça e frutos semelhantes aos da Europa, como as ameixas, e produz suficiente mandioca, milho, arroz, legumes, café e cana, cuja lavoura se cultiva com atividade maior, para dar exercício a 12 engenhos de açúcar, que hoje tem, e 100 fábricas, ou mais, de aguardente, denominadas engenhocas.³⁵

Em relação à Angra dos Reis, Araujo argumentou que suas características eram muito parecidas às de Parati. A lavoura que mais ocupava a mão de obra era a da cana, destinada à produção de aguardente. A qualidade seria a mesma encontrada na cidade vizinha, como podemos verificar na seguinte passagem:

Em quatorze engenhos existentes no ano de 1794, se trabalhava a cana para fabricar açúcar, e noventa e uma engenhocas reduziam a mesma planta a águas ardentes, tão boas, e perfeitas como as de Paratii, que comumente se reputam por mais superiores; mas hoje contam-se trinta e oito engenhos, e quarenta e duas engenhocas.³⁶

O cultivo de outros gêneros agrícolas para o abastecimento colonial, ainda que menos expressivo, ocorria paralelamente às plantações de cana-de-açúcar. Ao que tudo

³⁵ Ibid., vol. 3, p. 35.

³⁶ Ibid., vol. 3, p. 67.

indica, tais dados foram observados antes da chegada da família real no Brasil, fato que evidencia a existência de um mercado interno antes de 1808 e a vinculação da região no mesmo. Vejamos a seguir:

também se aproveitava a terra com as produções do arroz, café, anil, cacau, algodão, legumes, laranja, banana e mandioca para farinha, de que extraem a goma. Ano houve tão produtivo, que se calculou render neste país mais de 80 a 100:000\$ contos de réis. Anteriormente ao ano de 1805 foi o cálculo de 94:600\$ sobre 200 arrobas de algodão, 11\$736 de açúcar, 16\$000 de cacau, 80\$000 de anil, e 5 de café, 750 pipas de aguardente, 6.000 alqueires de arroz, 116 de goma, 53.490 de farinha, 489 de feijão e 500 de milho, 60 dúzias de taboado, 2.000 couros e 5.000 peixes salgados; de cujo total só se exportaram 62:352\$ réis por se haver consumido o mais no mesmo país. Dos gêneros de primeira necessidade poucas vezes abunda o país, porque os seus cultivadores, menos cuidadosos em adiantá-los, se contentam apenas com a suficiência dos mesmos gêneros para o seu consumo, e de suas famílias.³⁷

Comparando a economia das duas cidades sob a perspectiva de Araujo, o cultivo da cana para fabricar aguardente seria a atividade de maior destaque em ambas, ficando a agricultura de alimentos em segundo plano. Parati contaria com um comércio mais intenso que o de Angra dos Reis.

Um trabalho menos conhecido, mas de fundamental importância, é o de Honório Lima, intitulado *Notícia Histórica e Geográfica de Angra dos Reis*³⁸, publicado pela primeira vez em 1889. A principal questão levantada pelo autor foi a situação de decadência em que Angra e as demais cidades litorâneas se encontrariam a partir de 1850. Antes disso, porém, teriam se destacado o comércio e a lavoura como as atividades mais praticadas no local, durante a primeira metade do século XIX:

Até o ano de 1850 o município de Angra dos Reis pela sua lavoura e comércio foi um dos mais importantes do Brasil. Seus famosos portos de Jurumirim, Ariró, Itanema, Frade, Mambucaba, Abraão e Sítio Forte, eram verdadeiros empórios comerciais.

Para eles continuamente, convergiam os produtos de sua próspera lavoura, assim como do interior das Províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, que, em troca, levavam suas tropas carregadas de produtos que importavam para seu consumo, muito principalmente fazendas, vinho, aguardente, ferragens, peixe e sal.³⁹

A construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, ligando diretamente o Rio de Janeiro ao interior da província, foi apontada por Honório Lima como fator primeiro do

³⁷ Ibid., vol. 3, p. 67-68.

³⁸ LIMA, Honório. *Notícia Histórica e Geográfica de Angra dos Reis*. 2ª. edição. Angra dos Reis: Prefeitura Municipal, 1972.

³⁹ Ibid., p. 125.

estado de decadência que teria assolado a região. Mas é interessante notar que, ainda assim, a produção de gêneros alimentícios para abastecer o mercado interno seguia sem maiores transtornos na segunda metade do Oitocentos:

A sua pequena lavoura está bastante desenvolvida, exportando para a Corte seus produtos que sobem a 280:000\$000 anualmente.

Mormente nas vargens de Bracuí, Frade, Ariró, Jacuecanga, Serra d'água e outras, o milho é plantado do mês de maio ao de dezembro, granando perfeitamente as espigas. O feijão planta-se duas vezes – em fevereiro e agosto – e colhe-se outras tantas, em maio e novembro. O arroz produz aí de modo extraordinário, como em parte alguma no Brasil.⁴⁰

Mesmo com a agricultura de alimentos mantendo-se próspera, seria o cultivo da cana-de-açúcar voltado para a fabricação da aguardente o produto principal da economia angrense após 1850:

A principal lavoura atual desse município é a da cana, embora muitos lavradores, principalmente os da Ilha Grande e de Mambucaba, cuidem mais do café. No ano de 1887 a produção de aguardente excedeu a 3.800 pipas, regulando o preço na média, 60\$000 cada uma.⁴¹

Verificamos a partir destas memórias que o comércio em Angra dos Reis, na primeira metade do século XIX, foi apontado como um dos mais importantes do Brasil, sendo os seus portos “verdadeiros empórios comerciais”. Ao lado dele estaria a lavoura de mantimentos que continuaria produzindo até o final do século. A cana-de-açúcar para a fabricação da aguardente configuraria o principal produto cultivado após 1850, momento em que Honório Lima afirma ter tido início um processo de decadência econômica nos municípios litorâneos, como consequência da construção da Estrada de Ferro D. Pedro II.

Destacamos, por último, a pesquisa realizada por Alberto Lamego sobre a província fluminense em *O homem e a Guanabara*⁴². Nessa obra, marcada pela perspectiva tradicionalista das primeiras décadas do século XX, José de Souza Pizarro e Honório Lima são referências bastante citadas, sendo os seus argumentos assumidos claramente por Lamego.

De acordo com a perspectiva do autor, na economia angrense do início do Oitocentos o cultivo do café teria sido a principal atividade, superada logo nas décadas

⁴⁰ Ibid., p. 128.

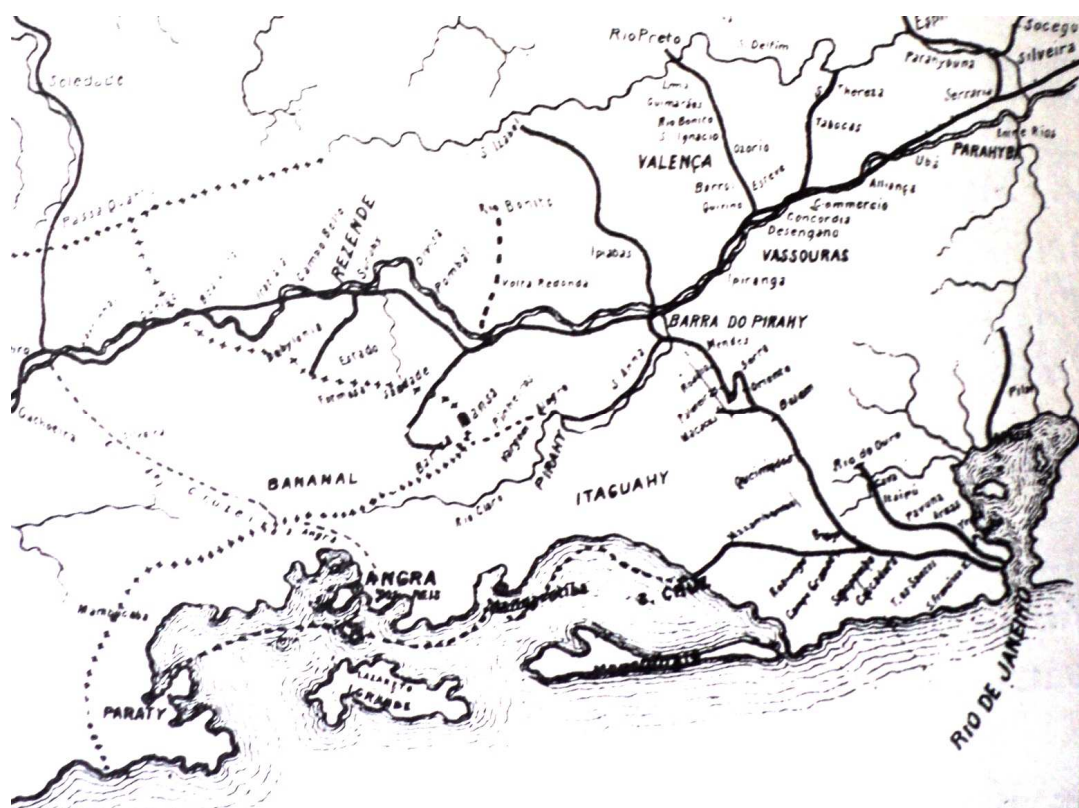
⁴¹ Ibid., p. 127. O mesmo autor também escreveu diversos artigos, dentre eles “Apontamentos para o agricultor de cana”, uma série publicada no jornal *O Angrense* entre 1860/70.

⁴² LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Guanabara*. 2ª. edição. Rio de Janeiro: IBGE, 1964.

seguintes pelo aumento da movimentação portuária. Esta atividade teria garantido a vitalidade econômica da cidade até 1864, quando a abertura da Estrada de Ferro D. Pedro II pôs tudo a perder, conforme havia defendido Honório Lima.

Em Parati a ênfase foi dada mais uma vez para a fabricação da aguardente de cana. Entretanto, o cultivo de outros gêneros como o arroz e a mandioca (destinada à produção de farinha) teria configurado uma zona rural mais produtiva em comparação à da cidade vizinha.

Mapa 3: Estrada de Ferro D. Pedro II



Fonte: LIMA, op. cit., p. 190.

Os relatos dos viajantes europeus e as informações dos memorialistas que acabamos de analisar estão presentes nos estudos mais atuais da região a qual nos ocupamos. Estes últimos trabalhos apresentaram um quadro socioeconômico mais complexo do que os anteriores, pois além de problematizar argumentos intimamente relacionados a uma visão conservadora e elitista, eles ampliaram o número de documentos consultados e refinaram a metodologia ao cruzar informações obtidas em

diferentes fontes. Dois estudos dialogam diretamente com a nossa proposta, como veremos a seguir.

Em sua dissertação *Sobrevivendo à lógica agrário-exportadora: Paraty na segunda metade do século XIX*⁴³, Almir Henrique da Costa Filho esmiuçou a economia do município no dito período e contestou duas ideias fundamentais: a noção de decadência a partir de 1850 e o reducionismo interpretativo que relaciona as atividades econômicas de Parati estritamente ao ouro, à cachaça e ao café, não deixando espaço para atividades de subsistência:

A agricultura de alimentos e a pesca, com todo o séquito de saberes e fazeres nelas implícitos, tais como a confecção de implementos rurais, barcos, redes para diferentes fins, entre outros, poderiam ser pelo menos consideradas como algumas das estratégias responsáveis pela “sobrevivência” material e cultural de Paraty até os nossos dias. Omissões dessa natureza são comuns em análises alicerçadas na visão tradicional, que privilegia os grandes ciclos econômicos, principalmente aqueles ligados ao comércio internacional. Assim, tudo o que não corresponde a esse padrão extrovertido acaba ficando relegado a um plano inferior, passando ao largo das atenções.⁴⁴

Através de inventários *post-mortem*, relatórios de presidentes de província, registros de terra e do *Almanak Laemmert*, o autor mostrou que havia outras formas de sobrevivência que iam além da lógica agrário-exportadora. Essas formas configuraram-se no desenvolvimento da navegação de cabotagem, da produção de aguardente, da lavoura para abastecimento interno e até mesmo de atividades ilícitas; todas bem articuladas com a estrutura provincial. A diversificação de investimentos e a valorização de produções secundárias ao café que possibilitassem a acumulação de capital seriam uma lógica específica da região, merecedora de um quadro explicativo “peculiar e detalhado”.

No final do século XVIII já era possível notar o florescimento das atividades portuárias paratienses ao lado da agricultura de gêneros alimentícios e da produção da aguardente de cana, o que atesta, mais uma vez, o desenvolvimento e a integração das regiões coloniais. Costa Filho utilizou a tabela formulada por João Frago de entrada de embarcações no porto do Rio de Janeiro, em 1791, para mostrar que Parati e Ilha Grande eram duas das principais áreas na rota de cabotagem. Essas localidades

⁴³ FILHO, Almir Henrique da Costa. *Sobrevivendo à Lógica Agrário-Exportadora: Paraty na segunda metade do século XIX*. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em História) – UERJ, 2004.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 8.

somaram um percentual de 31,3% das entradas no porto carioca, ao transportar o cultivo das suas próprias lavouras e da produção interiorana. Veja a tabela:

Tabela 1: Entrada de embarcações no Porto do Rio de Janeiro em 1791 e natureza da carga

Regiões		Carga
Nomes	Nº. de embarcações	
Lisboa	22	Vinho, aguardente de uva
Porto	15	Trigo, farinha de trigo
Figueira	1	Bacalhau, vinagre, azeite
Portugal	38	Sardinhas etc.
Ilha Faiol	2	Vinho, aletria, erva-doce etc.
Angola	6	6.255 escravos, cera, óleo
Benguela	10	Enxofre, marfim, sal
África	16	Madeira
R. G. do Sul	92	Couros, carne, trigo, peixes
Campos	87	Açúcar, mel, feijão, arroz
Parati	86	Toucinho, cachaça, tabaco etc.
I. Grande	69	Cachaça, mel, açúcar, feijão
Bahia	27	Vinho, sal, vinagre etc.
Guaratiba	27	Açúcar, milho, arroz etc.
Rio S. João	26	Açúcar
S. Catarina	20	Peixe seco, milho, feijão, sal
Cabo Frio	18	Açúcar, peixe, feijão, trigo
Macaé	12	Açúcar
Capitania do Rio	11	Açúcar, cachaça, couros e arroz
S. Sebastião	10	Açúcar, peixe, feijão, café
Recife	10	Vinho, vinagre, bacalhau, sal etc.

Fonte: FRAGOSO, op. cit., p. 104-105.

O trabalho de Costa Filho trouxe novos elementos para a compreensão da história do litoral sul fluminense. O desenvolvimento concomitante de múltiplas atividades econômicas, tanto urbanas quanto rurais, se contrapõe à noção de crise difundida por muitos pesquisadores. Exemplo disso foi a ideia de decadência inaugurada por Honório Lima acerca da construção da Estrada de Ferro D. Pedro II. Para o autor, a prosperidade da pequena lavoura, apontada por ele mesmo, não seria um elemento de “vitalidade econômica”, talvez por não oferecer os altos lucros obtidos com o comércio portuário.

Sem desconsiderar totalmente os impactos causados pelo novo caminho que ligava o interior à cidade do Rio de Janeiro, devemos repensar essa noção de decadência até hoje valorizada. Igualmente, devemos questionar se os efeitos dessa crise surgiram a partir da estrada de ferro. A noção de decadência, na verdade, pode estar relacionada

com a perda de um mercado específico responsável pelo enriquecimento de determinados grupos. De acordo com Almir da Costa Filho e, contraditoriamente, com Honório Lima, para os pequenos lavradores envolvidos com a agricultura de abastecimento não existiu crise econômica nos dois municípios do litoral sul fluminense, durante a segunda metade do século XIX.

Outro ponto que deve ser questionado refere-se à tentativa de romper com a visão reducionista que atrela as antigas atividades econômicas de Parati estritamente ao ouro, ao café e à cachaça. Entendemos que Costa Filho pretendia enfatizar certos aspectos desprezados pela história, mas o papel assumido pela produção daquela bebida foi ofuscado mais uma vez. Ainda que o recorte cronológico do estudo comece no momento de desestruturação do tráfico transatlântico de escravos, não se pode deixar de avaliar o impacto sobre a produção da cachaça e sobre a mão de obra cativa empregada nesta atividade. Aprofundaremos a relação entre a cachaça e o tráfico adiante e no capítulo 2.

O segundo trabalho que destacamos é o de Marcia Vasconcellos, intitulado *Famílias Escravas em Angra dos Reis, 1801 – 1888*⁴⁵. A base documental utilizada foram os registros paroquiais (batismos e casamentos), inventários *post-mortem*, *Almanak Laemmert*, Relatórios de Presidentes de Província, censo de 1872, Jornal do Comércio e relatos de viajantes e cronistas.

De acordo com a autora, o forte da economia angrense na primeira metade do século XIX eram as atividades portuárias de escoamento do café proveniente do Vale do Paraíba (paulista e fluminense), juntamente com a agricultura de subsistência que se desenvolvia em paralelo, como mostra a citação:

a localidade, embora não diretamente vinculada ao mercado externo, possuía uma produção para consumo local e para o mercado interno e, o mais importante, contribuiu para o sucesso do café como principal produto de exportação.⁴⁶

Alguns dados apresentados no trabalho indicaram que, entre 1828 e 1888, enquanto 81,6% dos navios que aportavam no Rio de Janeiro, vindos de Angra dos

⁴⁵ VASCONCELLOS, Marcia C. R. de. *Famílias Escravas em Angra dos Reis, 1801 – 1888*. São Paulo. Tese (Doutorado em História) – USP, 2006.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 34.

Reis, transportavam café⁴⁷, a agricultura de alimentos muito mal conseguia ultrapassar os limites regionais:

os gêneros alimentícios cultivados nas terras angrenses eram consumidos pelos próprios agricultores e vendidos para os armazéns locais. O café e a aguardente além de serem consumidos pela população, também eram comercializados no Rio de Janeiro. Além da pesca, atividade que complementava a dieta alimentar, os habitantes contavam com a atividade de transporte do café.⁴⁸

A segunda metade do século, para a autora, inaugurou um momento de crise econômica na vida do município. Entre os fatores desta crise estariam a abertura da Estrada de Ferro D. Pedro II, ao afastar a produção interiorana dos portos do litoral, e a abolição do tráfico de escravos, em 1850, gerando o mesmo processo verificado em outras regiões: o encarecimento da mão de obra escrava dificultando a obtenção ou reposição de trabalhadores, e a venda de cativos no tráfico interprovincial por pequenos e médios proprietários empobrecidos. Angra dos Reis só viria a se recuperar economicamente na segunda década do século XX.

A pesquisa de Vasconcellos é de fundamental importância para entendermos a situação das comunidades escravas no momento da perda de legitimidade da instituição como um todo, sobretudo numa região fora do grande complexo agro-exportador. Entretanto, escapou à sua análise os efeitos do fim do tráfico transatlântico de africanos em uma perspectiva mais ampla. Aspectos como a fabricação da cachaça voltada para a aquisição legal e ilegal de escravos e as transformações nas relações de trabalho (e produção) após 1850 ainda precisam ser aprofundados.

A análise das diversas obras que terminamos de ver nos permite elaborar um quadro explicativo geral da economia do litoral sul fluminense no século XIX. Sem poder se inserir no lucrativo negócio do café quando este se expandia por todo o Rio de Janeiro⁴⁹, os habitantes de Angra dos Reis e Parati continuaram a produzir os gêneros que abasteciam a si próprios e as regiões ao seu entorno. Alguns deles rendiam maiores lucros, como a cachaça e o fumo, e serviam especificamente como mercadorias de troca por escravos no continente africano. A cachaça ainda encontrava espaço no mercado interno, transportada pelas tropas serra acima. Seguindo o modelo elaborado por Renato

⁴⁷ Ibid., tabela 2, p. 46.

⁴⁸ Ibid., p. 52.

⁴⁹ O café em regiões de altas temperatura e umidade não atingia a qualidade adequada para ser exportado, ficando, então, destinado ao abastecimento interno. Ver: VASCONCELLOS, op.cit.

Marcondes sobre a divisão da capitania e província fluminense, entre 1780 e 1840, este comportamento econômico enquadraria o litoral sul no grupo das regiões que não apresentavam uma lavoura predominante e possuíam outras atividades (fabricação de aguardente, transporte e comércio).⁵⁰ Tal diversidade abria possibilidades de a produção “dançar conforme a música”: quando o café e a navegação de cabotagem requisitavam os portos sulistas, o comércio e o transporte se expandiam; a demanda crescente por escravos africanos, até meados do século, estimulava a fabricação da cachaça; e em momentos de retração comercial, a lavoura de abastecimento podia se espalhar. Isso significa dizer que, em conjunturas favoráveis, era possível haver especialização de determinada atividade. João Fragoso mostrou que em fins do período colonial o litoral sul fluminense era o grande responsável pela produção de cachaça, que coexistia com as lavouras de abastecimento (ver tabela 2).

Curiosamente, o papel da cachaça foi minimizado na história da atual Costa Verde. Mencionada em quase todas as obras referentes a região e até hoje fabricada em Parati, pouco conhecemos acerca da estrutura e expansão desta produção.

Tabela 2: Engenhos e produção de alimentos por escravos no agrofluminense em 1778

Regiões	Engenhos	Engenhocas	Açúcar (caixas)	Aguardente (pipas)	(B) N°. De escravos	(A) Arroz, farinha, milho, feijão (alqueires)	(A) (B)
Desterro do Tambi							
N. S. da Ajuda							
Guapimirim							
S. Antonio de Sá							
Santíssima Trindade							
Resumo	17	2	255	197	644	43.480	67,5
São Gonçalo							
Itaipu							
Carai							
Resumo	25	3	623	451	1.191	19.911	16,7
N. S. de Maricá							

⁵⁰ MARCONDES, Renato Leite. *O evoluer demográfico e econômico nos espaços fluminenses (1789-1840)*. Estudos Econômicos, São Paulo, vol. 25, n 2, pp. 235-270, maio/agosto. 1995.

S. José de Itaboraí							
Rio do Ouro							
Resumo	39	2	551	320	911	66.059	72,6
Cabo Frio	8	10	117	52	526	48.000	91,3
Inhomirim	6	-	53	48	2.760	43.560	203,6
Irajá	27	2	537	329	983	35.940	36,6
Guaratiba	34	4	722	419	1.611	72.365	44,9
Campos	168	9	1.761	141,5	5.066	46.067	9,1
Angra dos Reis	10	82	212	1.030	2.865	31.098	10,9
Parati	5	67	73	1.554	1.727	18.995	11,0

Fonte: FRAGOSO, op. cit., pp. 101-102.

1.2.2 A cachaça e o tráfico de escravos africanos

A expansão da cana-de-açúcar e a produção da cachaça no litoral sul fluminense

Fazendeiros de cana

Minha terra tem palmeiras?
 Não. Minha terra tem engenhocas de rapadura e cachaça
 e açúcar marrom, tiquinho, para o gasto.
 Canavial se alastra pela serra do Onça,
 vai ao Mutum, ao Sarcundo,
 clareia Morro Escuro, Queixadas, Sete Cachoeiras.
 Capitão-do-Mato enverdece de cana madura,
 tem cheiro de parati no Bananal e no Lava,
 no Piçarrão, nas Cobras, no Toco,
 no Alegre, na Mumbaça.
 Tem rolete de cana chamando para chupar
 nas Abóboras, no Quenta-Sol, nas Botas.
 Tem cana caiana e cana crioula,
 cana-pitu, cana rajada, cana-do-governo
 e muitas outras canas de garapas,
 e bagaço para os porcos em assembléia grunhadora
 diante da moenda
 movida gravemente pela junta de bois
 de sólida tristeza e resignação.
 As fazendas misturam dor e consolo
 em caldo verde-garrafa
 e sessenta mil-réis de imposto fazendeiro.

Carlos Drummond de Andrade

No poema *Fazendeiros de cana*, a alusão aos famosos versos de Gonçalves Dias em *Canção do Exílio*⁵¹ pretende reforçar a identidade mineira e itabirana de Carlos Drummond de Andrade. Mas, ao descrever o lugar onde viveu boa parte de sua vida, o poeta deixou registrada a importância que a cana-de-açúcar tinha para sua terra natal.⁵²

A memória foi a principal fonte para Drummond compor este e os demais poemas presentes em *Boitempo*⁵³ – livro considerado um testemunho biográfico do autor –, e parte dela guarda momentos da infância passada no ambiente rural. Ainda que *Fazendeiros de cana* nos transporte às primeiras décadas do século XX, há elementos interessantes que tratam do tema analisado agora.

Em primeiro lugar destaca-se a abrangência das plantações de cana no Sudeste brasileiro, no início do século passado. A gramínea, que possui qualidades variadas (caiana, crioula, cana-pitu, rajada etc.), atravessou o tempo e chegou aos nossos dias assumindo uma nova função: servir de matéria-prima à fabricação do Etanol – combustível alternativo para os automóveis modernos. Contudo, entre a expansão no início da colonização, visando à produção do açúcar, e o atual interesse para a fabricação de biocombustíveis, muitos foram os papéis assumidos pela planta na economia brasileira.

O poema revela parte do funcionamento daquelas fazendas – máquinas e força motriz – e os resultados da plantação, como indicam os trechos “*moenda movida gravemente pela junta de bois*” e “*minha terra tem engenhocas de rapadura e cachaça e açúcar marrom*”. Os resíduos são reaproveitados como bagaço para os porcos, demonstrando as vantagens da utilização da gramínea. O capitão-do-mato que “*enverdece de cana madura*” pode indicar a vigilância sobre o trabalho de quem vive nas fazendas, as quais “*misturam dor e consolo em caldo verde-garrafa*”. Até os tributos que incidem sobre as atividades envolvendo cana-de-açúcar aparecem sugeridos pelos “*sessenta mil-réis de imposto fazendeiro*”.

Em relação aos derivados da cana, além da menção às engenhocas de cachaça, há outra referência dessa substância no verso “*tem cheiro de parati no Bananal (...)*”. O

⁵¹ Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;
As aves que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá [...].

⁵² Para uma análise dos poemas do autor, ver: SANTOS, Juliana. *Boitempo: a recordação em Carlos Drummond de Andrade*. Disponível em: seer.ufrgs.br/NauLiteraria/article/download/4872/2787.

⁵³ ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia completa* – conforme as disposições do autor. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

termo “parati” é um dos vários sinônimos empregados à cachaça brasileira, também conhecida por geribita (jeribita), birita, cumbe, malunga, dentre outros nomes, geralmente oriundos dos vocabulários africanos.⁵⁴

“Cachaça”, segundo Câmara Cascudo, foi uma designação que surgiu no Brasil para classificar a bebida alcoólica obtida da cana-de-açúcar, do caldo ou do melaço. Nos registros da América portuguesa, entre os séculos XVI e XVIII, geralmente utilizava-se “aguardente” para indicar a mesma bebida. (CASCUDO⁵⁵, 1986 apud ALGRANTI, Leila M. “Aguardente de cana e outras aguardentes: por uma história da produção e do consumo de licores na América portuguesa”. In: *Álcool de drogas na história do Brasil*. VENÂNCIO, Renato P. & CARNEIRO, Henrique. São Paulo: Ed. PUCMINAS, 2005).

O decreto n. 4.851 de 2003, da Constituição brasileira, esclareceu e estabeleceu que a aguardente pode ser fabricada a partir de diversos elementos, dentre eles o melaço, cereais, vegetais, rapadura e cana, todos com graduação alcoólica de trinta e oito a cinquenta e quatro por cento em volume. Já a cachaça,

*é a denominação típica e exclusiva da aguardente de cana produzida no Brasil, com graduação alcoólica de trinta e oito a quarenta e oito por cento em volume, a vinte graus Celsius, obtida pela destilação do mosto fermentado de cana-de-açúcar com características sensoriais peculiares, podendo ser adicionada de açúcares até seis gramas por litro, expressos em sacarose.*⁵⁶

Em resumo, existe uma pequena variação de graduação alcoólica e algumas diferenças no processo de feitura da aguardente de cana e da cachaça. As semelhanças, no entanto, levaram ao entendimento comum de que eram sinônimos. Para facilitar a compreensão deste trabalho, preferimos a utilização do termo cachaça entendida como uma bebida alcoólica de cana produzida exclusivamente no Brasil, conforme já havia percebido Câmara Cascudo. Quando as informações acerca do tema foram provenientes de outra fonte, optamos em manter as denominações originais. .

Voltando a parati, ressaltamos que a cidade homônima adquiriu projeção no fabrico da bebida destilada em fins do Setecentos, como veremos adiante. A utilização do termo em áreas longínquas atesta o alcance da produção paratiense no século XIX. Ao analisar o surgimento da indústria do álcool em Moçambique, José Capela escreveu:

⁵⁴ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul – séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. p. 313.

⁵⁵ CASCUDO, Luis da Câmara. *Prelúdio da cachaça: etnologia, história e sociologia da aguardente no Brasil*. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia, 1986.

⁵⁶ Decreto n. 4.851 da Constituição Brasileira. Grifos nossos.

Nesse mesmo ano de 1860, João Loforte era dado como tendo fabricado 30 barris de aguardente. Continuando em aumento, quatro anos mais tarde, já fabricava 120 barris de quinto. Esta aguardente, considerada de qualidade, rivalizando com a que se importava do Brasil, chamada Paraty, foi vendida a 20 pesos o barril, para consumo do distrito.⁵⁷

No continente africano o gênero funcionava como moeda de troca por escravos que eram trazidos para cá. Até hoje a cidade possui uma produção expressiva e mantém a tradição conquistada no passado, mas a ligação com o tráfico é uma memória apagada.

Todo esse enredo serve para mostrar a necessidade de se investigar a história da cachaça. No começo da década de 1990, o Brasil fabricou um bilhão de litros de aguardente de cana, o que lhe conferiu o título de grande produtor mundial de bebida destilada, de meados do século XVII em diante.⁵⁸ A produção brasileira, de norte a sul, ao longo de séculos, abasteceu mercados que iam além de suas fronteiras, conferindo à bebida um símbolo de identidade nacional. Não obstante, essa atividade recebeu pouca atenção dos historiadores. Apresentamos, agora, uma pequena contribuição para o estudo da questão.

No litoral sul fluminense, a expansão da lavoura canavieira remonta ao século XVIII, a partir do desenvolvimento comercial do Rio de Janeiro impulsionado pelo florescimento econômico de Minas Gerais. Conforme afirma Marina de Mello e Souza⁵⁹, o deslocamento da economia do nordeste para o sudeste da colônia, cuja evidência maior foi a transferência da sede administrativa para o Rio de Janeiro, em 1763, intensificou a circulação de provisões, manufaturados, escravos e ouro no porto de Parati, e ainda espalhou a lavoura de cana-de-açúcar do recôncavo da Guanabara até as planícies de Campos e Cabo Frio.

Nesse momento, o norte fluminense especializava-se na produção de açúcar: na década de 1770, em Campos, verificou-se um aumento de 235% na produção de açúcar e o número de escravos passou de 3.192 para 4.871.⁶⁰ Ao mesmo tempo, o sul da província, precisamente Ilha Grande e Parati, “*tornou-se o maior centro produtor de aguardente, gênero menos nobre mas que as exíguas planícies entre o litoral e a serra do Mar permitiam explorar*”.⁶¹

⁵⁷ CAPELA, José. *O álcool na colonização do Sul do Save. 1860-1920*. Maputo: edição do autor, 1995.

⁵⁸ ALENCASTRO, op. cit.

⁵⁹ SOUZA, Marina de Mello e. *Parati: a cidade e as festas*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

⁶⁰ SANTOS, Corsino Medeiros dos. *O Rio de Janeiro e a Conjuntura Atlântica*. Rio de Janeiro: Ed. Expressão e Cultura, 1993. p. 47.

⁶¹ SOUZA, op. cit., p. 38.

Outro fator que pode ter contribuído para o desenvolvimento da produção da cachaça na região foi a gradativa substituição da Estrada Real para o “Caminho Novo” no transporte do ouro vindo de Minas Gerais, a partir da década de 1770. Se antes havia um dinâmico comércio portuário entre o interior e o litoral de Angra dos Reis e Parati, a utilização da nova rota – que ligava por meio terrestre o interior ao Rio de Janeiro – desencadearia uma diminuição nos negócios ali realizados. Em Parati, os proprietários teriam encontrado a solução para o problema na produção da bebida destilada e no transporte serra acima de gêneros agrícolas, escravos africanos e artigos de luxo vindos da Europa.⁶² O mesmo pode ter ocorrido em Angra.

Em 1778, de acordo com João Fragoso, as engenhocas que produziam cachaça na capitania do Rio de Janeiro já se concentravam na região do litoral sul fluminense. Angra dos Reis e Parati contavam com 82 e 67 delas, respectivamente:

Tabela 3: Crescimento do número de engenhos e engenhocas na capitania do Rio de Janeiro entre 1769 e 1778

Distritos	Engenhos			Engenhocas		
	Número estimado em 1769	Número estimado em 1778	Crescimento entre 1769 e 1778*	Número estimado em 1769	Número estimado em 1778	Crescimento entre 1769 e 1778*
Campos de Goitacases	65	168	158,5	7	9	28,6
Vila de Angra dos Reis	3	10	233,3	82	82	
Vila de Parati		5	100	71	67	- 5,6
São Gonçalo, Itaipu, Carai	22	25	13,6	s/ informação	3	
Irajá	28	27	- 3,6	5	2	- 60,0
Guaratiba	32	34	5,6	5	4	- 20,0
Macacu	13	17	23,5	s/ informação	2	
Maricá, Itaboraí e Rio do Ouro	28	39	39,3	Idem	2	
Cabo Frio	2	8	300,0	12	10	- 16,7
Inhomirim	9	6	-33,3	1	0	- 100,0
Totais	202	339	59,6	183*	181*	- 1,1
				183	174	- 4,9*

* Total – excluídos os distritos que não possuem informações para 1769.

Fonte: FRAGOSO, op. cit., p. 98.

⁶² FILHO, op. cit., p. 19.

No final do Setecentos, a quantidade de engenhocas aumentou nas duas cidades, conforme demonstra a tabela formulada por Almir da Costa Filho:

Tabela 4: Engenhos e engenhocas na capitania do Rio de Janeiro 1799

Região	Engenhos: 616		Engenhocas: 253	
	No.	%	No.	%
Ao redor de Campos	324	52	4	1,6
Cabo Frio	25	2,1	9	3,6
Entorno da Guanabara	228	37	85	33,6
Litoral sul-fluminense	39	6,3	155	61,3

Fonte: FILHO, op. cit., p. 20.

Estas indicações são compatíveis ao que observou Araujo, por volta de 1794, de que Parati possuía suficiente cana, “*cuja lavoura se cultivava como atividade maior, para dar exercício a 12 engenhos de açúcar, que hoje tem 100 fábricas, ou mais de aguardente (...)*”.⁶³ No início do século XIX a cidade já era conhecida pela sua cachaça de qualidade superior.⁶⁴ John Luccock, nessa época, anotou que o lugar desfrutava “*de considerável comércio com a capital; sua aguardente, acima de tudo, é de grande aceitação*”.⁶⁵ Paralelamente à difusão, a qualidade pode ser um indício que levou a transformação de Parati num dos sinônimos de cachaça, termo amplamente empregado durante o século XIX, conforme demonstra Costa Filho:

Verifica-se este fato em obras como a de Stein [Vassouras], que afirma ser comum, em tempos de trabalho árduo na colheita ou ainda em ocasiões festivas, escravos receberem canecas de aguardente, bebida também conhecida pelo termo africano “maráfo” ou pelos termos brasileiros cachaça, caninha ou parati.⁶⁶

O litoral sul fluminense teve grande parte de suas terras ocupadas pelas lavouras de cana-de-açúcar. Os fazendeiros listados no *Almanak Laemmert* e os pequenos lavradores visavam a fabricação da cachaça, tendo em vista o valor crescente que o produto adquiria paulatinamente no comércio de escravos africanos, desde fins do século XVIII. Ao longo do século seguinte as terras paratienses foram disputadas entre

⁶³ ARAUJO, op. cit., p. 38-39.

⁶⁴ FILHO, op. cit., p. 21; e SOUZA, op. cit., p. 39.

⁶⁵ LUCCOCK, op. cit., p. 180.

⁶⁶ FILHO, op. cit., p. 21.

as lavouras temporárias e a permanência dos engenhos de aguardente.⁶⁷ Mas, ao que tudo indica, a bebida sempre fez parte do quadro econômico da cidade:

A produção de aguardente parece ser uma constante na história de Paraty, possivelmente remontando a uma fase anterior mesmo à do Caminho do Ouro e estendendo-se até os nossos dias. Os inventários revelam uma grande quantidade de engenhos e engenhocas, alambiques e pipas de aguardente em todas as décadas do século XIX. Quase toda unidade produtiva rural contava com equipamentos ligados à produção de aguardente.⁶⁸

Em 1820 existiam mais de cem fábricas de aguardente de cana em Parati com uma produção de mil e quinhentas pipas por ano, as quais atingiam um preço superior a 7\$000 réis ao das demais.⁶⁹

Vale lembrar que esta não foi a única atividade a movimentar a economia local, como vimos anteriormente, mas seu papel não deve ser subestimado. Durante o século XIX, em síntese,

Paraty revela uma diversidade de interfaces com o sistema. Situada no litoral, serviu de entreposto comercial para a grande unidade agro-exportadora, mas também comercializou gêneros de sua própria lavoura e de outros centros fornecedores, situados no litoral ou no interior de Minas Gerais e São Paulo. [...] sua verdadeira base de sustentação sempre foi o porto e a pequena lavoura, com destaque para a fabricação da aguardente, produto tanto de consumo interno quanto destinado à exportação.

Em todas as décadas, sem exceção, encontram-se sempre plantações de cana destinadas ao fabrico da aguardente.⁷⁰

Marina de Mello e Souza destacou a produção da cachaça e do comércio portuário na acumulação de riqueza:

O que trazia riqueza à cidade, ao lado da produção de aguardente, era basicamente a atividade comercial. As mercadorias que chegavam ao Rio de Janeiro vindas de Parati eram, na maior parte, tirando a aguardente e o pescado, produzidas na região do vale do Paraíba. Se enquanto foi caminho do ouro Parati sequer conseguiu finalizar sua matriz de pedra e cal, com a produção de aguardente e o comércio de gêneros do vale do Paraíba concluiu aquela matriz, iniciou a construção de outra para dar conta do aumento da população, levantou duas capelas e começou uma terceira.⁷¹

⁶⁷ FILHO, op. cit., p. 23.

⁶⁸ Idem, p. 83.

⁶⁹ LAMEGO, op. cit., p. 237.

⁷⁰ FILHO, op. cit., p. 88-89.

⁷¹ SOUZA, op. cit., p. 42.

De acordo com Marcia Vasconcellos, a produção da cachaça em Angra dos Reis não teve o mesmo peso na economia como em Parati. Para a autora, o escoamento do café vindo do interior foi a atividade responsável, dentre todas as outras, pelo sucesso e pelo fracasso econômico da cidade ao longo do século XIX. Entretanto, as indicações dos viajantes europeus e o envolvimento de grandes proprietários, como os Breves, no fabrico do álcool revelam que os habitantes da cidade souberam tirar proveito quando o mercado era favorável, sobretudo na primeira metade do Oitocentos. Aprofundamos esse argumento no segundo capítulo.

Em resumo, os fatores internos que contribuíram para o desenvolvimento da produção da cachaça no litoral sul fluminense foram: o crescimento da capitania do Rio de Janeiro com a exploração aurífera e a consequente expansão canavieira; e a abertura do Caminho Novo, que redirecionou a economia das atividades portuárias para a fabricação da cachaça. Fatores de ordem externa também foram fundamentais na especialização da região.

Corsino Medeiros dos Santos explicou que o movimento de um determinado porto está condicionando a dois fatores: a existência de uma grande hinterlândia e de uma conjuntura interna e externa favorável.⁷² Entende-se por hinterlândia de um porto

a cidade em que está e a região do país servida por transportes terrestres e fluviais para a qual se encaminhem diretamente mercadorias desembarcadas no porto ou da qual procedem mercadorias para embarque no mesmo porto.⁷³

A conjuntura favorável depende das condições para colocar no mercado os gêneros produzidos na hinterlândia e do atendimento das necessidades de consumo da mesma hinterlândia. Para produzir é preciso que haja um estímulo constante de preços que compensem determinados produtos nos mercados interno e externo.

No Brasil, de acordo com Santos, existiram dois períodos de prosperidade econômica entre o século XVIII e início do XIX: a descoberta de ouro e diamantes na região de Minas Gerais; e o que chamou de “renascimento da agricultura colonial” junto à uma conjuntura externa favorável. Este último refletiu-se no movimento portuário da capitania do Rio de Janeiro – principal da América portuguesa – nas suas relações internas e com a metrópole. Dos fatores que contribuíram para o renascimento agrícola o autor destacou o aumento da população europeia e do Brasil no século XVIII, o

⁷² SANTOS, 1993, p. 31.

⁷³ Ibid.

aumento das atividades econômicas e das relações comerciais em todo o mundo e o afastamento de competidores no fornecimento de gêneros tropicais aos mercados internacionais. A revolução no Haiti em fins do Setecentos, por exemplo, provocou o colapso da produção do açúcar na ilha e reabriu os mercados europeus ao açúcar da colônia brasileira.⁷⁴ Diante de tais circunstâncias, o aumento das exportações entre 1780 e o final do período colonial afetou diretamente o Rio de Janeiro:

O porto do Rio de Janeiro passou a ser um dos mais procurados da Colônia. O fato se explica por ser a porta de entrada de gêneros manufaturados para as áreas de mineração, especialmente, como também por ser a porta de saída do ouro e dos diamantes.⁷⁵

O aumento no volume do comércio fortaleceu a economia da cidade, pois um número cada vez maior de embarcações procurava seu porto visando um crescente mercado consumidor de manufaturados. Ao mesmo tempo, era através do mesmo porto que os gêneros tropicais produzidos na colônia eram embarcados para o exterior.⁷⁶ Além disso, verificava-se no Rio de Janeiro um número crescente de desembarques de escravos trazidos do continente africano:

sabe-se que desde o início do século XVIII o porto carioca desempenhava papel fundamental naquilo que a historiografia chama de “reprodução externa da economia colonial” – leia-se o tráfico atlântico de escravos. De fato, ele funcionava como o principal pólo de importação e posterior redistribuição de escravos africanos para o Sudeste brasileiro. Entre 1723 e 1771, do maior porto negreiro africano ao sul do Equador (Luanda) foram exportados para o Brasil 203.904 cativos, dos quais 51% para o Porto do Rio de Janeiro. Comparando-se com os desembarques de africanos em todo o Brasil, observa-se que entre 1791 e 1830 o porto carioca concentrou 56% do movimento global, superando em muito o movimento do Porto de Salvador, que na mesma época chegava a apenas dois terços das entradas verificadas no Rio de Janeiro.⁷⁷

O Rio de Janeiro era o principal centro consumidor da colônia na época, não apenas de gêneros coloniais, mas também de manufaturados europeus importados através de Portugal. A maior parte dos navios que entravam e saíam do seu porto servia ao comércio de cabotagem. Este se expandiu na primeira metade do século XVIII em decorrência dos novos mercados internos surgidos nas áreas de mineração. Os portos ao longo do litoral brasileiro encaminhavam para o Rio de Janeiro parte da sua produção,

⁷⁴ Ibid., p 31 e 32.

⁷⁵ Ibid., p. 32.

⁷⁶ Ibid.

⁷⁷ FRAGOSO, op. cit., p. 94.

Tabela 6: Comércio de cabotagem – gêneros que entraram pela Barra do Rio de Janeiro (1791-1808)

Comércio de Cabotagem — Gêneros que Entraram pela Barra do Rio de Janeiro (1791-1808)

Ano	Açúcar (arroba)	Aguardente (pipas)	Arroz		Café (arroba)	Carne-seca (arroba)	Farinha de Mandioca (alqueire)	Feijão (alqueire)	Milho (alqueire)	Toucinho (alqueire)	Trigo (alqueire)
			Com casca (alqueire)	pilado (alqueire)							
1791	255.480	2.642	33.149	-	-	25.820	39.880	15.053	1.362	44.697	97.752
1792	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1793	265.360	3.682	20.353	-	-	168.279	28.478	3.302	1.827	27.279	76.976
1794	4.112	965	1.762	56	203	88.386	644	1.142	384	9.960	33.598
1795	6.950	450	4.151	486	55	37.521	5.900	363	146	7.562	8.949
1796	6.000	161	2.160	20	10	22.321	908	186	203	648	29.114
1797	3.958	135	280	-	10	-	-	40	35	-	-
1798	77.642	643	8.620	1.485	915	43.791	4.470	1.935	405	5.190	9.300
1799	655.861	3.049	11.895	3.116	2.550	118.559	13.031	4.300	1.940	23.640	91.528
1800	391.537	2.715	18.915	2.052	4.755	173.429	8.581	4.155	2.046	15.890	51.506
1801	293.608	1.574	9.365	2.916	230	95.620	11.464	1.469	295	27.540	43.554
1802	287.510	2.382	18.472	1.966	807	159.620	13.020	1.780	350	12.024	82.585
1803	155.620	2.236	15.540	1.570	488	116.315	19.430	5.583	395	14.676	74.890
1804	132.820	2.125	14.500	2.421	993	123.700	37.270	2.250	-	21.663	65.962
1805	232.960	2.689	45.236	3.848	2.455	230.551	53.824	5.999	2.310	14.230	80.158
1806	203.003	3.940	18.907	1.850	1.065	169.403	21.520	5.320	3.840	22.500	81.534
1807	380.260	3.052	35.623	2.570	4.492	201.250	5.755	4.840	4.233	20.310	227.104
1808	184.825	3.135	20.018	2.572	6.220	202.782	13.870	2.885	3.130	22.503	213.131

Fonte: SANTOS, op. cit., p. 86.

Tais mercadorias provinham da hinterlândia do porto do Rio de Janeiro, cuja ligação era feita, em 1799, através dos seguintes portos: Rio Grande, Santa Catarina, Porto Alegre, Rio de São Francisco, Laguna, Paranaguá, Cananéia, Iguape, Santos, São Sebastião, Ubatuba, Parati, Ilha Grande, Guaratiba, Vitória, Guarapari, Vila Nova de Benevente, Itapemirim, Campos, Macaé, Rio de São João e Cabo Frio.⁷⁹

Se num primeiro momento o aumento da produção e do comércio do Rio de Janeiro esteve relacionado ao desenvolvimento da região mineira, secundariamente, o crescimento das demandas interna e externa exigiu a adaptação dos setores produtivos coloniais, novamente favorecendo a capitania fluminense. Santos explica da seguinte maneira:

Da mesma maneira que na Europa, também aqui houve considerável aumento de população e este fato teve sérias implicações econômicas. Intensificou-se em toda a Baixada Fluminense a produção de cereais, a fabricação de açúcar e aguardente. Introduziu-se novas culturas como o café, anil e linho. Assim, a diversificação da agro-indústria da Capitania do Rio de Janeiro não só serviu para o abastecimento das Minas Gerais, como da

⁷⁹ Ibid., p. 53.

cidade do Rio de Janeiro e para a exportação para Portugal, costa da África e Rio da Prata.⁸⁰

Desta forma, em meados do século XVIII o Rio de Janeiro assumia o mais volumoso comércio com o exterior, ultrapassando os portos de Recife e Salvador.⁸¹ Certamente esta conjuntura beneficiou as cidades do litoral sul. No século XIX o transporte de diversos gêneros alimentícios (banana, açúcar, pescado), da cachaça, de artigos de luxo e até o transporte de passageiros aumentou e dinamizou a economia da região, fazendo do comércio marítimo um dos pontos de sustentação econômica dessas cidades.⁸²

Em Parati, como vimos acima, a utilização do Caminho Novo na década de 1770 em diante fez diminuir as atividades portuárias, assumindo estas um papel secundário na economia da região. A agricultura de gêneros alimentícios para o mercado interno e a produção da cachaça e do tabaco destinados às trocas por escravos na África foram ganhando espaço, e passaram a ser incluídas na hinterlândia do porto do Rio de Janeiro, conforme se observa na tabela de entrada de embarcações no porto desta cidade, em 1791 (ver tabela 7). A despeito do gradativo abandono do Caminho Velho (ou Estrada Real), Parati continuou articulada à região das minas através do Vale do Paraíba, que aos poucos tornava-se povoado e produtivo.⁸³

Em Angra dos Reis, assim como na cidade vizinha, o impacto da mudança de rota para o Caminho Novo proporcionou o desenvolvimento de outras atividades (tabela 8), embora o movimento portuário tenha voltado a dinamizar-se ao final do século XVIII. A produção da cachaça também foi impulsionada junto com o cultivo do anil, a produção de alimentos para o consumo local e a pesca da baleia.⁸⁴

Como principal fator externo para o incremento da fabricação da cachaça no litoral sul destacamos o aumento da demanda pela mão de obra escrava africana que procurava atender as necessidades dos setores produtivos do Brasil colonial e imperial. Essa demanda respondia pelo crescimento tanto do mercado interno quanto externo. A seguir, trataremos um pouco mais dessa lucrativa relação entre os negócios do tráfico de escravos africanos e a cachaça.

⁸⁰ Ibid., p. 55.

⁸¹ Ibid., p. 56.

⁸² FILHO, op. cit., p. 21.

⁸³ SOUZA, op. cit., p. 38.

⁸⁴ VASCONCELLOS, Marcia C. R. de. *Nas bênçãos de Nossa Senhora do Rosário: Relações familiares entre escravos em Mambucaba, Angra dos Reis, 1830 a 1881*. Niterói. Dissertação (Mestrado em História) -UFF, 2001. p. 44.

Tabela 7: Entrada de embarcações no Porto do Rio de Janeiro em 1791 e natureza da carga

Regiões		Carga
Nomes	Nº. de embarcações	
Lisboa	22	Vinho, aguardente de uva
Porto	15	Trigo, farinha de trigo
Figueira	1	Bacalhau, vinagre, azeite
Portugal	38	Sardinhas etc.
Ilha Faiol	2	Vinho, aletria, erva-doce etc.
Angola	6	6.255 escravos, cera, óleo
Benguela	10	Enxofre, marfim, sal
África	16	Madeira
R. G. do Sul	92	Couros, carne, trigo, peixes
Campos	87	Açúcar, mel, feijão, arroz
Parati	86	Toucinho, cachaça, tabaco etc.
I. Grande	69	Cachaça, mel, açúcar, feijão
Bahia	27	Vinho, sal, vinagre etc.
Guaratiba	27	Açúcar, milho, arroz etc.
Rio S. João	26	Açúcar
S. Catarina	20	Peixe seco, milho, feijão, sal
Cabo Frio	18	Açúcar, peixe, feijão, trigo
Macaé	12	Açúcar
Capitania do Rio	11	Açúcar, cachaça, couros e arroz
S. Sebastião	10	Açúcar, peixe, feijão, café
Recife	10	Vinho, vinagre, bacalhau, sal etc.

Fonte: FRAGOSO, op. cit., p. 104-105.

Tabela 8: Dados relativos à produção da capitania do Rio Janeiro (1779-1780)

Dados Relativos à Produção da Capitania do Rio de Janeiro (1779-1780)										
Freguesia	Fogos	Engenhos	Engenho- cas	Escravos	Açúcar (caixas)	Aguar- dente (pipas)	Farinha (alqueire)	Arroz (alqueire)	Feijão (alqueire)	Milho (alqueire)
Distrito de Santo Antônio de Sá										
Jambi	121	7	-	253	126	116	1.500	600	100	80
Guapimirim	164	4	-	107	52	7	9.000	2.500	200	200
S. Antônio de Sá	348	8	-	222	97	56	10.000	3.000	400	500
St.Ma. Trindade	288	3	-	48	26	15	28.000	3.500	2.200	1.700
Distrito de São Gonçalo										
São Gonçalo	731	24	-	1.030	490	341				
São João de Carai	107	3	-	101	54	23	13.800	1.150	2.800	2.161
São Sebastião de Itapuig	471	4	-	138	62					
Distrito de Maricá										
N.S. do Amparo de Maricá	336	5	-	120	96	57	4.501	1.100	2.461	2.054
S. José de Itaboraí	540	22	-	630	409	232	23.295	2.869	8.040	11.275
Rio do Ouro	114	5	-	124	46	32	6.600	100	1.400	2.300
Distrito de Cabo Frio										
N.S. da Assunção de Cabo Frio	560									
Saquarema	261	8	10	555	117	60	35.000	60	7.000	4.000
São Pedro	128									
Distrito de Inhomirim										
Inhomirim	309	3	-	72	20	28	4.320	800	1.900	24.150
Tacobaíba	216	-	-	-	-	-	4.080	2.000	-	-
S. Nicolau de Suruí	208	1	-	30	6	8	3.600	2.390	60	200
N.S. da Piedade de Magé	468	2	-	120	30	20	5.200	570	120	250
Distrito de Irajá										
S. Francisco Xavier	50	1	-	-	-	-	2.000	300	600	500

Dados Relativos à Produção da Capitania do Rio de Janeiro (1779-1780)										
Freguesia	Fogos	Engenhos	Engenho- cas	Escravos	Açúcar (caixas)	Aguar- dente (pipas)	Farinha (alqueire)	Arroz (alqueire)	Feijão (alqueire)	Milho (alqueire)
Inhaúma	160	4	-	186	90	55	2.986	200	587	482
Irajá	242	3	-	562	306	178	3.500	850	800	858
São João do Meriti	104	11	-	330	105	61	1.000	650	230	240
N.S. do Pilar do Iguaçú	283	2	-	74	40	-	16.254	3.470	177	256
Distrito de Guaratiba										
Guaratiba	277	6	-	260	95	64	-	-	-	-
Itaguaí	35	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Campo Grande	170	10	-	448	175	97	2.500	400	2.040	700
Jacarepaguá	198	8	-	346	147	100	2.888	281	1.430	1.579
Jacutinga	253	7	-	236	178	81	25.000	10.000	1.003	1.000
Iguaçú	204	2	-	80	-	20	10.000	10.000	400	400
Marapicu	105	4	-	310	132	60	1.500	1.500	800	300
Distrito dos Campos dos Goitacazes										
São Salvador										
São Gonçalo										
R. Ant. dos Guarulhos										
S. João da Barra	1.803	168	-	5.066	2.161	142	-	-	-	-
N.S. do Desterro de Capivari										
N.S. das R. e S. Rita										
Distrito da Vila de Angra dos Reis										
Angra dos Reis	800	10	82	2.865	230	1.030	25.736	2.823	1.485	951
Distrito da Vila de Parati										
Freg. da Vila de Parati	560	5	67	1.727	75	1.554	14.533	1.302	2.208	952
Soma	10.692	340	159	16.048	5.382	4.462	256.713	52.415	38.438	57.080

Fonte: SANTOS, op. cit., p. 91 e 92.

A inserção da cachaça do Rio de Janeiro no tráfico de escravos africanos

Vimos que Angra dos Reis e Parati passaram a investir no cultivo da cana e na fabricação da cachaça na segunda metade do Setecentos, impulsionadas pela diminuição das atividades portuárias a partir da abertura do Caminho Novo, precisamente na década de 1770. A quantidade da bebida contabilizada nas entradas do porto do Rio de Janeiro com origem no litoral sul fluminense atesta o grau de especialização frente a outras regiões da capitania à época (tabelas 7 e 8). O termo parati utilizado como um sinônimo também informa o grau de identificação da cidade com a bebida.

Neste mesmo momento, o tráfico angolano de escravos era parte integrante de um sistema mercantil cujo cerne encontrava-se na região centro-sul brasileira. Se antes ele era controlado fundamentalmente pela Bahia, ao longo do Setecentos o Rio de Janeiro foi assumindo a direção na medida em que tornava-se o mais importante porto da América portuguesa e principal fornecedor de gêneros em Angola.

Segundo Roquinaldo Ferreira, a cachaça teve um importante papel no que diz respeito às estratégias dos negociantes do Rio de Janeiro para financiar suas transações com escravos nos sertões angolanos. Tal produto despontava entre os mais exportados para lá, e sua propagação confundiu-se com a própria fase comercial do tráfico. A geribita (ou jeribita) – como a cachaça ficou conhecida em Angola – era consumida nas tavernas de Luanda e Benguela e usada para pagar tropas e milícias.⁸⁵ Sua centralidade, contudo, estava “*relacionada com o papel de moeda de troca no interior (sertões), onde [as geribitas] eram indispensáveis no ‘pacote’ de mercadorias trocadas por escravos, os banzos*”.⁸⁶ Dos benefícios da produção da cachaça no Rio de Janeiro, Ferreira diz que

assim como os fumos baianos, as geribitas tinham atributos imbatíveis em relação aos outros produtos trocados por escravos. Sendo praticamente um subproduto do açúcar dos engenhos, apresentavam grande vantagem devido ao baixo custo de produção. Ainda no Brasil, proporcionavam um aumento de 25% nos lucros brutos dos engenhos e podiam atenuar as perdas no caso de eventuais crises econômicas.⁸⁷

⁸⁵ FERREIRA, Roquinaldo. “Dinâmica do comércio intracolônial: geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII)”, in FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Pp. 339-378.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 346.

⁸⁷ *Ibid.*

De fato a fabricação da bebida não exigia muitos recursos, embora necessitasse de especialista que dominasse a técnica da feitura. Com uma engenhoca acionada manualmente e um alambique de barro podia-se adquirir quantidades suficientes para consumo doméstico, local ou externo. A mão de obra escrava era comumente utilizada no processo produtivo.⁸⁸ Segundo dados calculados por Stuart Schwartz em engenhos baianos, entre 1716 e 1816, os subprodutos da cana aumentavam o lucro bruto dos senhores de engenho em cerca de 25%, principalmente nas conjunturas de baixa do preço do açúcar.⁸⁹ Baixo investimento e alto lucro, junto aos demais fatores internos mencionados, somados à valorização da geribita como moeda de troca empregada por negociantes do Rio de Janeiro fizeram do litoral sul uma região especializada na produção da cachaça, nas últimas décadas do século XVIII, inserida na hinterlândia do principal porto da América portuguesa.

Isto significa dizer que a população africana transformava-se em grande consumidora deste álcool, preterindo aos poucos o vinho e a aguardente comercializados pela Europa.⁹⁰ Posteriormente, a maioria daquela população viria embarcada como escrava para a Colônia e Império do Brasil, e aportava com o hábito do consumo da cachaça já assimilado.⁹¹ Ressaltamos a lógica perversa engendrada por essa atividade no momento do desenvolvimento do tráfico, muito bem explicada por Carlos Magno Guimarães:

A participação da aguardente no processo que acabou por transformá-la em moeda para a troca por escravos deve ser vista de uma perspectiva de ignorar a fetichização do produto, pretende desvendar o caráter que adquiriu tanto no plano econômico quanto no político e cultural. Na realidade, a aguardente foi o produto que intermediou um amplo movimento, que tinha em uma extremidade a captura de povos inteiros para serem escravizados e, na outra, a exploração destes (já na condição de escravos). Nessa perspectiva, o produto teve um conteúdo político que remetia à imensa estrutura de dominação e exploração que se expressou tanto na empresa do tráfico quanto na sociedade escravista colonial.⁹²

⁸⁸ ALGRANTI, op. cit.; e GUIMARÃES, Carlos Magno. “Os quilombos, a noite e a aguardente nas Minas coloniais”. In: *Álcool de drogas na história do Brasil*. VENÂNCIO, Renato P. & CARNEIRO, Henrique. São Paulo: Ed. PUCMINAS, 2005.

⁸⁹ SCHWARTZ, op. cit.

⁹⁰ ALENCASTRO, op. cit.

⁹¹ “Dito de outra forma, o significado é que, na África, as populações tiveram seus hábitos modificados de acordo com os traços da dinâmica cultural da sociedade que iria recebê-los e explorá-los como escravos”, GUIMARÃES, op. cit., p. 95.

⁹² *Ibid.*, p. 95-96.

Culturalmente, a cachaça passava a fazer parte do dia a dia das senzalas. Além de representar um alimento barato de alta caloria, acessível às camadas empobrecidas, o efeito báquico funcionava como “remédio” às amarguras da vida em cativeiro. As funções de controle e manutenção da ordem escravista também estiveram implícitas no consumo da bebida, mesmo assumindo o risco de perder o escravo para o alcoolismo.⁹³ Em doses moderadas a cachaça animava as festas e os rituais religiosos dos escravos.⁹⁴ O Jongo que atualmente é praticado em Angra dos Reis revela, através dos pontos, a disseminação de um hábito do tempo do cativeiro:

Eu agora vou dizer:
carro sem boi não anda
e eu não canto sem beber.

Eu vim de Mambucaba
morar no Rio de Janeiro.
Um golinho de pinga, gente,
faz parte do terreiro.

Versos de Rosau Bernardo, Mambucaba.⁹⁵

Moça fina filha de homem intrigueiro,
quem se mete na cachaça
não pode ajuntar dinheiro.

Verso de José Adriano, Quilombo do Bracuí.⁹⁶

Não obstante, a historiografia quase sempre minimizou a dimensão dos usos que fizeram do destilado, ou a colocava à margem da história. Luiz Felipe de Alencastro foi um dos poucos que chamaram atenção para o tema afirmando que “*na verdade, as exportações de cachaça ilustram o modo pelo qual o comércio intercolonial sul-atlântico se sobrepõe – desde o final do século XVII – aos interesses de grupos metropolitanos*”.⁹⁷ Embora trate da questão no período em que os negociantes coloniais ainda brigavam pelo direito de comercializar livremente a bebida nos portos africanos, o autor apresentou uma vantagem econômica que explica a continuidade e a expansão da produção da mercadoria até meados do século XIX. Uma vez alcançado o grande comércio atlântico por meio das carreiras africanas, a cachaça barateava os fretes e

⁹³ ALGRANTI, op. cit., e GUIMARÃES, op. cit.

⁹⁴ ALGRANTI, op. cit.

⁹⁵ Acervo UFF Petrobrás Cultural (Jongo em Angra dos Reis)

⁹⁶ Ibid.

⁹⁷ ALENCASTRO, op. cit., p. 307.

aumentava os lucros desse intercâmbio comercial, sendo a mercadoria com a qual se resgataria mais escravos, superável por nenhum outro gênero.⁹⁸

Já Manolo Florentino diminuiu o papel da aguardente de cana, principalmente, no tocante à sua influência sobre a hegemonia dos traficantes cariocas:

O fato de a aguardente de cana sempre ter tido um grande peso no comércio carioca com Angola e Moçambique – em uma proporção que, apesar de haver aumentado depois de 1808, de resto continuou inferior ao valor das fazendas importadas – era importante, porém secundário.⁹⁹

O autor afirmou que a composição dos bens para o escambo – a qual a aguardente de cana esteve presente em 94% dos carregamentos – seria fundamental para localizar um determinado movimento do capital traficante do Rio de Janeiro. Os têxteis, entretanto, acabaram sobressaindo na análise do financiamento do tráfico por ser uma mercadoria importada de maior valor, demonstrando o caráter internacional dos agentes cariocas.¹⁰⁰ Há, aqui, uma questão levantada por José Curto. Este argumentou que a análise de Florentino carece de documentos comprobatórios acerca da maior parte das várias operações ligadas ao comércio transatlântico de escravos.¹⁰¹

José Curto foi quem mais se dedicou ao estudo do comércio do álcool no continente africano. O autor explicou que a geribita encontrou espaço no comércio de Luanda e em sua hinterlândia em meados do século XVII e logo depois de 1695, quando foi liberada a importação da aguardente de cana brasileira.¹⁰² A maior parte da bebida era enviada, principalmente, pelos portos da Bahia e de Recife. Entretanto, o Rio de Janeiro começou a despontar naquele momento como terceiro porto fornecedor do produto, desembarcando quantidades ainda inexpressivas. Foi a descoberta do ouro no sudeste da colônia portuguesa na América que teria impulsionado a fabricação da cachaça no Rio de Janeiro:

⁹⁸ Ibid.

⁹⁹ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1997. p. 115.

¹⁰⁰ Ibid., pp. 107-139.

¹⁰¹ “...devem ser utilizados outros tipos de documentação para calcular os lucros obtidos na troca de álcool por escravos”, ver: CURTO, José C. *Álcool e escravos. O comércio luso-brasileiro do álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico atlântico de escravos (c. 1480-1830) e o seu impacto nas sociedades da África Central Ocidental*. Trad. Márcia Lameirinhas. Lisboa: Ed. Vulgata, 2002; principalmente o capítulo VII.

¹⁰² A Provisão que proibia a importação da aguardente de cana de açúcar brasileira em Luanda foi suspensa em 1695. cf.: CURTO, op. cit., p. 151.

Inicialmente diminuta, a quantidade de cachaça que tinha origem nesta nova fonte iria aumentar em proporção direta com a expansão da indústria mineira de ouro de Minas Gerais, que alimentava consideravelmente a economia urbana do Rio de Janeiro e as suas plantações de açúcar.¹⁰³

Diversos setores da crescente economia demandavam cada vez mais mão de obra, o que levou a uma procura maior por escravos africanos. As casas comerciais do Rio de Janeiro souberam aproveitar a conjuntura favorável e investiram na ampliação da produção da cachaça. O destino da bebida era certo: a capital colonial de Angola. Na esteira do aumento da exportação de cachaça para Luanda alargava-se o comércio de escravos realizado pelos negociantes do Rio de Janeiro:

[a expansão de setores econômicos do sudeste brasileiro] levou as casas comerciais do Rio de Janeiro a participarem no tráfico de escravos realizado em Luanda, o maior e mais próximo porto comercial de escravos, do outro lado do Atlântico, exatamente da maneira utilizada pelos seus concorrentes na Bahia e no Recife, meio século antes. Também eles começaram a enviar os seus representantes comerciais para a capital colonial de Angola para estabelecer firmas comerciais subsidiárias. Além disso, também adotaram a cachaça, uma mercadoria cada vez mais importante produzida nas plantações de açúcar em expansão do sudeste brasileiro, como produto de troca mais vantajoso, com o qual abasteciam os seus representantes comerciais de Luanda, com o objetivo de adquirirem escravos.¹⁰⁴

Desta forma, os comerciantes do Rio de Janeiro passaram a ser os principais fornecedores da geribita nesta região africana, posição que preservaram até, pelo menos, a década de 1830 – momento da primeira proibição oficial do comércio transatlântico de escravos em direção ao Brasil. Para José Curto, a cachaça permitiu às casas comerciais cariocas abarcarem uma parcela significativa dos cativos exportados de Angola.¹⁰⁵

Na década de 1720, o Rio de Janeiro já era o porto que mais recebia escravos vindos de Luanda.¹⁰⁶ Indiretamente, tal fato aponta que o maior volume da cachaça que chegava àquele porto africano provavelmente escoava pela baía de Guanabara:

Com o volume de escravos exportados da capital colonial de Angola para a Bahia e o Recife a declinarem apreciavelmente durante as primeiras duas décadas do século XVIII, as grandes importações de cachaça por parte de Luanda em finais da década de 1720 só podiam ter origem numa fonte predominante: a Baía de Guanabara, que se tinha tornado o principal destino para o crescente número de escravos embarcados neste porto da África Central Ocidental.¹⁰⁷

¹⁰³ Ibid., p. 151.

¹⁰⁴ Ibid., p. 154.

¹⁰⁵ Ibid., p. 152.

¹⁰⁶ Ibid., p. 154-155.

¹⁰⁷ Ibid., p. 155.

A expressiva entrada da geribita em Luanda foi acompanhada por uma queda constante das importações do álcool metropolitano (vinho e aguardente). Mas isso não significou a perda do controle do tráfico pelos comerciantes metropolitanos. Estes detinham os produtos de consumo corrente e de luxo mais procurados na África centro-ocidental: os tecidos europeus e asiáticos. Tais produtos eram altamente rentáveis e mais vantajosos na troca de escravos do que a geribita. Portanto, mesmo o Rio de Janeiro tendo alcançado níveis sem precedentes de exportação de cachaça e, conseqüentemente, de importação de cativos, entre as décadas de 1720-1730, os traficantes de escravos portugueses instalados em Luanda mantiveram seu domínio sobre o negócio. Conscientes da limitação comercial da geribita neste momento, os negociantes do Rio de Janeiro ampliaram a área de atuação na costa africana:

A incapacidade da cachaça para proporcionar às casas comerciais brasileiras uma quota maior do tráfico de escravos de Luanda parece ter sido compreendida precisamente quando a importação desta bebida alcoólica estava no auge. Pouco depois de 1730, muitos dos representantes das firmas comerciais da terra de Vera Cruz, especialmente aqueles com ligação ao Rio de Janeiro, começaram a transferir as suas operações da capital colonial de Angola para Benguela, longe do domínio dos traficantes de escravos portugueses e dos capitalistas comerciais metropolitanos.¹⁰⁸

Mesmo havendo a concorrência dos agentes metropolitanos e seu controle sobre os tecidos europeus e asiáticos, as vantagens da geribita não podem ser desprezadas no comércio de escravos. Os negociantes do Rio de Janeiro obtinham a posse e o controle direto da cachaça: produzida em larga escala dentro da própria colônia brasileira, esses homens tinham acesso fácil à mercadoria, contavam com baixos custos de produção e baixo valor de compra e, além disso, controlavam o embarque e a exportação do mesmo. Chegaram a exportar, inclusive, para traficantes metropolitanos que visavam adquirir escravos no interior africano.¹⁰⁹

Apesar de uma diminuição nas importações do álcool em Luanda depois de 1750¹¹⁰, os traficantes luso-brasileiros já estabelecidos continuaram a enviar quantidades relevantes de geribita para os mercados de escravos localizados às margens

¹⁰⁸ Ibid., p. 157.

¹⁰⁹ Ibid., p. 158.

¹¹⁰ A década de 1750 mostra que a economia colonial brasileira entrou num período de recessão decorrente da queda da procura do açúcar no mercado europeu e do início da diminuição da produção de ouro e diamantes em Minas Gerais. Houve menor demanda por escravos e queda no volume de exportação da cachaça. Comparando os intervalos dos anos 1727-1728 e 1756-1761, a redução das importações da geribita em Luanda atingiu 21%; CURTO, op. cit.

do rio Kuanza, principalmente o mercado de Kasange.¹¹¹ O vinho e a aguardente sofreram queda maior de importação em relação à cachaça. Dados analisados por Curto indicam que a cachaça, no início da década de 1770 – auge da recessão causada pela diminuição da exportação do açúcar –, era responsável por boa parte dos escravos adquiridos em Luanda e Benguela:

o valor total das importações brasileiras em Luanda e Benguela é dado como atingindo os 1.600.000\$000 réis, essencialmente sob a forma de geribita. Embora não muito precisa, esta última informação implica muito provavelmente que a cachaça representava entre metade e três quartos do valor das importações brasileiras, ou seja, entre 8.000.000\$000 e 1.200.000\$000 réis.¹¹²

Os negociantes do Rio de Janeiro conseguiram manter a sua parte no tráfico de escravos realizado não só em Luanda como também no interior angolano. Consequentemente, mantiveram em alta a fabricação e as exportações de cachaça. De um total de 191 navios aportados na capital de Angola, durante a década de 1760, 53% saíram da Baía de Guanabara, 24,5% da Bahia e 22,5% do Recife. Estes números refletem o destino dos escravos embarcados em Luanda no mesmo período: 48,5% para o Rio de Janeiro, 20,5% para a Bahia e 24,5% para o Recife.¹¹³

A recuperação da economia colonial ocorreu a partir da década de 1780, principalmente com o aumento do preço do açúcar na Europa e a expansão de sua produção em todo o Brasil. O cultivo do tabaco também cresceu na medida em que a procura se intensificava na África ocidental e na Europa, o mesmo incidiu com as plantações de algodão, cacau, café, arroz e trigo.¹¹⁴ Consequentemente, a procura de escravos foi maior e, com isso, o tráfico de escravos de Angola para cá aumentou mais uma vez, destacando-se a atuação dos negociantes do Rio de Janeiro:

Para obter parte do maior número de trabalhadores escravos necessários à produção em expansão destes alimentos e matérias-primas, assim como para continuar a satisfazer as necessidades de trabalho escravo do setor urbano e da indústria mineira em declínio, os comerciantes coloniais da terra de Vera Cruz empenharam-se naturalmente em aumentar ainda mais a sua quota no comércio de escravos deste centro urbano costeiro da África Central Ocidental. [...] primeiro foi enviada uma nova vaga de agentes comerciais para estabelecer lojas em Luanda; segundo, estes receberam grandes quantidades da principal mercadoria de exportação brasileira necessária para comprar escravos na capital colonial de Angola, a cachaça. [...] a estratégia

¹¹¹ Ibid., p. 160.

¹¹² Ibid., p. 160-161.

¹¹³ Ibid., p. 162 e quadro VII.

¹¹⁴ Ibid., p. 162-163.

foi dirigida pelas casas comerciais do Rio de Janeiro que, a seguir ao final da década de 1770, viram a produção de aguardente de cana no seu *hinterland* próximo aumentar substancialmente.¹¹⁵

Entre 1782 e 1784, Luanda importou 4.021 pipas de geribita, resultando uma média de 1.340,5 pipas por ano. Desse total 76%, ou 3.050 pipas, saíram da Baía de Guanabara – a maior quantidade exportada pelo Rio de Janeiro no comércio da geribita com Luanda. Os 24% restantes tinham origem na Bahia e em Pernambuco.¹¹⁶ Nessa altura o litoral sul fluminense já apresentava a maior produção da bebida na capitania (tabelas 2, 3 e 8) que entrava continuamente no porto carioca (tabela 7).

Entre 1785 e 1794, a média anual de importação da cachaça em Luanda foi de 1.486 pipas, sendo o Rio de Janeiro um dos principais fornecedores. Dos 147 barcos brasileiros aportados na capital angolana, 94 saíram deste porto, 28 da Bahia e 25 do Recife.¹¹⁷ Já no período de 1795 e 1797, 7.613 pipas de cachaça foram descarregadas. A maior parte continuava a ser fornecida por apenas um porto: de 61 barcos aportados neste período, 41 partiram do Rio de Janeiro (ver tabela 4), 12 da Bahia e 8 de Recife:

podem ter estado na base deste crescimento volumes mais elevados de cachaça da Baía de Guanabara, com as quantidades importadas da Baía e do Recife a sofrerem uma descida proporcional. O principal porto do sul da terra de Vera Cruz exportou sozinho 2.272 pipas de geribita para Luanda em 1796, o que representou 52% das suas exportações totais de cachaça.¹¹⁸

No início do século XIX o Rio de Janeiro continuou sendo o maior fornecedor de geribita em Luanda: entre 1800 e 1808, de 169 barcos brasileiros, 112 tinham origem no Rio de Janeiro, 32 na Bahia e 25 no Recife. Apenas em 1807, foram descarregadas 2.539 pipas de cachaça na capital angolana.¹¹⁹ José Curto calculou que dos 318.799 escravos exportados de Luanda entre 1780 e 1809, 45.540 eram diretamente adquiridos em troca de geribita. Desses, dois terços a três quartos vinham para o Rio de Janeiro.¹²⁰

¹¹⁵ Ibid., 163-164.

¹¹⁶ Ibid., p. 166.

¹¹⁷ Ibid., p. 167.

¹¹⁸ Ibid., p. 169.

¹¹⁹ Ibid., p. 173

¹²⁰ “A cachaça permaneceu, por isso, a bebida alcoólica estrangeira mais importante na obtenção de escravos em Luanda. Esta troca continuou a ser dominada pelas casas comerciais do Rio de Janeiro. Entre 1782 e 1784, 75,8% das importações de geribita tinham origem na Baía de Guanabara, 14,7% vinham do Recife e 9,5% chegavam da Baía. Durante o período de 1785-1808, dos 400 navios brasileiros que atracaram na capital colonial de Angola, 66,7% eram do Rio de Janeiro, 18% da Baía e 14,7% estavam matriculados no Recife. Assim, cerca de dois terços a três quartos dos 45.540 cativos adquiridos neste porto marítimo da África Central Ocidental em troca de cachaça tinham como destino a Baía de Guanabara”, *ibid.*, p. 178.

O período de 1810-1815 apresentou uma pequena alta de 6% na exportação de escravos de Luanda, em relação ao verificado para 1808-1809. Entretanto, a importação de cachaça caiu em quantidades extremamente baixas: 1.721 pipas em 1810 e 1.410 em 1812-1813. Mesmo com essa queda, aproximadamente 70% da cachaça provinha do Rio de Janeiro (23% do Recife e 7% da Bahia). Esta queda relaciona-se à chegada da Corte portuguesa na colônia brasileira, em 1808, e junto com ela parte da nobreza e dos capitalistas mercantis metropolitanos, indicando uma mudança estrutural no comércio do álcool brasileiro.¹²¹ Nesse momento, os comerciantes do Rio de Janeiro passaram a obter os produtos europeus e asiáticos (tecidos e outras bebidas alcoólicas) utilizados na troca por escravos em África:

Enquanto as importações de gerebita totalizaram uns esmagadores 73% do valor global dos produtos importados para Luanda da terra de Vera Cruz entre 1785 e 1809, a proporção caiu para apenas 15% durante o período de 1810-1823. A abertura da terra de Vera Cruz ao “comercio livre” acabou assim, abruptamente, com o domínio arrasador da cachaça no comércio do Brasil com esta cidade portuária da África Central Ocidental. Porém, por mais significativa que fosse, esta mudança estrutural não conseguiu anular radicalmente o papel fundamental desempenhado pela gerebita em Luanda. Na verdade, a cachaça permaneceria o produto mais importante produzido para exportação no Brasil e manteve-se como o segundo produto mais significativo no tráfico de escravos na capital colonial de Angola.¹²²

A cachaça não perdeu os mercados africanos: com a abolição do tráfico de escravos ao norte do equador, em 1815, aumentava a necessidade de importação através da África centro-ocidental. Desta forma, crescia o movimento comercial em Luanda, tanto de escravos quanto de bebidas alcoólicas: “*no total, a media anual de álcool desembarcado de barcos brasileiros durante o período de 1815-1819 representou um aumento de 27% em relação à primeira metade da década 1810*”.¹²³

José Curto afirmou que no início da década de 1820 se manteve alta a exportação de escravos em Luanda, e, proporcionalmente, a importação de álcool. Entre 1820-1823, na falta de relatórios anuais sobre o comércio das bebidas, outros dados quantitativos apontam para essa situação. Um desses dados foi indicado por João Fragoso, de onde Curto observou que no período de 1820-1822, chegou à baía de Guanabara da sua hinterlândia um total de 13.876 pipas de cachaça: “*com uma média de cerca de 4.625 pipas por ano, este foi o maior volume de cachaça que entrou no Rio de*

¹²¹ Ibid., p. 179.

¹²² Ibid., p. 180.

¹²³ Ibid., p. 184.

*Janeiro em qualquer período de três anos desde 1799*¹²⁴. Devemos mencionar que a essa época o norte fluminense apontava um número elevado de entrada de carga transportando cachaça no porto do Rio de Janeiro, junto com o litoral sul.¹²⁵

A independência do Brasil, em 1822, fez do novo país uma nação estrangeira para Portugal, mas isto não impediu o comércio brasileiro com Luanda em decorrência da relação de inter-dependência entre as duas regiões há muito enraizada:

Para os comerciantes da terra de Vera Cruz, este porto marítimo da África Central Ocidental permaneceu uma das mais importantes fontes de cativos graças à qual podiam reabastecer a força de trabalho escravo no Brasil. Para os comerciantes em Luanda, por outro lado, a cachaça brasileira continuou a ser um dos mais importantes valores de troca com o qual podiam obter escravos do interior para exportar, a única atividade econômica de relevância da colônia.¹²⁶

A resposta de Portugal veio através de novos e mais altos impostos sobre o comércio em Luanda. Esta atitude levou os comerciantes brasileiros a procurarem outros locais de obtenção de cativos ao norte angolano, distante dos funcionários portugueses da alfândega colonial. Apesar disso, entre 1823-35, o álcool que chegava em Luanda oriundo dos portos brasileiros ainda era em grande quantidade – uma média de 2.064 pipas de geribita no intervalo de 1823-1825.¹²⁷

O imposto sobre a bebida foi suspenso em 1825, num momento em que aumentava a procura por escravos no Brasil imperial. A capital angolana era um dos poucos portos da África centro-ocidental onde os brasileiros podiam adquirir cativos legalmente:

Na realidade, as grandes exportações de álcool do Brasil para Luanda não só continuaram até final da década de 1820, mas até à abolição do tráfico de escravos transatlântico legal. Entre Janeiro e meados de Março do ano de 1830, quando o comércio foi finalmente declarado ilegal, foram embarcados da capital colonial de Angola 8.102 cativos. Porém, durante todo esse ano, as importações de álcool da terra de Vera Cruz totalizaram 1.748 pipas de gerebita e 130 pipas de vinho, muito do qual chegou provavelmente do Rio de Janeiro. Estava-se claramente perante um volume desproporcional em relação ao número inferior de escravos embarcados [...].¹²⁸

¹²⁴ CURTO, op. cit., p. 185 (nota 121).

¹²⁵ FRAGOSO, op. cit., tabela 5-4, p. 106-108.

¹²⁶ CURTO, op. cit., p. 186.

¹²⁷ Ibid., p. 187.

¹²⁸ Ibid., p. 191.

José Curto afirma que mesmo depois de abolido o tráfico transatlântico de escravos no Brasil imperial, em 1830, as importações de álcool deste país para Luanda continuaram a subir em volume. Os dados divulgados pelo *Jornal do Comércio* levantados por Marcia Vasconcellos mostram outra situação:

Tabela 9: Cargas transportadas por barcos saídos do litoral sul fluminense em direção ao Rio de Janeiro (1827 - 1888) / transporte de aguardente

Localidades	Períodos							
	1827-1829	1830-1839	1840-1849	1850-1859	1860-1869	1870-1879	1880-1888	1827-1888
Angra dos Reis	46	51	4	3	60	104	60	328
Total de embarcações saídas de Angra dos Reis	138	648	737	955	522	280	130	3.410
Parati	28	77	47	39	83	65	52	391
Total de embarcações saídas de Parati	88	324	43	444	606	293	150	2.358*

Tabela baseada nos dados obtidos por VASCONCELLOS, op. cit., p. 46. *O número total das embarcações saídas de Parati, entre 1827-1888, não confere com a soma das embarcações de cada ano; entretanto, optamos em colocar aqui exatamente os mesmos números da tabela elaborada por Vasconcellos.

Tais dados revelam uma queda acentuada de embarcações que transportavam cachaça saídas de Angra dos Reis até o porto do Rio de Janeiro entre 1840 e 1859. Em Parati os números da primeira metade do século são extremamente irregulares. Este quadro pode refletir, dentre outros fatores, um reordenamento do comércio da geribita forçado pela proibição do tráfico em 1831, pois a produção se mantinha firme no litoral sul fluminense e ainda aportavam em Luanda grandes quantidades de cachaça:

Durante o período de 1831-1832 foi descarregada uma média anual de 2.077,5 pipas de gerebita e 290,5 pipas de vinho, o que revela um crescimento de quase 19 e 120,5%, respectivamente, em relação às quantidades importadas durante o ano 1830. Não sabemos ainda a que corresponde este aumento. Pode ser [...] que estas maiores exportações de álcool do Brasil servissem para pagar o número de cativos exportados em grande escala durante os últimos anos do tráfico de escravos legal, mas podem também representar um esforço concertado dos comerciantes brasileiros para alimentar o comércio transatlântico de escravos ilegal que estava então a emergir na capital colonial de Angola e nos seus enclaves costeiros vizinhos.¹²⁹

¹²⁹ CURTO, op. cit., p. 192.

Em resumo, José Curto apontou a centralidade do Rio de Janeiro no tráfico de escravos, nas três primeiras décadas do século XIX, valorizando o papel da cachaça na obtenção dos cativos em Angola:

Entre 1810 e 1830, as casas comerciais no Brasil exerceram assim um monopólio total sobre o comércio do álcool em Luanda. Em consequência disso, a proporção de escravos adquiridos neste porto marítimo da África Central Ocidental, em troca de bebidas alcoólicas desembarcadas de barcos originários da terra de Vera Cruz, sofreu um aumento notável.¹³⁰

[...]

Assim, as bebidas alcoólicas importadas do Brasil continuaram a ser as mais utilizadas para adquirir escravos em Luanda de 1810 a 1830. E, destas, a cachaça permaneceu como a mais importante. Do valor total das bebidas alcoólicas importadas do Brasil pela capital colonial de Angola, durante os anos de 1810-1819 e 1823, a geribita representou 74,8% e 89,6%, respectivamente, ou seja, uma média conjunta de 77%.¹³¹

Visto estes dados, sabemos que a cachaça teve grande peso na entrada de cativos africanos no Brasil desde meados do século XVIII até, pelo menos, as três primeiras décadas do Oitocentos:

podemos estimar que entre 50.065 e 56.320 dos 62.580 a 70.400 escravos adquiridos durante o período de 1810-1830, em troca de álcool importado do Brasil, teriam sido obtidos diretamente recorrendo à geribita, ou seja, uma proporção de um em cada cinco a cinco e meio dos cativos embarcados.¹³²

[...]

As casas comerciais no Rio de Janeiro continuaram a dominar esta troca. Durante o período de 1810-1819 e em 1823, 58% das importações de cachaça tinham origem no Rio de Janeiro, 33% vinham do Recife e 9% da Baía. [...] O Rio de Janeiro perdeu, é evidente, algum terreno, mas mesmo nessa altura o empório do sul do Brasil continuou a ser o porto do qual provinha mais da metade da cachaça desembarcada em Luanda. Assim, podemos deduzir que pelo menos 60% dos 50.065 a 56.320 escravos obtidos em Luanda entre 1810 e 1830 em troca de geribita eram adquiridos por casas comerciais do Rio de Janeiro.¹³³

Boa parte da geribita que chegava aos portos angolanos oriunda do Rio de Janeiro era fabricada no litoral sul. Nas últimas décadas do século XVIII a região se especializou na produção da bebida que, de acordo com a conjuntura, assumia posição destacada na economia local. No início do século XIX a atividade foi mantida junto com outras e sua expansão esteve diretamente relacionada à demanda do tráfico

¹³⁰ Ibid., p. 193.

¹³¹ Ibid., p. 195-196.

¹³² Ibid., p. 196.

¹³³ Ibid., p. 196.

transatlântico de escravos, que se configurou como principal mercado para a cachaça do sul fluminense.

Partindo do que foi exposto ao longo do capítulo, passaremos à análise de 38 inventários *post-mortem* do município de Angra dos Reis, de 1800 a 1888, buscando conhecer o perfil de suas unidades rurais e perceber os impactos do fim do tráfico africano sobre as atividades envolvendo a mão de obra escrava.

Capítulo 2. As propriedades rurais em Angra dos Reis

Analisar o perfil da produção nas propriedades rurais de Angra dos Reis, entre o início e o final do Oitocentos, permite-nos conhecer parte do seu movimento socioeconômico. A utilização seriada de inventários *post-mortem* na pesquisa histórica foi um recurso que se mostrou capaz de atender a esta finalidade com bastante eficiência.¹³⁴

Além de contribuir para recuperar a trajetória de um indivíduo, os inventários abrem caminhos para alcançarmos diversos grupos sociais. No século XIX aparecem nos registros tanto grandes, médios e pequenos proprietários, ou fazendeiros, sitiantes e homens livres pobres¹³⁵, quanto a parcela da população desprovida de bens e da própria liberdade, os escravos. As relações estabelecidas entre as partes – que se refletem nas doações, alforrias, na preterição de outrem, na contestação dos bens partilhados etc. – expõem as negociações firmadas e as tensões fundadas em interesses divergentes, conferindo dinâmica às sociedades. São múltiplas as possibilidades de investigação que encontramos nesta fonte, o que exige, necessariamente, escolhas adequadas a objetivos específicos.

Para o período que vai dos anos 1800 a 1900 contabilizamos 433 inventários abertos em Angra dos Reis, que estão disponíveis para consulta no museu do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ).¹³⁶ Desse total, 389 são ações que vão do início do século até a abolição da escravatura, em 1888. Acreditamos que um recorte temporal mais extenso ajude a avaliar as conseqüências do fim do tráfico de escravos no município. Entretanto, devido ao prazo limitado para o desenvolvimento da pesquisa, selecionamos 1 a cada 10 inventários do grupo dos 389, que somaram uma pequena amostra de 38 ações.¹³⁷

A amostragem reduzida, embora fornecendo resultados menos precisos do ponto de vista quantitativo, permite um conhecimento maior do conjunto documental ao serem aproveitadas as informações de caráter qualitativo. Assim, adotando essa metodologia, buscamos empreender uma sondagem às questões norteadoras do presente trabalho: o

¹³⁴ FRAGOSO, João Luis Ribeiro & PITZER, Renato Rocha. “Barões, homens livres pobres e escravos: notas sobre uma fonte múltipla – Inventários *post-mortem*”. In: *Arrabaldes*, vol. 1, n. 2, 1988. p. 29-52.

¹³⁵ Categorias definidas por Hebe Mattos, para o século XIX, relacionadas à utilização da mão de obra escrava e à vinculação ou não da produção aos mercados externo/interno. Ver em CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009.

¹³⁶ <http://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/museu/museu>. Consultas realizadas no ano de 2010.

¹³⁷ Ver a relação dos inventários analisados em anexo.

movimento da produção da cachaça nas unidades rurais e a existência do protocampesinato negro¹³⁸ em Angra dos Reis no século XIX.

Para perceber os impactos que incidiram sobre as atividades econômicas e os escravos no espaço rural, a partir das principais transformações ocorridas, sobretudo, no Brasil imperial, optamos recortar em quatro o longo período que inicialmente definimos, a saber: 1º. 1800 a 1830 – período de livre comércio de escravos africanos; 2º. 1831 a 1850 – período da ilegalidade do comércio transatlântico de escravos; 3º. 1851 a 1871 – início da repressão do tráfico transatlântico de escravos até a promulgação da lei do Ventre Livre; e 4º. 1872 a 1888 – vigência da lei do Ventre Livre até a abolição da escravatura.

Apresentamos a distribuição dos inventários selecionados entre os períodos definidos na seguinte tabela:

Tabela 10: Distribuição dos inventários selecionados por período

Período	Quantidade de inventários
1º. - 1800 a 1830	6
2º. - 1831 a 1850	11
3º. - 1851 a 1871	14
4º. - 1872 a 1888	7
1800 a 1888	38

Fonte: Inventários do museu do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), comarca de Angra dos Reis (1 a cada 10 inventários entre 1800 e 1888).

De acordo com a tabela 10, o 2º. e o 3º. períodos, totalizando um intervalo de quarenta anos, concentraram maior quantidade de inventários (25 inventários); justamente o tempo da vigência do comércio ilegal de escravos, passando pela repressão deste pelo Estado imperial, até à promulgação da lei do Ventre Livre. O 1º. e o 4º. períodos apresentaram, juntos, 13 inventários em um intervalo de quarenta e seis anos.

Após a periodização dos inventários selecionados, empreendemos uma primeira leitura restrita à seção de descrição e avaliação dos bens pertencentes ao inventariado (falecido). Os objetivos desta análise preliminar foram identificar os principais tipos de bens anotados em cada ação e verificar a concentração e a distribuição dos mesmos nos referidos recortes temporais, conforme observa-se na tabela 11:

¹³⁸ A utilização do conceito será tratada no capítulo 3.

Tabela 11: Concentração e distribuição dos bens por período

Período	Quantidade de inventários	Tipos de bens							
		Máquinas	Animais	Escravos	Culturas	Imóveis	Terras	Dívida ativa	Dívida passiva
1800 a 1830	6	3	3	5	3	6	3	2	4
1831 a 1850	11	2	1	11	6	9	5	4	4
1851 a 1871	14	6	1	12	6	12	10	2	1
1872 a 1888	7	6	2	5	4	6	6	2	5
1800 a 1888	38	17	7	33	19	33	24	10	14

Fonte: Inventários do museu do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), comarca de Angra dos Reis (1 a cada 10 inventários entre 1800 e 1888).

A partir dos dados acima podemos notar que, em geral, o conjunto analisado revelou um alto índice de imóveis¹³⁹ e escravos existentes nas relações dos bens inventariados (nos dois casos, 33 inventários). Entre 1800 e 1830, os imóveis apareceram nos seis inventários vistos. Nos períodos posteriores eles não constavam em todos os processos, mas a ocorrência permaneceu elevada. Com os escravos a situação foi semelhante: em todos os períodos nos deparamos com um grande número de ações que tiveram escravos entre os bens avaliados, sendo que no período de vigência do comércio ilegal com a África a incidência foi de 100%.

As terras também foram encontradas em boa parte dos documentos selecionados (24 dos 38 inventários), mas, diferentemente dos imóveis e dos escravos, houve uma concentração maior deste tipo de propriedade na segunda metade do século XIX – enquanto no 1º. e no 2º. períodos elas apareceram, aproximadamente, em metade dos casos, no 3º. e no 4º. a ocorrência aumentou (respectivamente, 10 entre 14 ações e 6 entre 7 ações).

As culturas e as máquinas¹⁴⁰ estavam incluídas em quantidade razoável de inventários (19 e 17, respectivamente, das 38 ações). Os animais surgiram em número reduzido comparados às demais categorias (7 inventários).

¹³⁹ Classificamos como bens imóveis as edificações para fins diversos, desde casas de vivenda até unidades produtivas (ex.: casas de farinha e engenhos para fabricar aguardente).

¹⁴⁰ Foram contabilizadas as máquinas voltadas tanto para a produção doméstica quanto às utilizadas para a produção comercial (ex.: fornos, rodas e prensas as de mandioca, alambiques, moinhos)

Registramos os dados das dívidas ativa e passiva, mas alertamos que os mesmos não serão aprofundados nesse trabalho. Tais dados servem apenas para fornecer um panorama completo dos bens encontrados no conjunto dos documentos selecionados. No total dos 38 inventários verificamos a existência de dívida ativa em 10 deles, e de dívida passiva em 14.¹⁴¹

Reforçamos que essa pequena amostragem para um longo espaço de tempo não pretende extrair conclusões definitivas acerca da produção nas unidades rurais de Angra dos Reis, mas, sim, contribuir para uma aproximação maior dessas unidades, cruzando dados quantitativos, qualitativos, os resultados das últimas pesquisas para a região e a bibliografia regional, a fim de identificar movimentos que até agora passaram despercebidos pelos historiadores.

Das categorias relacionadas na tabela 11 daremos especial atenção aos itens *culturas*, *máquinas* e *escravos*, pensando especificamente na produção e na ocupação da mão de obra escrava das unidades rurais.

Culturas e máquinas

Dentro do conjunto de inventários selecionados para esta pesquisa, 19 apresentaram culturas em suas relações de bens. De acordo com a tabela 12 abaixo, aproximadamente metade das ações registrava, em cada período, um ou mais tipos de plantações que variavam em quantidade e valor. As culturas arroladas foram: banana, café, cana-de-açúcar, coqueiro, laranja, mandioca e, em apenas um caso, um pomar. A mandioca e o café foram cultivos reincidentes em todos os períodos. Não houve referências a canaviais e coqueirais entre 1851 e 1871. Da mesma maneira, os laranjais sumiram no 4º. período. Bananais apareceram somente entre os anos de 1800 a 1830.

¹⁴¹ Os bens móveis não foram incluídos nesta tabela pela enorme variedade e quantidade de objetos listados em cada inventário (utensílios domésticos, mobílias em geral, vestuários, jóias, ferramentas, carros e canoas). Ressaltamos, entretanto, que detalharemos alguns desses objetos em momento oportuno.

Tabela 12: Tipos de culturas por período

Período	Quantidade de inventários	Inventários com culturas	Tipos de culturas
1800 a 1830	6	3	Bananal, cafezal, canavial, coqueiral, laranjal e mandiocal
1831 a 1850	11	6	Cafezal, canavial, coqueiral, laranjal e mandiocal
1851 a 1871	14	6	Cafezal, laranjal, mandiocal e pomar
1872 a 1888	7	4	Cafezal, canavial, coqueiral e mandiocal
1800 a 1888	38	19	Bananal, cafezal, canavial, coqueiral, laranjal, mandiocal e pomar

Fonte: Inventários do museu do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), comarca de Angra dos Reis (1 a cada 10 inventários entre 1800 e 1888).

Cafezal

Tabela 13: Quantidade de cafezal por período

Período	Quantidade de inventários	Inventários com culturas	Cafezal
1800 a 1830	6	3	2
1831 a 1850	11	6	5
1851 a 1871	14	6	6
1872 a 1888	7	4	3
1800 a 1888	38	19	16

Fonte: Inventários do museu do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), comarca de Angra dos Reis (1 a cada 10 inventários entre 1800 e 1888).

No capítulo um, mostramos que Araújo observou no início do século XIX o cultivo inexpressivo da rubiácea. De acordo com seus dados, antes de 1805 a produção atingiu cerca de 5 arrobas que atendia basicamente ao consumo local.¹⁴² Honório Lima informou que o movimento de ocupação do solo pelo café foi responsável pelas grandes derrubadas das matas virgens da cidade e que nas décadas finais do Oitocentos as regiões mais dedicadas à referida cultura eram a Ilha Grande e Mambucaba. A produção

¹⁴² ARAUJO, op. cit., vol 2. p. 67-68.

de todo o município para o ano de 1887 girava em torno de 400.000 quilos a um preço médio de 4\$000 cada 10 quilos.¹⁴³

Atenta a essa produção, Marcia Vasconcellos destacou em sua tese de doutorado¹⁴⁴ a importância do café para o município, tanto no aspecto do comércio portuário, já que Angra dos Reis escoava os carregamentos vindos do interior, quanto do cultivo local. A autora calculou que, entre 1828 e 1888, das embarcações saídas da cidade e aportadas no Rio de Janeiro, 81,6 % transportavam o produto¹⁴⁵. Através dos viajantes da época e do *Almanak Laemmert* observou o desenvolvimento dos cafezais em Angra ao longo do tempo:

Segundo Pohl (1976, p. 69), que esteve no Brasil entre 1817 e 1821, os cafezais faziam parte da paisagem, além de cana-de-açúcar, bananeiras e laranjeiras. Já o viajante Kidder, (1980) observou, em 1839, após a elevação da vila de Angra à categoria de cidade (CAPAZ, 1996, p. 175), plantações de café e de cana-de-açúcar nas terras da freguesia da Ilha Grande (KIDDER, 1980, p. 183).

Dados extraídos do *Almanak Laemmert* indicaram a existência de fazendeiros e lavradores de café, somando, por exemplo, 114, em 1862, enquanto, em 1854, 10 eram definidos como fazendeiros de café e aguardente e 79 se dedicavam ao cultivo de café e mantimentos.¹⁴⁶

O *Almanak* também indicou a procedência do café que chegava pelas diversas estradas abertas até o litoral (ver mapa 2):

no ano de 1854, o café transportado provinha de Angra, mas também da “serra acima”: “navegavam por este município cinco vapores e vários barcos que carregam café da província de São Paulo e deste município, sendo o do município acima de 250.000 arrobas”.

Angra recebia a produção do vale do Paraíba fluminense, de regiões como Barra Mansa, Rio Claro e Capivari. Do vale paulista, vinham sacas de café provenientes de plantações de Bananal, Areias e Cunha.¹⁴⁷

Além de recuperar os relatos de viajantes e recorrer às informações do *Almanak Laemmert*, Marcia Vasconcellos empreendeu uma pesquisa de fôlego sobre 250 inventários, entre 1801 e 1888, relativos ao município em questão; 228 deles continham escravos dentre os bens arrolados. Para não perder o foco do presente trabalho, basta ressaltarmos aqui algumas das conclusões da autora sobre a produção angrense.

¹⁴³ LIMA, op. cit., p. 106 e 127.

¹⁴⁴ VASCONCELLOS, Marcia C. R. de. *Famílias Escravas em Angra dos Reis, 1801 – 1888*. São Paulo. Tese (Doutorado em História) – USP, 2006.

¹⁴⁵ Ibid., p. 48.

¹⁴⁶ Ibid.

¹⁴⁷ Ibid.

Em relação aos processos que possuíam cativos, Vasconcellos conferiu que “*as pequenas propriedades escravas [1 a 5 cativos] eram as mais comuns, seguidas pelas médias. As grandes foram menos freqüentes, diminuindo, inclusive, percentualmente, após 1849.*”¹⁴⁸

A análise de todos os 250 inventários indicou um predomínio das atividades ligadas ao cultivo da terra (52,6%), seguidas pela pesca (23,1%), pela produção de aguardente (em 9,6% dos processos) e, por último, pelo comércio (em 6,8%). Outras atividades menos expressivas também foram notadas, como ofícios diversos (2,7%) e o beneficiamento do açúcar (5,2%)¹⁴⁹. Tais dados revelaram que “*quanto mais pobre o inventariado, maior ligação possuía com a cultura da terra e, ao contrário, quanto mais rico era o falecido, maior envolvimento com a atividade comercial*”.¹⁵⁰ Sendo assim, o plantio do café, juntamente com outras culturas, era uma atividade bastante difundida no meio rural da localidade.

Entretanto, mais do que a agricultura, teria sido o comércio do café o fator de vitalidade econômica do município, “*por isso, a segunda metade do século foi traumática para os angrenses, quando armazéns de café foram abandonados, após a chegada da Estrada de Ferro D. Pedro II ao vale do Paraíba*”.¹⁵¹

Concluimos então que por volta da primeira década do Oitocentos a rubiácea cultivada em Angra ainda destinava-se ao consumo local. Até meados do século ela aparecia ao lado da cana-de-açúcar e de outros alimentos de acordo com as informações dos viajantes e das indicações do *Laemmert* (“fazendeiros de café e aguardente” e “café e mantimento”). Em 1862 as classificações “fazendeiros e lavradores de café” sem outro elemento casado apontam uma especialização maior da produção na segunda metade do XIX.

Façamos agora um exercício de aproximação entre o que vimos sobre o cultivo do café e o conjunto de inventários que selecionamos para esta pesquisa.

No primeiro período (1800 a 1830), dos três inventários que apresentaram culturas na relação de bens, dois continham plantações da rubiácea (ver tabela 13). Estes apresentaram como características comuns cafezais antigos e novos, o cultivo de outros alimentos, a propriedade da terra e de escravos (15 ou mais).

¹⁴⁸ Ibid., p. 78.

¹⁴⁹ Ibid., p. 82, tabela 15.

¹⁵⁰ Ibid., p. 83.

¹⁵¹ Ibid., p. 84.

Na situação do falecido Antonio da Costa Mattos, avaliada em 1821, a quantidade de pés de café não foi definida, mas o total foi calculado em 89\$600. No outro inventário, aberto em 1823, os sete quartéis de Felisberto Thomaz de Oliveira somaram uma quantia de 519\$000.

No segundo período (1831 a 1850), dos seis inventários com culturas apenas um não continha cafezal. Possuíam em comum os outros cinco, além dos pés de café, a propriedade de escravos na faixa entre 4 a 14 cativos.

O caso de Maria Theresa de Jesus (1842) destoa dos demais: das sete escravas registradas, apenas uma era destinada ao serviço de roça. A falecida não possuía terras, mas era dona de um pequeno cafezal velho na praia avaliado em 4\$000.

Os outros inventários mostravam o cultivo do café e mais algum alimento em terras do próprio inventariante, variando o tamanho e o tipo. Antonio José de Lemos (1835) detinha o cafezal de mais alto valor para o período, avaliado em 112\$000. Dos quatro mil pés plantados, 1.500 localizavam-se em terras do coronel José Felix de Almeida Proença Campos.

No terceiro período (1851 a 1871) observamos a predominância desta cultura, pois todos os inventários apresentaram cafezais e encontramos a maior plantação de todos os inventários vistos. Também foram comuns existência de terras próprias e escravos, prevalecendo a faixa de 4 a 14 cativos.

Apenas um dos inventariados deste grupo possuía três cativos. Foi o caso de Antonio Joaquim da Silva (1856): em suas terras possuía somente um cafezal velho avaliado em 25\$000, provavelmente cuidado por dois escravos ditos do serviço de roça. D. Maria da Conceição Lara (1869), com seis escravos, também só plantava café: mil pés avaliados em 20\$000; dos seis escravos, quatro eram do serviço de roça e todos com idade acima de 40 anos.

João Antonio dos Santo Bulé (1862) era dono do maior cafezal encontrado não só para este grupo, mas para todos dos períodos analisados aqui: um grande cafezal calculado em dez mil pés no valor de 1:000\$000. Parte dele encontrava-se em terras de outros proprietários. João dos Santos Bulé contava com a mão de obra de apenas cinco escravos, todos do serviço de roça que também se dedicavam ao cultivo da mandioca.

No quarto período (1872 a 1888), dos quatro inventários com culturas, três apresentaram cafezal. A característica comum destes foi a de possuírem terras próprias. Um não apresentou escravos, foi o caso de Joaquim de Oliveira Torres (1883): entre

suas plantações havia duzentos pés de café em bom estado, avaliados em 32\$000 e três coqueiros da Bahia (6\$000).

As falecidas donas de cafezais que contavam com mão de obra escrava eram D. Maria Joaquina Tavares (1879) e D. Maria Luiza de Mattos (1881). A primeira possuía mil pés de café avaliados em 20\$000, além de outras culturas; contava com 14 escravos, 10 do serviço de roça. A segunda, com 13 escravos e 5 do serviço de roça, era dona de poucos pés de café, um pé de coco e uma jabuticabeira, que foram avaliados junto com as terras onde estavam, em 33\$000.

Dos 16 inventários que apresentaram café, entre 1800 e 1888, a maioria indicou o cultivo de outros alimentos revelando o caráter diversificado das unidades agrícolas. Somente três inventários apontaram apenas cafezal como plantação em meados do século em diante, os de Maria Thereza de Jesus (1842), de Antonio Joaquim da Silva (1856) e de D. Maria da Conceição Lara (1869); evidência da crescente centralidade que a produção conquistava no município. Desses 16, apenas um não contava com mão de obra escrava: o de Joaquim de Oliveira Torres (1883), fato que pode demonstrar a deslegitimação do escravismo em Angra e o estabelecimento de novas relações de trabalho. Dos que possuíam cativos, no primeiro período, os dois casos vistos mostraram uma escravaria na faixa de 15 ou mais; foi o único com esse perfil. No segundo período, todos os inventários tinham escravarias na faixa de 4 a 14 escravos. No terceiro e quarto períodos, a maioria das escravarias ficou nesta mesma faixa. O único caso visto com um número menor foi o de Antonio Joaquim da Silva (1856), com 3 escravos. Sobre a quantidade de pés avaliados, o menor caso visto foi o de Maria Theresa de Jesus (1842), pequeno cafezal velho avaliado em 4\$000; e o maior foi o de João dos Santos Bule (1862), dez mil pés a 1:000\$000.

Mandiocal

Período	Quantidade de inventários	Inventários com culturas	Mandiocal
1800 a 1830	6	3	3
1831 a 1850	11	6	3
1851 a 1871	14	6	4
1872 a 1888	7	4	1
1800 a 1888	38	19	11

Fonte: Inventários do museu do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), comarca de Angra dos Reis (1 a cada 10 inventários entre 1800 e 1888).

Embora em menor número de inventários se relacionados ao café, os mandiocais também estiveram presentes em todos os períodos analisados, somando 11 ações no total. Vejamos as características das unidades agrícolas que os cultivavam.

No primeiro período, dos três inventários com mandiocal todos possuíam escravos e estavam associados a outras culturas. Nas plantações avaliadas de José Luis da Silva (1818) havia mandiocal e canavial e nenhum pé de café. Este não possuía terra própria e contava com a mão de obra de onze cativos, sendo sete do serviço de roça. Seus dois pequenos quartéis de mandioca, um verde e o outro a ponto de ser colhido, somavam a quantia de 10\$000.

Os outros dois inventários deste período apresentaram características mais próximas. Ambos possuíam escravaria numerosa (15 ou mais cativos), terras e cafezais. Antonio da Costa Mattos (1821), além do café e do mandiocal avaliado em 6\$400, também tinha vinte oito pés de coqueiro da Bahia com fruto, avaliados em 44\$800, bananeiras a 6\$400, e alguns pés de laranja no valor de 12\$800. Da mesma forma, Felisberto Thomaz de Oliveira (1823) também plantava cana e possuía quatorze pés de coqueiro no valor de 17\$920; seu mandiocal foi avaliado em 119\$000.

No segundo período, dos seis inventários com culturas, três apresentaram mandiocal. Todos estes continham terras, cafezais e escravarias entre 4 e 14 cativos. Maria José da Conceição (1833) não teve outros cultivos listados além dos cafezais e dos mandiocais que poderiam dar seis alqueires de farinha, avaliados em 5\$000; contava com a mão de obra de seis escravos, três ditos do serviço de roça. Antonio José de Lemos (1835) possuía um canavial e seu único quartel de mandioca, que poderia dar 150 alqueires de farinha, foi avaliado em 120\$000; dos seus doze escravos, sete eram do serviço de roça. Já a porção de Custódia Maria de Jesus (1846), que não estava totalmente em suas terras, recebeu o valor 25\$000, e mais 2\$000 pelos pés de laranja; contava com quatro escravos, dois do serviço de roça.

No terceiro período, os quatro inventários que apresentaram mandiocais mantiveram o perfil do segundo período (café, terras e escravarias entre 4 e 14 cativos). Victoriano Coelho de Souza (1857) e João Antonio dos Santos Bulé (1862) só tiveram café e mandioca como cultivos avaliados. Este último, dono do maior cafezal em todos os períodos analisados, tinha um mandiocal avaliado em 345\$000. Aquele, possuía um quartel novo no valor de 25\$600.

Anna Maria das Dores (1851), além dos pés de café e de um quartel de mandioca novo avaliado em 200\$000, possuía 66 pés de laranjeira no valor de 18\$200.

Dos seus oito escravos, metade trabalhava no serviço de roça. D. Rosa Maria da Conceição (1863) tinha um pomar ao redor da casa no campo, no valor de 60\$000. Os seus mandiocais foram avaliados em 355\$000, podendo dar 220 alqueires de farinha. Contava com a mão de obra de seis escravos do serviço de roça, metade dos que possuía.

No quarto período, dos quatro inventários com culturas apenas um apresentou mandiocal. Foi o caso de D. Maria Joaquina Tavares (1879), proprietária de terras e de uma escravaria com quatorze escravos. Junto com os pés de mandioca avaliados em 160\$000, foram arrolados um cafezal e um canavial.

No conjunto dos inventários que apresentaram mandiocais a mão de obra escrava foi uma constante. De 1831 a 1888 o padrão de produção foi semelhante: número de cativos de 4 a 14, existência de cafezais e terras. No primeiro período o café não se associou à mandioca em todos os casos, um inventário com plantações não apontou a propriedade da terra e apareceram escravarias mais numerosas, de 15 ou mais pessoas. Os valores das plantações variaram entre 5\$000 (Maria José da Conceição, 1833) e 355\$000 (D. Rosa Maria da Conceição, 1863).

Canavial

Tabela 15: Quantidade de canavial por período

Período	Quantidade de inventários	Inventários com culturas	Canavial
1800 a 1830	6	3	2
1831 a 1850	11	6	2
1851 a 1871	14	6	-
1872 a 1888	7	4	1
1800 a 1888	38	19	5

Fonte: Inventários do museu do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), comarca de Angra dos Reis (1 a cada 10 inventários entre 1800 e 1888).

De todos os inventários que apresentaram plantações, em apenas cinco havia canaviais distribuídos entre o primeiro, o segundo e o quarto períodos. Não houve nenhuma indicação de cultivo de cana-de-açúcar entre os anos de 1851 e 1871 nos 14 inventários selecionados neste intervalo.

No primeiro período, o ponto comum entre os dois inventários com canavial foi a presença da mão de obra escrava em diferentes faixas de tamanho e outros cultivos.

José Luis da Silva (1818) possuía entre os seus bens onze escravos, sete do serviço de roça, lavouras de mandioca e quatro quartéis de cana avaliados em 18\$000 em terras de outro proprietário. Felisberto Thomaz de Oliveira (1823) tinha quinze escravos, nove do serviço de roça. Em suas terras havia plantações de café, mandioca, coqueiros e um quartel de cana avaliado em 16\$000 que poderia dar uma pipa de aguardente.

No segundo período o perfil dos dois inventários com canavial foi diferente ao anterior no concernente às plantações. Antonio Boir da Silva Barreto (1832) possuía dezessete escravos, sendo oito do serviço de roça. Não possuía terras, mas constava entre os seus bens um quartel de canavial no valor de 40\$000; nenhum outro cultivo foi descrito. Já entre os bens de Antonio José de Lemos (1835) havia em suas terras cafezal, mandiocal e um pequeno quartel de cana que logo poderia ser convertido em pipas de aguardente, valendo 30\$0000; tinha doze escravos, sete do serviço de roça.

No quarto período, o canavial voltou a aparecer em apenas um inventário, no de D. Maria Joaquina Tavares (1879). Em suas terras possuía café, mandioca e um canavial que poderia dar 16 pipas de aguardente, avaliado em 260\$000; possuía 14 cativos.

Concluimos que o 1º e 2º períodos apresentaram características semelhantes: escravarias em diferentes faixas de tamanho, de 11 a 17 cativos, e a não predominância do bem territorial. De 1800 a 1830 a mandioca apareceu junto à cana nos dois casos vistos. Dos 14 inventários analisados entre 1851 e 1871 seis apontaram cultivos, mas em nenhum localizamos canaviais. Isto já representa um indício da diminuição da produção da cachaça no município, reflexo do fim do tráfico de escravos africanos. No 4º período o único caso mostrou a permanência da mão de obra escrava (14 escravos), a propriedade territorial e cultivos variados.

As poucas referências a plantações de cana-de-açúcar encontradas no conjunto de inventários analisados poderiam causar estranhamento no que diz respeito à fabricação da cachaça, sobretudo na primeira metade do século XIX, sendo a região grande fornecedora da bebida para o comércio de escravos estabelecido com a África e para o mercado interno, conforme defendemos no capítulo um. Entretanto, os relatos dos viajantes e memorialistas do século XIX¹⁵² nos informaram que, assim como o café, os canaviais compuseram a paisagem angrense em quase todo o tempo.

De acordo com Hebe Mattos, as culturas alimentares raramente apareciam nas relações dos bens inventariados; geralmente eram identificados os resultados de

¹⁵² ARAUJO, op. cit.; KIDDER, op. cit.; POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: ed. Itatiaia, 1976, apud VASCONCELLOS, 2006; e LIMA, op. cit.

colheitas já realizadas.¹⁵³ Acreditamos também, a partir do grupo de inventários analisados, que esses bens específicos poderiam ser destacados quando estavam prestes a serem colhidos. Nos canaviais que encontramos a indicação comum era relativa à quantidade de pipas de aguardente que poderia ser fabricada com o tamanho da plantação existente.¹⁵⁴

Se, por um lado, a baixa presença de canaviais nos processos não aponta diretamente para a fabricação da cachaça em larga escala, por outro, as máquinas para beneficiamento de cana revelaram-se mais comuns na relação dos bens. Cinco inventários que tiveram culturas arroladas e mais dois que não apontaram cultura alguma, embora incluíssem terras, possuíam maquinarias deste tipo, todas localizadas entre o primeiro, o segundo e o quarto períodos. Nenhuma máquina para beneficiamento de cana foi localizada entre 1851 e 1871, mais um indício da diminuição da produção da cachaça no momento imediatamente posterior ao fim do tráfico transatlântico de escravos.

D. Antonia Maria de Jesus, cujo inventário foi aberto em 1811, possuía “*um engenho de fazer aguardente coberto de telha com moendas muito gastas*” e “*casa de alambique coberta de telha formada sobre esteios*”, tudo avaliado em 192\$000. Também faziam parte do patrimônio uma lancha de carregar cana (40\$000), um alambique de cobre muito velho, com peso de 2 arrobas e 30 libras, outro em bom uso, com peso de 2 arrobas e 19 libras (15\$040 e 19\$910, respectivamente) e três tachos de fermentar vinho da cana para destilar, no valor total de 3\$200. Nenhuma lavoura foi mencionada entre os bens de D. Antonia Maria, embora fosse proprietária de terras e de treze escravos. Destes, adultos em sua maioria, não sabemos o tipo de ocupação que exerciam por falta dados. Porém, é bastante provável que suas terras fossem cultivadas por outros lavradores e que D. Antonia Maria concentrasse o processo de feitura e comercialização da cachaça. Já vimos em exemplos acima que foi comum na primeira metade do século XIX o cultivo de gêneros em terras alheias.

No processo de Antonio da Costa Mattos, aberto em 1821, aparece “*um engenho de fabricar aguardente com três moendas [chapeadas] de ferro com casa de alambique, tudo coberto de telha*”, avaliado em 350\$000. Além disso, Antonio Mattos era dono de dois grandes alambiques de cobre, um furado e outro em bom uso, avaliados em 12\$800

¹⁵³ CASTRO, 2009. p. 42.

¹⁵⁴ Três dos cinco canaviais vistos indicaram a quantidade de aguardente que poderia ser produzida: Felisberto Thomaz de Oliveira (1823), Antonio José de Lemos (1835) e D. Maria Joaquina Tavares (1879).

e 25\$600, respectivamente. Possuía terras e vinte escravos, dez do serviço de roça. Entre suas lavouras havia café, mandioca, coqueiro e laranjal, exceto cana. Dispondo de terreno e mão de obra, fica difícil imaginar que o proprietário não cultivasse canaviais para alimentar seu próprio engenho.

Nos processos de Antonio Boir da Silva Barreto, de 1832, e Antonio José de Lemos, de 1835, constavam canaviais (nos valores de 40\$000 e 30\$000, respectivamente) e máquinas para beneficiamento de cana. No primeiro caso apareceu somente um moinho avaliado em 1\$000; não havia terra, mas oito dos dezessete escravos foram ditos do serviço da roça. Já no segundo, o proprietário mostrou-se mais estruturado: havia uma série de itens especializados para a fabricação e comercialização da cachaça: engenho de fabricar aguardente formado sobre pilares de pedra e cal, com três moendas velhas sem serem chapeadas e casa de alambique coberta de telha (250\$000); alambique com capelo e cano de cobre em bom uso (128\$000), dois cascos de pipas velhos (1\$280) e duas bicas (\$640). Possuía terra e sete dos doze escravos eram do serviço de roça. Os itens arrolados nestas duas ações evidenciam a permanência do fabrico da bebida durante a vigência do tráfico ilegal de escravos africanos.

No período entre 1872 e 1888, novamente voltaram a aparecer entre os bens inventariados máquinas para o beneficiamento da cana. Em 1872, ano da abertura do inventário de Antonio Alves de Oliveira Lara, constava na relação de seus bens um engenho caído avaliado em 20\$000. Nenhuma cultura foi mencionada, embora o falecido possuísse terras; dos três escravos um era idoso e os outros com doze e quinze anos. O inventário de Antonio de Oliveira Lara retrata a situação de muitas unidades agrícolas que se dedicavam à produção da cachaça até meados da década de 1850. A perda do mercado africano significou a quebra imediata daqueles que tinham nesse comércio o principal meio de obtenção de riqueza. Isto fica patente na descrição do engenho caído, na configuração da escravaria e na dívida passiva anotada na relação de bens. É muito provável que o inventariado possuísse outros escravos, aqueles que tocariam os trabalhos nos áureos tempos da produção da bebida. É muito provável, também, que estes tenham sido vendidos para as áreas prósperas da província, garantindo um bom preço por uma mão de obra que perdia sua função.

Em 1879, D. Maria Joaquina Tavares deixou de herança, junto com outros utensílios, um moinho de moer cana com bastante uso no valor de 1\$500. Diferentemente de Antonio de Oliveira Lara, esta teve um grande canavial avaliado entre suas culturas, cujo tamanho foi calculado em pipas de aguardente que poderia

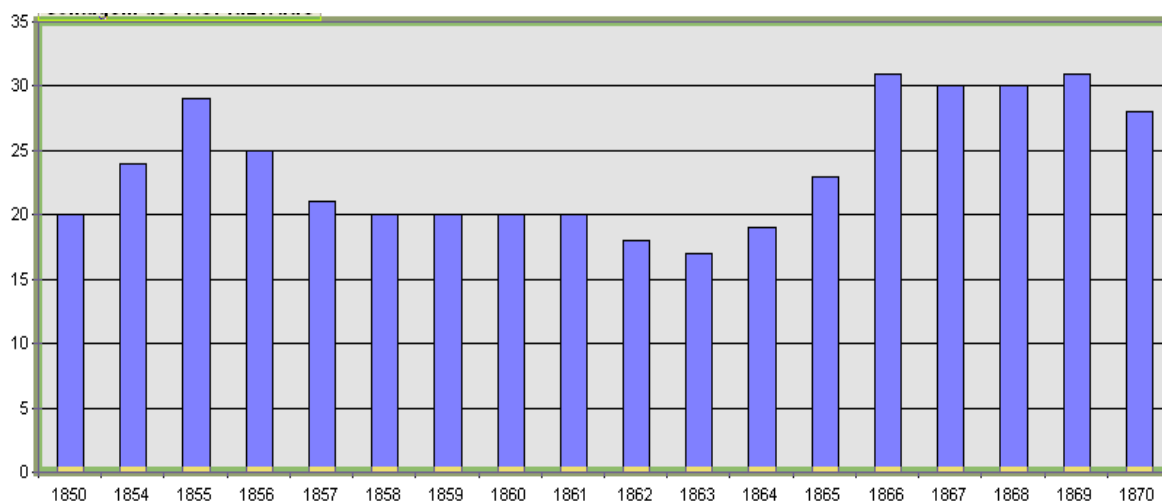
produzir (16 pipas). Aqui fica registrado que a cachaça ainda encontrava espaço na economia do município, mas não ocupava a mesma posição da primeira metade do século. É importante lembrar que além do mercado africano a cachaça atendia o mercado interno, que ainda absorvia quantidades significativas da bebida. O último processo visto deste grupo que incluía máquinas para cana foi o de Joaquim de Oliveira Torres, aberto em 1883, apresentando um moinho avaliado em 2\$000 e nenhum canavial entre seus cultivos. Os demais bens arrolados foram imóveis, terras e dívida ativa; não houve menção a escravos.

Embora os anos de 1851 a 1871, no conjunto de inventários analisados, não tenham apresentado canaviais nem máquinas para beneficiamento de cana, a cachaça não deixou de existir em Angra dos Reis nesse período. De 1850 a 1870¹⁵⁵, segundo os dados disponíveis no *Almanak Laemmert*, a fabricação da bebida se manteve apesar de uma redução significativa de produtores após 1855 (gráfico 1). Chamamos de produtores aquelas pessoas que, independente da categoria indicada pelo almanaque, estiveram diretamente ligadas ao fabrico da cachaça. As categorias apontadas especificamente para esta atividade foram *engenhos e enghocas de aguardente, fábricas e fabricantes de aguardente, fazendeiros de café e aguardente e lavrador de cana com engenho de aguardente*.

Não foi possível fazer uma comparação entre o número de produtores da primeira e segunda metades do século através do *Almanak Laemmert*, pois as informações referentes à aguardente só começaram a aparecer em 1850.

¹⁵⁵ À exceção dos anos de 1851, 1852 e 1853, por não possuírem indicação sobre produtores de aguardente.

Gráfico 1: Produtores de aguardente em Angra dos Reis – 1850 a 1870



Fonte: *Almanak Laemmert*

Conforme demonstra o gráfico 1, o ano de 1856 marca o início de uma queda não desprezível do número de produtores de cachaça no município que se estende até 1863. O próprio almanaque se encarregou de produzir uma nota explicativa sobre essa diminuição referindo-se especificamente à freguesia de Mambucaba:

Nestes últimos anos têm sido abandonadas as principais fazendas de café e aguardente desta freguesia, e sahido por isso os escravos, em número que se pode elevar a mais de 700; todavia, o seu commercio não tem diminuído em razão do muito café do centro da província, e de S. Paulo, bem como fumo de Minas que exporta.¹⁵⁶

Ficam patentes no texto acima não só a vinculação do trabalho escravo na produção da cachaça, mas a saída desta mão de obra para outras áreas deixando as fazendas abandonadas. As lavouras de café, como vimos, foram adquirindo centralidade no município em meados do século, o que nos mostra que o abandono das fazendas mencionadas pelo *Laemmert* estavam mais ligadas à fabricação da bebida.

É preciso atentar neste momento para um fato pouco questionado pelos historiadores que trataram do tema da economia angrense no século XIX. De um lado, sabemos do relevante papel que tiveram os portos da cidade no escoamento do café oriundo do interior e de outras províncias e, também, da produção agrícola sempre

¹⁵⁶ Esta nota apareceu nas edições do *Almanak Laemmert*, na seção de Angra dos Reis, de 1858 a 1866. Neste último ano em que a nota foi publicada, houve uma pequena alteração ao final do texto: “(...) e sahido por isso os escravos, em número que se pode eleva a mais de 1.000; todavia o seu commercio não tem diminuído em razão do muito café do centro da província, e de S. Paulo”.

presente, responsável pelo abastecimento local e regional de gêneros como o próprio café e a mandioca. De outro lado, a abertura da Estrada de Ferro D. Pedro II, em 1864, ligando o interior diretamente ao Rio de Janeiro, foi responsabilizada por diversos autores como a causa principal da crise econômica instaurada na região sul fluminense por conta da diminuição das atividades comerciais. Diante destes argumentos, a dimensão do tráfico de escravos africanos e os impactos gerados a partir das proibições envolvendo o negócio ao longo do século XIX na região foram ofuscados.

Para além do encarecimento da mão de obra cativa após 1850, que gerou dificuldades aos pequenos e médios proprietários na reposição da força de trabalho, o dito tráfico acarretou mais mudanças em Angra dos Reis do que a historiografia apresentou até agora.

Com a primeira proibição do comércio de escravos da África para o Brasil imperial, em 1831, modificações estruturais garantiram a permanência da entrada ilegal de cativos em terras brasileiras. O fechamento do mercado do Valongo no Rio de Janeiro, responsável pela recepção de africanos e distribuição destes no interior da província, impulsionou o surgimento de diversos pontos de desembarques clandestinos ao longo da faixa litorânea fluminense. Ao mesmo tempo, novos agentes se articularam para dar continuidade ao lucrativo negócio de escravos com as principais regiões fornecedoras do outro lado do Atlântico.¹⁵⁷

Thiago Pessoa apontou recentemente que a família Breves, representada pelos irmãos José e Joaquim de Souza Breves (este último considerado o “rei do café”), foi o exemplo da “*face dos novos agentes envolvidos no tráfico de africanos durante a ilegalidade*”¹⁵⁸. Na segunda metade da década de 1830, o referido comércio voltou a todo vapor depois de um período de ajuste e foi neste momento que os irmãos Breves passaram a atuar, já que anteriormente seus nomes não contavam nas listagens de traficantes da praça do Rio de Janeiro. Na análise do espólio de José de Souza Breves, a Fazenda Santa Rita do *Bracuhy*, em Angra dos Reis, foi destacada como área específica para a produção de aguardente, lembrando que a bebida era uma importante moeda de troca por escravos no interior africano:

O que realmente encarecia a fazenda era sua antiga estrutura de produção de aguardente, que nessa época também estava em decadência, como nos

¹⁵⁷ KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2000, e LOURENÇO, op. cit., capítulo 3.

¹⁵⁸ LOURENÇO, op. cit., p. 122.

mostra a avaliação feita em 1881. Dessa antiga estrutura existiam quatro carros de bois, próprios para condução de cana, que somado aos semoventes, trinta e seis bois de carro, chegavam há um Conto cento e sessenta mil Réis. Isoladamente, o bem mais valioso da antiga fazenda era uma casa de telha, com engenho, moendas, alambique, tonéis e outros elementos para a produção de aguardente, tudo visto e avaliado em um Conto de Réis. [...] Isso demonstra que nas décadas anteriores a estrutura produtiva de Santa Rita estava voltada para a produção de aguardente.¹⁵⁹

Na Marambaia, localizada no atual município de Mangaratiba que faz divisa com Angra dos Reis (ver mapa 1), havia um complexo de fazendas de Joaquim de Souza Breves onde as construções indicam que naquele lugar eram desembarcados ilegalmente e tratados dos males da travessia do Atlântico os africanos recém chegados.¹⁶⁰

Certamente, outros proprietários do litoral sul aproveitaram a oportunidade para enriquecer com o negócio de escravos. Embora não existam documentos oficiais que relacionem diretamente o comendador José Francisco da Silva ao tráfico, chamam atenção o valor de seu espólio calculado em 288:232\$270, os ramos em que atuava e a escravaria com 140 cativos¹⁶¹. Vasconcellos enquadrou o comendador entre os lavradores que desenvolviam atividades agrícola e comercial concomitantes: possuía lojas de fazendas e molhados, terras nas freguesias angrenses de Mambucaba, Conceição e Ribeira, sendo que, nesta última, sua propriedade divisava com a de José de Souza Breves, em Jurumirim. Aí, José Francisco da Silva tinha casas para dormitórios de escravos e enfermaria, além de diversas embarcações: barco a vapor “D. Affonço”, “Paquete de Jerumirim” reformado, patacho “Derpique do Sul” em bom estado com lancha e bote, patacho “Aurora Feliz” com lancha, bote e canoas.¹⁶² Em Mambucaba havia mais uma enfermaria e fábrica de moer cana. Vasconcellos vinculou as atividades existentes ao transporte do café de serra acima, mas os bens do dito comendador apresentavam uma estrutura compatível aos negócios do tráfico ilegal de escravos, ou seja, a produção da cachaça (moeda de troca), meios de transporte e as casas de recepção de africanos (dormitórios e enfermarias). Honório Lima fornece mais um vestígio dessas atividades ilícitas: “*A estrada do Ariró, até 1850 foi a mais importante, e daí em diante, a de Jurumirim, devido aos esforços do Comendador José*

¹⁵⁹ Ibid., p. 137.

¹⁶⁰ Ibid., capítulo 3.

¹⁶¹ Marcia Vasconcellos analisou o inventário do comendador em sua dissertação. VASCONCELLOS, *Nas bênçãos de Nossa Senhora ...*, op. cit., p. 93 e 94.

¹⁶² Inventário de José Francisco da Silva, aberto em 1862; acervo do museu do TJRJ.

*Francisco da Silva comissário dos importantes fazendeiros de serra acima*¹⁶³. Ao que tudo indica, Jurumirim era uma das principais áreas de desembarque e ponto de partida para a distribuição de africanos recém chegados ao interior.

Thiago Pessoa resumiu bem o envolvimento dos municípios do litoral sul da província do Rio de Janeiro com o comércio ilegal de cativos com a África, assim como as conseqüências que seguiram à proibição definitiva do mesmo, em 1850:

o abandono sócio-produtivo era a marca das antigas propriedades do litoral sul fluminense, não só no final da década de 1880, mas a partir do início da segunda metade do século XIX. [...] A lei de 1850, que ratificava a ilegalidade do tráfico e estendia as responsabilidades sobre o ilícito comércio, parece ter mudado, em curto prazo, a paisagem social das fazendas do litoral. O fim do tráfico de africanos, gradativamente conseguido na primeira metade da década de 1850, alterou profundamente a rotina das fazendas do sul da província do Rio de Janeiro. As estruturas do tráfico clandestino deveriam ser desmontadas, ou simplesmente abandonadas, e as fazendas que as englobavam, reestruturadas, ou deixadas a cargo dos seus moradores, em sua maioria escravos e libertos.¹⁶⁴

O “*caso Bracuhy*”, em Angra dos Reis, foi um dos últimos desembarques clandestinos registrados pelo Estado imperial, em 1853.¹⁶⁵ A repressão efetiva explica o abandono forçado das atividades ligadas ao comércio ilegal, como o fim da produção da cachaça que atendia aos mercados africanos de escravos, confirmado pelo gráfico 1.

Contabilizamos oitenta e nove produtores¹⁶⁶ no *Almanak Laemmert*, entre 1850 e 1870, que na maioria das vezes apareciam em mais de um ano. Dentre estes produtores, localizamos três na relação dos inventários selecionados: João Raymundo da Camara Barreto, Manoel José Peixoto e Manoel Pedro Gomes de Castro.

João Raymundo da Camara Barreto foi indicado no *Laemmert* apenas no ano de 1856, como *fabricante de aguardente*. Em seu inventário, aberto em 1877, constava entre os bens avaliados coqueirais no valor de 18\$000 e nenhuma máquina de beneficiamento de cana. Parte da mobília e dos imóveis deixados para os herdeiros destinava-se à produção de farinha (fornos de cobre, prensa, roda de armação, cocho e gamela do serviço de farinha e uma casa de fazer farinha coberta de telha, tudo muito usado e arruinado) e ao beneficiamento de café (roda d’água em estado regular e uma

¹⁶³ LIMA, op. cit., p. 196.

¹⁶⁴ LOURENÇO, op. cit., p. 140.

¹⁶⁵ ABREU, Martha. “O caso do Bracuhy”. In: MATTOS, Hebe; SCHNOOR, Eduardo (orgs). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: ed. Top Books, 1995. p. 165-195; e LOURENÇO, op. cit., capítulo 3.

¹⁶⁶ Lista dos produtores de cachaça em anexo.

casa sobre esteios arruinada, onde estava um pequeno engenho de socar café). Também era dono de vinte e três escravos (quinze do serviço de roça), casas e terras.

Não foi possível saber através das fontes analisadas quando João da Camara Barreto começou a produzir cachaça, mas certamente a atividade foi deixada de lado após 1856. Em 1877, ano da avaliação de seus bens, já não havia qualquer sinal de produção da bebida. Levando-se em conta que a conjuntura para a comercialização do produto não era favorável na segunda metade do século, é provável que João Barreto tenha entrado no negócio antes da data apontada no almanaque, estimulado pelos lucros de uma produção que possuía destino certo: os mercados de cativos na costa africana. João Barreto é um dos exemplos de produtores que abandonaram a fabricação da cachaça em decorrência do fim do tráfico de escravos africanos.

O mesmo processo deve ter ocorrido com Manoel Pedro Gomes de Castro, com apenas uma indicação no *Laemmert*, em 1854. Mas, diferente de João Barreto, Manoel Gomes de Castro foi classificado como *fazendeiro de café e aguardente*. No inventário aberto em 1864, apenas dez anos após a menção no almanaque, impressiona a total ausência de máquinas para beneficiamento tanto de café quanto de cana. Não há qualquer referência à cultivos, embora existissem terras disponíveis entre os bens inventariados. Restaram para os herdeiros além das terras na Ilha Grande, casas na cidade, móveis e objetos domésticos, doze escravos¹⁶⁷ e dívidas ativas.

Portanto, antes da abertura da Estrada de Ferro D. Pedro II a economia angrense sofreu um forte golpe com o fim do tráfico de escravos africanos – de uma maneira geral, com o encarecimento da mão de obra cativa e as dificuldades em adquirir força de trabalho, e de um modo específico, com o abandono das atividades que tinham no tráfico sua razão de ser.

Para os proprietários envolvidos direta ou indiretamente no infame negócio o momento inaugurou uma situação de crise que, depois somado à abertura da linha férrea no interior, formou a base do discurso de decadência do litoral sul fluminense amplamente endossado a partir da segunda metade do século XIX. Para a população escrava, este período gerou instabilidade num primeiro momento quando a venda era uma possibilidade dos pequenos e médios proprietários obterem alguma renda. Entretanto, nas unidades rurais mais estruturadas onde as escravarias eram numerosas, muitas fazendas tiveram suas atividades abandonadas em consequência do rompimento

¹⁶⁷ No inventário de Manoel Pedro Gomes de Castro o tipo de serviço dos escravos não foi informado.

dos vínculos comerciais, seja com o mercado interno (diminuição das atividades portuárias) ou externo (fim do tráfico de cativos com a costa africana), mas o caminho foi aberto para o desenvolvimento da agricultura de subsistência. A conjuntura de crise para os proprietários favoreceu a formação ou ampliação da experiência protocamponesa dos escravos nas unidades melhores estruturadas. Cada vez mais unidos pelos laços de parentesco e identitários, os cativos que permaneceram no litoral sul souberam agir para conquistar mais espaços de autonomia, o que ruía aos poucos o escravismo na região. Apresentaremos este processo no terceiro capítulo.

Manoel José Peixoto, outro produtor de cachaça indicado pelo *Almanak Laemmert* presente no conjunto de inventários que selecionamos, foi um dos que conseguiram manter a fabricação da bebida após o fim do tráfico, até pouco antes de seu falecimento, em 1875. Isto revela que internamente ainda havia mercado para absorver a produção. Mesmo assim, percebemos em seu espólio os impactos que incidiram sobre a economia angrense na segunda metade do século XIX.

Manoel Peixoto apareceu no almanaque como *fabricante de aguardente* entre os anos de 1858 a 1869, sem interrupção. Seis anos depois, no momento da abertura do seu inventário, o que ficou de maior valor para ser dividido entre os herdeiros foi uma situação avaliada em 1:2000\$000, no lugar denominado Japuiba. O documento não detalha o que havia na situação, mas, segundo o *Laemmert*, era o local de fabrico da cachaça. Outros bens foram arrolados, como uma casa na cidade, diversos pertences, um cavalo e dívidas ativas, somando o espólio 4:648\$800. Mas, as circunstancias não eram favoráveis aos herdeiros, filhos de Manoel Peixoto, pois a dívida deixada pelo pai ultrapassava o somatório dos bens, conforme verificamos no documento:

Pelo balanço exato que oferece à consideração de V.Sa., se vê claramente que o passivo é muito superior ao ativo, e além disso, os únicos bens que existem, que são, terras e uma casa, estão hipotecados a seu tio Antonio Francisco Pereira Peixoto, por quantia muito superior ao seu valor; o restante do ativo, é em dívidas duvidosas, e uma grande parte reconhecidamente perdidas, e bem conhecido está, que os credores (...), tem de sofrer um prejuízo quase total.¹⁶⁸

O total da dívida passiva chegava aos 3:776\$104, já descontados os bens deixados pelo falecido.

Neste momento, além do declínio das atividades ligadas ao tráfico de escravos africanos, a abertura da Estrada de Ferro D. Pedro II também mostrava seus efeitos em

¹⁶⁸ Inventário de Manoel José Peixoto, p. 2. Acervo do museu do TJRJ.

Angra dos Reis. A situação econômica crítica de Manoel Peixoto pode refletir a junção dos dois golpes que os proprietários do município sofreram após 1850. A ausência de escravos no espólio do inventariado aponta para a venda de cativos através do tráfico interno às áreas de *plantation* da economia imperial.

Dos três produtores de cachaça listados no *Almanak Laemmert* que analisamos, somente Manoel José Peixoto não apresentava mão de obra cativa. Do conjunto de processos selecionados, sete continham máquinas para beneficiamento de cana-de-açúcar indicando ligação com a fabricação da bebida; destes, seis apresentavam escravos. O único caso que não mencionou cativos foi o de Joaquim de Oliveira Torres.

Tabela 16: Produção de cachaça em Angra dos Reis - 1800 a 1880

Nome do proprietário	Ano de abertura do inventário	Máquina para beneficiamento de cana	Produtor indicado no <i>Almanak Laemmert</i> (1850-1870)	Quantidade de escravos	Canavial
D. Antonia Maria de Jesus	1811	Engenho para fabricar aguardente	-	13	-
José Luis da Silva	1818	-	-	11	4 quartéis (18\$000)
Antonio da Costa Mattos	1821	Engenho para fabricar aguardente	-	20	-
Felisberto Thomaz de Oliveira	1823	-	-	15	1 quartel (16\$000)
Antonio Boir da Silva Barreto	1832	Moinho de moer cana	-	17	1 quartel (40\$000)
Antonio José de Lemos	1835	Engenho para fabricar aguardente	-	12	1 quartel (30\$000)
Manoel Pedro Gomes de Castro	1864	-	Sim	12	-
Antonio Alves de Oliveira Lara	1872	Engenho caído	-	3	-
Manoel José Peixoto	1875	-	Sim	-	-
João Raymundo da Camara Barreto	1877	-	Sim	23	-
D. Maria Joaquina Tavares	1879	Moinho de moer cana	-	14	(260\$000)
Joaquim de Oliveira Torres	1883	Moinho de moer cana	-	-	-

Fonte: inventários do museu do TJRJ (comarca de Angra dos Reis) e *Almanak Laemmert*

A tabela 16 mostra certa regularidade na produção da cachaça na primeira metade do século XIX, que girava em torno dos engenhos de cana-de-açúcar e da utilização da mão de obra escrava, entre 11 e 20 cativos. Na segunda metade do século os engenhos quase desapareceram. O único que encontramos estava roto, segundo descrição do processo. As referências à fabricação da cachaça inferem-se pela existência dos moinhos de moer cana e pelas indicações de produtores de aguardente no *Almanak Laemmert*.

Assim como o número de engenho, a utilização de escravos na produção do destilado e de outros gêneros tendeu a cair após 1850, em Angra dos Reis. A diferença na quantidade de cativos por proprietário aumentou em relação à primeira metade do século, de 3 a 23 escravos, o que revela a concentração desta mão de obra nas grandes unidades agrícolas, enquanto as mais instáveis vendiam os poucos cativos que possuíam. Nota-se neste período, também, proprietários que não empregavam o trabalho escravo alguns anos antes da abolição do escravismo no Império do Brasil.

A produção da cachaça em Angra dos Reis, estruturada na segunda metade do século XVIII, acompanhou o movimento de expansão do tráfico transatlântico de cativos controlado pelos negociantes do Rio de Janeiro até 1850. Conforme a demanda, ora a fabricação do destilado ganhava impulso, ora se retraía, mas nunca foi totalmente eliminada por causa do consumo interno. É necessário lembrar que no período do tráfico ilegal de africanos, após 1831, havia certo cuidado por parte dos proprietários em camuflar as atividades ilícitas, por isso, às vezes, dados oficiais não refletiam a realidade.

Dito isto, vale a pena rever os números publicados pelo *Jornal do Comércio* sobre o transporte da bebida em embarcações saídas de Angra dos Reis rumo ao porto carioca, entre 1827 e 1888 (tabela 17). Percebe-se uma diminuição brusca de carregamentos de cachaça nas décadas de 1840 e 1850.

Se compararmos a tabela 17 com o gráfico 1, notamos que a diminuição de carregamentos de cachaça para o Rio de Janeiro não se justifica pela produção: de 1850 a 1855, o crescente número de produtores da bebida passou de vinte para quase trinta, e a média de produtores na década ficou em 22,7¹⁶⁹; mas, apenas 3 embarcações levaram aguardente de cana até o porto do Rio entre 1850-1859.

¹⁶⁹ Cálculo feito sobre a quantidade de produtores listados no *Almanak Laemmert* em cada ano.

Entre 1860 e 1869, quando 60 embarcações transportaram aguardente de Angra para o Rio de Janeiro, a média de produtores para a década foi de 23,9. Se pensarmos numa variação de quantidades de pipas de cachaça a diferença torna-se mais absurda, pois com o avanço da repressão do Estado Imperial sobre o comércio ilícito de escravos africanos perdia-se um grande mercado consumidor de boa parte da produção do litoral sul fluminense.

Em Moçambique, que durante o período ilegal do tráfico transatlântico tornou-se uma importante área fornecedora de escravos para o Brasil imperial¹⁷⁰, a indústria de bebidas começou a se desenvolver justamente em 1860, consequência direta do declínio do referido trato e das importações de cachaça.¹⁷¹

Tabela 17: Transporte de aguardente por barcos saídos de Angra dos Reis em direção ao Rio de Janeiro (1827 - 1888)

Embarcações transportando aguardente	Períodos							
	1827-1829	1830-1839	1840-1849	1850-1859	1860-1869	1870-1879	1880-1888	1827-1888
	46	51	4	3	60	104	60	328
Total de embarcações saídas de Angra dos Reis	138	648	737	955	522	280	130	3.410

Tabela baseada nos dados obtidos por VASCONCELLOS, op. cit., p. 46.

As indicações de produtores de aguardente no *Almanak Laemmert* começaram a aparecer em 1850. Sendo assim, foi impossível fazer a mesma comparação com a década de 1840. Entretanto, apenas quatro embarcações transportando aguardente para o Rio de Janeiro é outro dado a se estranhar. O reordenamento do tráfico em 1835, como vimos, articulou novos agentes e estabeleceu novas estruturas de embarque e desembarque de africanos escravizados. É provável que a cachaça tenha sido direcionada para estas embarcações clandestinas.

¹⁷⁰ LOURENÇO, op. cit., p. capítulo 3.

¹⁷¹ “É por esta altura que, na capital de Moçambique, se deve ter começado a procurar na indústria das bebidas o substituto para o tráfico da escravatura, em extinção. As grandes fortunas feitas com tal negócio tinham-se retirado para o Brasil”; “A cronologia adoptada ficou a dever-se ao facto de ter sido exactamente em 1860 que, no Sul do Save, se começou a pôr em prática o projeto do álcool como sucedâneo do tráfico da escravatura e como meio de acumulação de capital”. CAPELA, José. *O Álcool na colonização do Sul do Save. 1860-1920*. Maputo: Edição do autor, 1995, p. 8 e 13, respectivamente.

Escravos

A tabela 11 mostra que dos 38 inventários selecionados, 33 apresentaram escravarias que estavam bem distribuídas entre os períodos, com destaque para os anos de 1831 a 1850¹⁷². No total, registramos 310 escravos entre africanos e nascidos no Brasil (não-africanos), distribuídos da seguinte forma:

Tabela 18: Origem dos escravos por período

Período	Africanos	Não-africanos	Não identificados	Total de escravos
1800 a 1830	29	36	-	65
1831 a 1850	42	53	5	100
1851 a 1871	30	53	4	87
1872 a 1888	11	44	3	58
1800 a 1888	112	186	12	310

Fonte: Inventários do museu do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), comarca de Angra dos Reis (1 a cada 10 inventários entre 1800 e 1888).

A análise da procedência dos escravos revelou que em todos os momentos a frequência de africanos foi menor em comparação aos nascidos em terras brasileiras. Entretanto, na segunda metade do século XIX essa diferença aumentou, sobretudo no 4º. período. Não foram identificados 12 casos por falta de referências.

Estabelecemos a classificação de “africanos” englobando as diversas categorias descritas nos próprios documentos que indicavam as regiões do continente africano de onde partiram os escravizados. As procedências encontradas em todo o período estudado e as respectivas quantidades estão listadas abaixo:

¹⁷² Os onze inventários deste período apresentaram escravarias entre os bens avaliados.

Tabela 19: Origem dos escravos africanos (1800 a 1888)

Região Africana	Procedência	Quantidade de escravos
África Central Atlântica	Angola	9
	Benguela	24
	Cabinda	11
	Cassange	6
	Congo	12
	Ganguela	2
	Monjolo	5
	Quissamã	1
	Rebolo	11
Sub-total		81
África Ocidental	Mina	2
África Oriental	Moçambique	14
Outros	Africano	5
	Nação	9
	Cumindá	1
Total		112

Fonte: Inventários do museu do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), comarca de Angra dos Reis (1 a cada 10 inventários entre 1800 e 1888).

A maioria dos africanos escravizados partiu da África Central Atlântica, o que está de acordo com os dados obtidos por Manolo Florentino sobre o comércio externo de cativos no porto carioca, durante o século XIX.¹⁷³ Nesta região, Benguela e Congo foram as localidades que apareceram com maior frequência, seguidas por Moçambique, que ao início da repressão dos ingleses na costa africana, por volta das décadas de 1820 e 1830, começou a despontar como local seguro para a continuidade do comércio de escravos.¹⁷⁴ De fato, no 2º. e no 3º. períodos, quantificamos mais escravos provenientes de Moçambique do que no 1º. Veja a distribuição por período:

¹⁷³ FLORENTINO, op. cit.

¹⁷⁴ LOURENÇO, op. cit., capítulo 3.

Tabela 20: Distribuição dos escravos africanos por período

Período	Procedência	Quantidade de escravos
1800 a 1830	Angola	7
	Benguela	6
	Cabinda	2
	Cassange	3
	Congo	2
	Cumindá	1
	Ganguela	2
	Moçambique	2
	Monjolo	1
	Quissamã	1
	Rebolo	2
	Total	29
1831 a 1850	Angola	2
	Benguela	14
	Cabinda	2
	Cassange	3
	Congo	5
	Mina	2
	Moçambique	7
	Monjolo	1
	Nação	3
	Rebolo	3
	Total	42
1851 a 1871	Benguela	4
	Cabinda	4
	Congo	5
	Moçambique	5
	Monjolo	2
	Nação	5
	Rebolo	5
Total	30	
1872 a 1888	Africano	5
	Cabinda	3
	Monjolo	1
	Nação	1
	Rebolo	1
Total	11	

Fonte: Inventários do museu do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), comarca de Angra dos Reis (1 a cada 10 inventários entre 1800 e 1888).

Em relação aos escravos nascidos no Brasil, foram agregadas as classificações que designavam o local de origem ou a cor, sem qualquer menção a procedência africana. Na classificação dos africanos, a referência à cor só apareceu em inventários do 4º. período acompanhando as indicações das procedências. Estes foram os casos dos escravos africanos de João Raymundo da Camara Barreto (Miguel rebolo da cor preta),

de D. Maria Joaquina Tavares (Joaquim preto, africano) e D. Maria Luiza de Mattos (Rosa, cor preta, africana); a cor “preta” foi unânime na classificação dos africanos.

Para os escravos nascidos no Brasil, a definição da cor esteve sempre presente sob diversos termos: “cabra”, “crioulo”, “mulato” e “pardo”; referências a lugares foram menos freqüentes, aparecendo apenas “Ilha Grande” e “angrense”.

Tabela 21: Classificação dos escravos não africanos (1800 a 1888)

Origem/cor	Quantidade de escravos
Angrense	19
Cabra	5
Crioulo	98
Ilha grande	23
Mulato	9
Pardo	32
Total	186

Fonte: Inventários do museu do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), comarca de Angra dos Reis (1 a cada 10 inventários entre 1800 e 1888).

Nos registros em que “angrense” e “Ilha Grande” apareceram as indicações da cor vieram sempre acompanhadas, conforme demonstramos a seguir:

Tabela 22: Cor dos escravos de origem “angrense” e “Ilha Grande”

Origem	Cor	Quantidade de escravos
Angrense	Pardo	7
	Pardo escuro	2
	Preto	10
	Total	19
Ilha Grande	Cabra	1
	Crioulo	7
	Crioulo / Preto	2
	Pardo	2
	Preto	11
	Total	23

Fonte: Inventários do museu do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), comarca de Angra dos Reis (1 a cada 10 inventários entre 1800 e 1888).

Levando-se em conta que a cor “preta” foi apontada para todos os cativos vindos da África, podemos supor que os escravos “pretos” aparentemente nascidos em Angra dos Reis faziam parte do grupo dos últimos africanos desembarcados ilegalmente no litoral sul do Rio de Janeiro. Tais indicações começaram a aparecer na década de 1870:

Tabela 23: Distribuição dos escravos não africanos por período

Período	Origem/cor	Quantidade de escravos
1800 a 1830	Cabra	3
	Crioulo	20
	Mulato	9
	Pardo	4
	Total	36
1831 a 1850	Cabra	1
	Crioulo	46
	Pardo	6
	Total	53
1851 a 1871	Cabra	1
	Crioulo	32
	Pardo	20
	Total	53
1872 a 1888	Angrense	19
	Ilha Grande	23
	Pardo	2
	Total	44

Fonte: Inventários do museu do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), comarca de Angra dos Reis (1 a cada 10 inventários entre 1800 e 1888).

Estabelecemos as faixas de tamanho das escravarias de acordo com os critérios desenvolvidos por Hebe Mattos para Capivary¹⁷⁵, os mesmos utilizados por Marcia Vasconcellos em seu trabalho sobre a freguesia angrense de Mambucaba¹⁷⁶. Assim como em Angra dos Reis, Capivary não se configurava como uma área de *plantation* no século XIX. Suas propriedades agrícolas foram divididas em dois tipos de unidades produtivas, fazendas e sítios comerciais, as quais guardavam certas especificidades: “*ambas com produção comercial e escravista, gerando, porém, inserções diferenciadas de seus proprietários nas hierarquias socioeconômicas da comunidade e respondendo também diversamente aos efeitos mais imediatos da crise do trabalho escravo*”¹⁷⁷. As fazendas foram definidas, fundamentalmente, por possuírem 15 ou mais escravos; os sítios comerciais contavam com menos de 15 cativos. Além dessas unidades, existia também a lavoura voltada para a subsistência de homens livres pobres, que podia chegar a ter 3 escravos ou menos.

Nos inventários que analisamos as escravarias apresentaram o seguinte perfil:

¹⁷⁵ CASTRO, op. cit.

¹⁷⁶ VASCONCELLOS, *Nas bênçãos de Nossa Senhora...*, op. cit., 2001.

¹⁷⁷ CASTRO, op. cit., p. 30.

Tabela 24: Tamanho das escravarias por período

Período	Inventários com escravos	Tamanho das escravarias		
		1 a 3	4 a 14	15 ou mais
1800 a 1830	5	-	3	2
1831 a 1850	11	1	8	2
1851 a 1871	12	3	8	1
1872 a 1888	5	1	3	1
1800 a 1888	33	5	22	6

Fonte: Inventários do museu do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), comarca de Angra dos Reis (1 a cada 10 inventários entre 1800 e 1888).

Dos processos que apresentaram escravos na relação de bens prevaleceram aqueles com escravarias entre 4 e 14, em todos os períodos.

Cinco ações não representavam propriedades agrícolas pela ausência de terras e culturas, além de não indicarem escravos do “serviço de roça”, são elas: D. Anna Pimenta da Glória (1821), com 6 escravos; Pio Luiz de Ávila Nóbrega (1838), com 2 escravos; D. Maria de Jesus Noronha (1841), com 5 escravos; Theresa Maria de Jesus Monteiro (1849), com 5 escravos; e Claudino José Firme (1866), com 1 escravo apenas.

O processo de Antonio da Costa Gulart (1847), com 29 escravos, sendo 7 do serviço de roça, não consta na análise realizada sobre as culturas, pois o péssimo estado de conservação do documento impediu a leitura das benfeitorias existentes entre os bens. Contudo, os poucos indícios nos permitem afirmar que tratava-se de uma unidade agrícola escravista.

Nos registros em que foram anotados o tipo de serviço realizado pelos cativos verificamos que a grande maioria dedicava-se ao serviço de roça, reafirmando o caráter rural da mão de obra escrava no município.

Tabela 25: Ocupação dos escravos por período

Período	Tipos de ocupação				
	Ofícios especializados	Serviço de casa	Serviço de roça	Serviço de roça e casa	Inabilitado para o trabalho
1800 a 1830	6	3	26	-	-
1831 a 1850	3	9	32	-	3
1851 a 1871	2	7	28	-	-
1872 a 1888	3	4	32	2	-
1800 a 1888	14	23	118	2	3

Fonte: Inventários do museu do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), comarca de Angra dos Reis (1 a cada 10 inventários entre 1800 e 1888).

Quatro escravos exerciam funções acumuladas e foram marcados duas vezes na tabela 25, são os casos de: José, remeiro e do serviço de roça, escravo de Antonio Joaquim da Silva (1856); Marcolino, piloto de canoas e do serviço de roça e Joaquim, serviço de roça, remeiro e pescador, ambos escravos de Joana Maria da Victoria (1845); e Eugenia, costureira e do serviço de casa, escrava de Anna Maria das Dores (1851). Os três primeiros foram contados em “ofícios especializados” e “serviço de roça”, e a última em “ofícios especializados” e “serviço de casa”.

Entre os ofícios especializados, além dos já mencionados, encontramos carpinteiro, aprendiz de alfaiate, capoteiro, cozinheiro, engomador e pedreiro.

Os três escravos considerados inabilitados para o trabalho, no 2º. período, tinham idades registradas de 80 anos e péssimas condições de saúde (moléstias, velhice e aleijamento).

Vejamos agora a configuração etária dos escravos por período:

Tabela 26: Faixa etária dos escravos por período

Período	Total de escravos	Idade não especificada	Idade			Média
			1 a 12	13 a 40	Mais de 40	
1800 a 1830	65	-	14	36	15	29,8
1831 a 1850	100	6	23	51	20	27,6
1851 a 1871	87	5	23	30	29	29,5
1872 a 1888	58	-	14	27	17	30,4
1800 a 1888	310	11	74	144	81	29,2

Fonte: Inventários do museu do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), comarca de Angra dos Reis (1 a cada 10 inventários entre 1800 e 1888).

Em todos os períodos predominou a faixa etária de 13 a 40 anos. Entre 1851 e 1871, o número de cativos idosos se aproximou ao dos adultos, refletindo a saída da mão de obra produtiva para as áreas de *plantation*. O quarto período marca a queda do número de crianças em decorrência da lei do Ventre Livre.

Tabela 27: Taxas homem / mulher entre a população escrava por período

Período	Sexo não especificado	Total de homens	Total de mulheres
1800 a 1830	-	39	26
1831 a 1850	5	39	56
1851 a 1871	1	37	49
1872 a 1888	-	30	28
1800 a 1888	6	145	159

Fonte: Inventários do museu do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), comarca de Angra dos Reis (1 a cada 10 inventários entre 1800 e 1888).

Nos períodos 2º. e 3º., o número de mulheres escravas foi maior em relação aos homens. Esta situação reflete, principalmente, a preferência de escravos do sexo masculino nas áreas de ponta da economia. A taxa homem/mulher ficou mais equilibrada entre 1872 e 1888, quando as comunidades cativas passaram a estreitar os laços de parentesco devido à cristalização da configuração das escravarias. Não havia mais a constante entrada de africanos promovida pelo tráfico transatlântico e, ao mesmo tempo, Angra dos Reis não recebia cativos de outros lugares via tráfico interno. A tendência dos escravos que permaneceram no litoral sul fluminense, na segunda metade do século XIX, foi a de se relacionarem e formarem famílias, estendendo o parentesco à diversos núcleos familiares.

Capítulo 3. Origens do campesinato negro em Angra dos Reis

3.1 Quilombos e campesinato negro

No Império do Brasil, o fim do tráfico de escravos com a África, em 1850, teve como uma de suas conseqüências a concentração da mão de obra cativa nas áreas de ponta da economia¹⁷⁸, principalmente na região do Vale do Paraíba, zona cafeeira por excelência no século XIX. Em contrapartida, as demais localidades amargaram a perda de braços nas lavouras, fato que levou propriedades agrícolas a entrar em processo de falência, como aconteceu em Angra dos Reis. Muitas dessas propriedades foram desintegradas ou abandonadas, contando, às vezes, com quantidades razoáveis de escravos que escaparam ao remanejamento forçado via tráfico interno.

Algumas comunidades escravas permaneceram nas unidades rurais onde viviam, até mesmo depois de alcançada a liberdade. De geração a geração, na luta diária pela sobrevivência e pela defesa dos seus direitos, grupos originários daqueles antigos escravos mantiveram por mais de cem anos a terra conquistada. Esses descendentes configuram, hoje, o que conhecemos por comunidades *remanescentes de quilombo*.

Defendemos que tais comunidades representam um tipo específico de campesinato na medida em que se formaram a partir do desmantelamento do escravismo no Brasil. Sua especificidade reside, sobretudo, na conformação das relações estabelecidas ainda no tempo do cativo e que foram transmitidas posteriormente, isto é, os meios de produção, a organização familiar e comunitária, as negociações e as diversas manifestações culturais (danças e festas, por exemplo). A configuração étnico-racial é mais um elemento a acrescentar nesta tipologia, tendo em vista a influência da diáspora africana na constituição das comunidades escravas no Brasil.

Embora haja grande polêmica em torno da ressemantização do conceito de *quilombo*¹⁷⁹, é inegável que esses grupos possuam ligação com antigas fazendas escravistas do século XIX¹⁸⁰.

¹⁷⁸ Sobre o tráfico interprovincial e a concentração da mão de obra nas províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, ver: CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira, 1978; sobretudo o capítulo 4, parte I.

¹⁷⁹ A polêmica em torno da ressemantização do conceito de *quilombo* gira em torno da regulamentação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da atual Constituição brasileira, ocorrida no ano de 2003 (decreto n. 4887), a qual define como remanescente de quilombo “os grupos étnico-raciais,

As transformações nas relações de trabalho no mundo rural entre fins do escravismo e o pós-Abolição no Brasil é um tema atualmente discutido pela historiografia. As pesquisas apontam que os caminhos seguidos pelos libertos foram variados: a decisão de ficar ou sair das fazendas dependia das negociações travadas entre ex-escravos e seus antigos senhores, e das informações sobre onde poderiam ir.¹⁸¹ Havia outra possibilidade de permanência menos comum, mas não tão rara, que foi a doação de parcelas de terras aos escravos, geralmente concretizada com o falecimento do proprietário e o registro em testamento.

O número de comunidades remanescentes de quilombo é crescente. Em levantamento feito pelo Centro de Geografia e Cartografia Aplicada (CIGA) da Universidade de Brasília foram registrados 848 territórios quilombolas no ano de 2000 e 2.228 no ano de 2005.¹⁸² Segundo o movimento quilombola, foram contabilizadas 5 mil comunidades em 2009, mas somente 80 delas obtiveram a titulação.¹⁸³

O quadro que se configura a partir da exposição acima revela um importante campo de batalha ocupado por essas comunidades: trata-se do decreto n. 4887 e a possibilidade de garantir juridicamente o desejado título da terra. Terra esta que preserva um modo de vida específico, herdado em boa parte do período da escravidão. Não é sem propósito que o decreto é constantemente combatido por setores conservadores liderados pelo Partido dos Democratas (DEM)¹⁸⁴, ao mesmo tempo em

segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. Para os setores conservadores da sociedade brasileira, o critério da auto-atribuição abre um precedente perigoso na medida em que amplia o número de comunidades que podem pleitear a titulação das terras. O decreto n. 4887 vem sendo questionado desde então.

¹⁸⁰ O relatório que antecede a titulação das terras, exigido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), tem por objetivo reconstituir a história dessas comunidades, baseando-se nos relatos orais de seus membros e em fontes documentais cartorárias e paroquiais, sobretudo do século XIX, que ajudam a recompor o contexto histórico no qual elas estavam inseridas. Tal relatório, além de se tornar importante registro para as comunidades, ajudou a colocar em evidência a história de resistência desses grupos de descendentes de escravos, desde o fim do cativo até os dias de hoje.

¹⁸¹ RIOS, Ana M. e MATTOS, Hebe M. “Para além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-Abolição”. In: CUNHA, Olívia M. G. da; GOMES, Flávio dos S. (orgs.). *Quase Cidadão – histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. pp. 55 -78.

¹⁸² MATTOS, Hebe e ABREU, Martha. “Jongo, registros de uma história”. In: LARA, Silvia H. & PACHECO, Gustavo (orgs.). *Memória do Jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein*. Rio de Janeiro: ed. Folha Seca; Campinas, SP: ed. Cecult, 2007. pp. 69 – 106.

¹⁸³ Artigo eletrônico de *Agência Brasil*, publicado em:

<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/07/20/materia.2009-07-20.0586997214/view>.

¹⁸⁴ Em 2004, o Partido da Frente Liberal, atual Democratas, pediu a impugnação do decreto n. 4887 alegando sua inconstitucionalidade e questionou a opção pela desapropriação, argumentando que houve uso indevido do poder regulamentar. Sobre esta questão, ver artigo de: CERQUEIRA, Sandra. “Regularização Fundiária das Terras Quilombolas: aspectos teóricos e práticos”, encontrado em: http://www.iterj.rj.gov.br/docs/artigo_sandra_cerqueira-versao_atualizada.doc.

que a imprensa favorável aos latifundiários tenta deslegitimar o movimento quilombola em rede nacional.¹⁸⁵

O atual conflito expõe, mais uma vez, o velho problema da concentração de terras no Brasil e a capacidade de articulação dos grandes proprietários na defesa de seus interesses. Diante de uma situação que aos poucos se altera, resgatar as origens do campesinato negro, isto é, aquele que surge a partir da crise do escravismo, pode contribuir para iluminar novos horizontes de análise, tendo em vista as relações de trabalho estabelecidas com o fim do cativo e as estratégias engendradas pelos libertos e seus descendentes para se manterem na terra, colocando em prática o *projeto camponês*¹⁸⁶.

No litoral sul fluminense existem três comunidades reconhecidas como quilombolas, são elas: o Campinho da Independência, em Paraty, o Quilombo da Marambaia, em Mangaratiba e o Quilombo de Santa Rita do Bracuí, em Angra dos Reis.

Esse capítulo aborda a formação desta última comunidade rural que descende dos escravos de José de Souza Breves. A doação em testamento das terras da fazenda onde atualmente localiza-se o quilombo mostrou que os escravos conquistaram importantes espaços de autonomia antes da libertação, através do acesso às roças próprias, configurando o chamado *protocampesinato negro* ou *brecha camponesa*. Com isso, esperamos contribuir para o estudo do tema em questão que lentamente é retomado pela historiografia.

¹⁸⁵ Várias são as matérias dedicadas ao tema. Em 14 de maio de 2007, o *Jornal Nacional* exibiu uma longa reportagem com o título “Suspeitas de fraude em área que vai ser reconhecida como quilombola”, na qual coloca em dúvida a história de uma comunidade localizada na região nordeste. Ainda em 2007, o mesmo *Jornal Nacional* exibiu outra matéria: “Liminar suspende reconhecimento de vilarejo como quilombola”, no dia 11 de outubro. A imprensa escrita não fica atrás. Em “Uma casinha lá na Marambaia”, publicada no jornal *O Globo* (20/05/2007), alertava-se sobre um suposto risco de favelização da ilha localizada no litoral sul fluminense, caso a área recebesse a titulação e permanesse sob o controle dos quilombolas. Denis Lerrer Rosenfield, professor de filosofia da UFRS, criticou o decreto n. 4887 em “A criação de quilombos”, artigo publicado n’ *O Globo* (15/02/2010).

¹⁸⁶ Entendemos como “projeto camponês” a concepção de liberdade dos últimos libertos baseada na experiência de liberdade dos antigos roceiros livres. Esta concepção valorizava a autonomia possibilitada pela opção do deslocamento espacial e pelo controle paterno (ou materno) do trabalho familiar, que havia sido gestado nas senzalas, juntamente com o parentesco como elemento central e estratégico na vida dos escravos. Cf. MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Lugão. “Para além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-Abolição”. In: CUNHA, Olívia M. G. da; GOMES, Flávio dos S. (orgs.). *Quase Cidadão – histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. pp. 55 -78.

3.2 Revisitando a “brecha camponesa”

No final da década de 1970, Ciro Cardoso fez um esboço da autonomia escrava no Brasil, pensada no âmbito do espaço rural, à luz do conceito de *brecha camponesa*. Este designava as “*atividades econômicas que, nas colônias escravistas, escapavam ao sistema de plantation entendido em sentido estrito*”¹⁸⁷. De acordo com Tadeusz Lepkowski – a quem se deve o conceito –, a brecha camponesa dividia-se em duas modalidades: “*1) a economia independente de subsistência que os quilombolas organizavam em seus quilombos; 2) os pequenos lotes de terra concedidos em usufruto nas fazendas, aos escravos não-domésticos (...)*”¹⁸⁸. No que concerne à última modalidade – principal interesse deste trabalho –, algumas pesquisas demonstraram que a concessão de pequenos lotes de terra aos escravos foi comum, pelo menos, no Brasil colonial.¹⁸⁹ No período imperial, destaca-se o manual elaborado pelo Barão de Pati do Alferes, em meados do século XIX, como a evidência primeira da ocorrência da brecha camponesa nas fazendas escravistas.¹⁹⁰

Do ponto de vista econômico, a estrutura camponesa definida por Ciro Cardoso possui as seguintes características:

- 1) acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; 2) trabalho predominantemente familiar – o que não exclui, em certos casos e circunstâncias, o recurso a uma força de trabalho adicional, externa ao núcleo familiar; 3) economia fundamentalmente de auto-subsistência, sem excluir por isto a vinculação (eventual ou permanente) ao mercado; 4) certo grau de autonomia na gestão das

¹⁸⁷ CARDOSO, Ciro F. *Escravo ou Camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. 1ª. reimpressão. São Paulo: ed. Brasiliense, 2004. p. 54.

¹⁸⁸ Ibid.

¹⁸⁹ O próprio Ciro Cardoso, em *Escravo ou Camponês?...*, analisou uma série de documentos oficiais e depoimentos da época colonial relativos à concessão de parcelas de terra aos escravos; também mencionou pesquisas de outros autores sobre o mesmo assunto. Seguindo esta linha, Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva deram mais um exemplo de produção agrícola escrava “independente” na região da Amazônia, durante a primeira metade do século XVIII, em: LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco C. T. da. “A questão da agricultura de subsistência”. In: WELCH, Clifford A. [et al.]. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. V. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. pp. 117 – 133. Stuart Schwartz fez uma síntese a partir dos estudos já realizados sobre a brecha camponesa, afirmando que “o ‘sistema brasileiro’ de permitir que os escravos cultivassem suas próprias safras existiu pelo menos a partir do século XVII, mas é provável que só tenha sido praticado com mais intensidade em alguns lugares e épocas do que em outros. Grande parte dos indícios da produção de alimentos dos escravos provém, de fato, de fins do século XVIII e do século XIX”. Cf. SCHWARTZ, op. cit., p. 155.

¹⁹⁰ A análise do referido manual foi feita em: REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. 2ª. reimpressão. São Paulo: ed. Companhia das Letras, 2005. Ver o capítulo *A função ideológica da “brecha camponesa”*.

atividades agrícolas, ou seja, nas decisões sobre o que plantar e quando, de que maneira, sobre a disposição dos excedentes eventuais etc.¹⁹¹

Tais características inseridas no sistema de produção escravista conformaram o que Sidney Mintz chamou de *protocampesinato escravo* no seu estudo sobre as Antilhas. Esta categoria refere-se aos escravos que realizavam atividades agrícolas nas parcelas de terra e de tempo concedidos pelos senhores no interior das fazendas, chegando a comercializar, eventualmente, os excedentes obtidos. O grau de autonomia camponesa foi analisado a partir das seguintes dimensões:

1) segurança no acesso à parcela de terra; 2) grau de relação direta com o mercado vertical (distinguido do mercado horizontal, onde o intercâmbio se dá entre compradores e vendedores de igual situação social); 3) grau de gestão do camponês sobre sua parcela, no tocante à distribuição dos recursos disponíveis.¹⁹²

O exame dos pontos descritos acima aplicados à atividade agrícola “independente” dos escravos nas colônias americanas revelou, segundo Ciro Cardoso, um alto grau de estabilidade e de autonomia relativos às três dimensões enumeradas. Os significados desta autonomia suscitaram polêmicas e opiniões divergentes entre os estudiosos do tema.¹⁹³

A possibilidade do acesso a terra pelos escravos iluminou um espaço dentro das relações escravistas antes desconhecido pelas interpretações tradicionais. Novas pesquisas foram realizadas, fortalecendo um processo de revisão historiográfica sobre a escravidão brasileira. Certos aspectos causaram divergências, como a própria função da brecha camponesa e, até mesmo, a utilidade do conceito. Deter-nos-emos um pouco mais nestas duas questões.

Em *A “Brecha Camponesa” no sistema escravista*¹⁹⁴ foi defendida a idéia de que a atividade autônoma realizada pelos escravos cumpria objetivos bastante específicos. O primeiro diz respeito à minimização dos custos de manutenção e reprodução da força de trabalho, cuja variação dependia da viabilidade de fornecimento, a baixo custo, de roupa e alimentos aos escravos, pelos senhores, e da

¹⁹¹ CARDOSO, op. cit., p. 56.

¹⁹² Ibid.

¹⁹³ O debate mais conhecido sobre a “brecha camponesa” foi travado entre Ciro Cardoso e Jacob Gorender. Cf. GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. 2ª. edição. São Paulo: ed. Ática, 1991. Ver capítulo 5: *Brecha camponesa, Mercado interno e agricultura de subsistência*.

¹⁹⁴ Capítulo do livro de CARDOSO, op. cit.

abundância de terras. Entretanto, o trabalho nas “terras escravas” era prejudicado conforme a necessidade de maximização da exploração dos cativos nas épocas de colheita e elaboração dos produtos. Tal demanda requeria mais tempo, o que representava a supressão das atividades autônomas dos escravos.

O segundo objetivo seria o estabelecimento de um acordo entre senhores e escravos que traria benefícios às duas partes: para estes, a autonomia era importante econômica e psicologicamente, para aqueles, a concessão de terras e tempo para o cultivo “independente” prenderia os escravos na fazenda e evitaria fugas. Como essa negociação era estabelecida entre forças desiguais, tal concessão poderia ser revogada pelos proprietários. A existência das duas percepções, no entanto, representaria uma arena de conflitos e conferiria dinâmica ao sistema.

João Reis e Eduardo Silva em *Negociação e Conflito*¹⁹⁵ afirmaram que a brecha camponesa era um mecanismo de controle e manutenção da ordem escravista, pois

Ao ceder um pedaço de terra em usufruto e a folga semanal para trabalhá-la, o senhor aumentava a quantidade de gêneros disponíveis para alimentar a escravaria numerosa, ao mesmo tempo que fornecia uma válvula de escape para as pressões resultantes da escravidão.¹⁹⁶

Na mesma obra, os autores atentaram para o fato de que a documentação disponível para o Rio de Janeiro no século XIX aponta insistentemente para a questão da segurança, em detrimento do interesse em minimizar os custos de manutenção e reprodução da força de trabalho. Essa hipótese estaria ligada a uma corrente que entende a brecha como sendo uma conquista dos escravos, pois no desejo de construir um espaço próprio estes entrariam em choque com seus senhores, que, por sua vez, cederiam ou resistiriam às investidas dos cativos – cientes que estavam dos benefícios trazidos pelas roças “independentes”.¹⁹⁷

Em *Na Senzala, Uma Flor*¹⁹⁸, Robert Slenes analisa os espaços de autonomia escrava e argumenta que o essencial não é perceber a existência da brecha ou o seu tamanho, e sim

¹⁹⁵ REIS e SILVA, op. cit.

¹⁹⁶ Ibid., p. 28.

¹⁹⁷ Tal corrente seria representada por autores como Antônio Barros de Castro, Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva. Ver em REIS & SILVA, op. cit.

¹⁹⁸ SLENES, Robert. *Na Senzala Uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: ed. Nova Fronteira, 1999.

a luta entre senhores e escravos para definir o grau de dependência ou autonomia destes – uma luta em que as relações entre as duas partes e, portanto, as próprias formas de reprodução ou não do “sistema” estavam constantemente sujeitas à redefinição.¹⁹⁹

Desta forma a brecha, para o autor, deixa de ter sentido na medida em que o campo de análise da autonomia escrava extrapola os limites deste conceito e passa a ser verificada em toda e qualquer relação entre senhores e escravos. Isto significa que as atividades desenvolvidas pelos cativos para aumentarem seus recursos, isto é, o cultivo de suas roças, a caça, o furto etc., implicavam disputas com seus senhores. Tais atividades correspondem ao que boa parte da bibliografia norte-americana sobre a escravidão tem chamado de *economia interna dos escravos*²⁰⁰. A partir do momento em que o foco de observação se concentra nessas lutas “miúdas” os pesquisadores tendem a procurar as estruturas nos próprios processos sociais. Este procedimento é acompanhado, portanto, por “*estudos empíricos densos que enfocam a economia interna como palco de conflitos, cujos desenlaces são ambíguos e imprevisíveis*”.²⁰¹

Acreditamos que as definições são importantes ferramentas do pensamento, mas não devem se endurecer como verdades eternas. Também acreditamos que “*os conceitos, as generalizações e os modelos não são a realidade, que é, de fato, infinitamente mais rica*”²⁰². A utilidade e utilização deles “*estão sujeitas às perguntas feitas, às maneiras como estas se relacionam aos esquemas de questionamento teórico mais gerais e a seu esclarecimento da realidade*”²⁰³.

Entendemos que o conceito da brecha camponesa é útil como uma maneira de perceber as relações de negociação e conflito estabelecidas entre escravos e senhores na dicotômica e estruturada sociedade rural²⁰⁴ brasileira do século XIX, por isso não deve ser dispensado. Esta brecha poderia representar tanto um mecanismo de controle e manutenção da ordem escravista, como uma conquista dos escravos na ampliação de seus espaços de autonomia. O que determinaria entre uma ou outra situação seria a dinâmica interna das comunidades escravas diante da conjuntura social mais ampla.

¹⁹⁹ Ibid., p. 199.

²⁰⁰ Ibid.

²⁰¹ Ibid., p. 200.

²⁰² SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista Nera*, Presidente Prudente. Ano 8, n. 7, jul./dez. 2005. pp.1-21. Citação da p. 21.

²⁰³ Ibid.

²⁰⁴ Kátia Mattoso chamou atenção para as diferentes situações vivenciadas por escravos em ambientes rurais e urbanos. Cf. MATTOSO, Kátia de Q. *Ser escravo no Brasil*. Trad. J. Amado. São Paulo: ed. Brasiliense, 1982.

Isto é, pensar na maneira como os protocamponeses reagiram aos processos gerais e como estes neles refletiram. Assim, poderemos compreender o escravismo em suas estratégias, ações e contradições.

Algumas pesquisas indicam que o acesso a uma roça própria pelos escravos nas áreas rurais brasileiras era uma prática costumeira desde, pelo menos, o século XVIII. Esse costume em muito se aproximava ao que E. P. Thompson definiu como um direito consuetudinário derivado dos usos habituais, “*usos que podiam ser reduzidos a regras e precedentes, que em certas circunstâncias eram codificados e podiam ter força de lei*”²⁰⁵.

O casamento era, na grande maioria dos casos, a chave para obter do senhor um pedaço de terra para plantar e formar uma família. A plantação e a criação de animais como galinhas e porcos eram práticas “independentes” muito comuns nas áreas de grande lavoura do Centro-Sul.²⁰⁶ Casar, então, foi o meio que o cativo encontrou para melhorar sua condição de vida, pois com o matrimônio adquiria-se: acesso à terra e a possibilidade de uma alimentação mais rica e variada (com a caça, a pesca – quando possível – a colheita e a criação de animais), maior privacidade em decorrência do distanciamento da senzala e da casa-grande, divisão de trabalho dentro da família cativa (papéis diferenciados entre pai, mãe e filhos), ampliação das redes de solidariedade a partir do parentesco e dos laços de compadrio e acúmulo de pecúlio através de eventuais trocas comerciais.

A percepção dos senhores diante da determinação dos cativos em melhorar suas condições de vida levava-os a promoverem uma política de incentivos, ou seja, um conjunto de benefícios e privilégios prometidos aos escravos “obedientes”. O objetivo desses estímulos era forjar diferenciações entre o grupo, na medida em que premiava o “bom” escravo e o destacava em relação aos demais. Vale observar que nem sempre as promessas eram cumpridas. O esforço em diferenciar a escravaria contribuía para evitar a formação de laços identitários, a começar com a oposição étnica gerada com o tráfico transatlântico: de um lado, escravos brasileiros e africanos “ladinos”, já ambientados no território americano, de outro, africanos “novos”, totalmente alheios às normas daquela sociedade.²⁰⁷

²⁰⁵ THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 15.

²⁰⁶ SLENES, op. cit.

²⁰⁷ MATTOS, Hebe M. *Das Cores do Silêncio: os significados da Liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; MATTOSO, op. cit.

A promessa de doação de terra e bens materiais, às vezes acompanhados de alforrias – no caso dos escravos –, também fazia parte de uma estratégia de dominação. Os médios e grandes proprietários, na tentativa de manter sob controle seus subordinados, prometiam durante a vida uma série de benefícios, os quais nem sempre eram cumpridos. Daí o motivo dos herdeiros aparecerem citados nominalmente nos testamentos, pois os favorecidos seriam apenas aqueles que mereciam ser recompensados por sua “fidelidade”, ficando de fora, provavelmente, os desafetos do falecido proprietário. O cumprimento das promessas senhoriais também tinha seu objetivo específico: o de camuflar a pressão exercida pelos escravos no sentido da cobrança por algo que fora antes acordado, além de ajudar a construir uma imagem do senhor como uma pessoa benevolente e caridosa, um “senhor bom”.

A “fidelidade” escrava, no entanto, é uma questão que deve ser problematizada. Em *Ser Escravo no Brasil*²⁰⁸, Kátia Mattoso defendeu que a prática da obediência, da humildade e da fidelidade por parte dos escravos era um caminho possível para alcançar a liberdade. Por conta disto,

Para o escravo, como se vê, a obediência não é totalmente fruto da necessidade gratuita. Certamente, que satisfaz ao senhor, mas o escravo vê nela uma necessidade que o leva bem adiante do gesto cotidiano. O horizonte é mais limitado para o escravo dos campos do que para o das minas ou da cidade. Contudo, seja onde for, trata-se da única estratégia possível, pois o negro, para subir na escala social e conquistar sua parcela de vida privada, precisa utilizar os valores da sociedade branca de adoção.²⁰⁹

Embora fosse a fidelidade do “bom escravo” uma estratégia para obter ganhos junto ao senhor, nem sempre sua atitude era de cordialidade. Não havia uma dicotomia que aceitasse apenas dois tipos de comportamento – zumbi ou pai João. De acordo com E. P. Thompson, existe uma identidade ambígua por parte dos trabalhadores, isto é, identidades que se alternam: uma deferente, outra rebelde²¹⁰. Essa consciência é adquirida através das experiências compartilhadas nas relações de trabalho. Nas palavras de Thompson,

as “duas consciências teóricas” podem ser vistas como derivadas de dois aspectos da mesma realidade: de um lado, a conformidade com o *status quo*, necessária para a sobrevivência, a necessidade de seguir a ordenação

²⁰⁸ MATTOSO, op. cit.

²⁰⁹ Ibid., p. 111.

²¹⁰ THOMPSON, op. cit.

do mundo e de jogar de acordo com as regras impostas pelos empregadores, os fiscais dos pobres etc. De outro lado, o “senso comum”, derivado da experiência de exploração, dificuldades e repressão compartilhada com os companheiros de trabalho e os vizinhos, que expõem continuamente o texto do teatro paternalista à crítica irônica e, com menos frequência, à revolta.²¹¹

Até meados do século XIX, o incentivo ao matrimônio escravo pode ser visto como uma estratégia senhorial, já que poucos conseguiam estabelecer arranjos conjugais e os benefícios conseqüentes deste ato. Do ponto de vista do senhor, o casamento entre cativos favorecia a dominação sobre eles, pois fixava e subordinava a família escrava na fazenda, facilitando o controle sobre ela. O aumento do número de uniões viabilizava-se, então, conforme esta prática de domínio específica interessasse aos senhores, em regiões e períodos determinados. A decisão de formar uma família, entretanto, partia dos escravos, conforme suas vontades e seus objetivos.²¹²

A abolição do tráfico transatlântico no Brasil imperial foi um marco fundamental que acarretou mudanças significativas nas relações escravistas. No que diz respeito à formação de famílias, se antes a sua concretização era dificultada pela constante chegada de africanos, geralmente homens – fato que causava um desequilíbrio de gênero nas escravarias –, após 1850 a tendência foi de cristalizar as comunidades escravas e de ampliar o acesso à família para aqueles estabelecidos há mais tempo nas fazendas, já que a relação entre homens e mulheres ia normalizando-se²¹³. Tal circunstância favorecia para que os benefícios trazidos com o casamento, principalmente o acesso à terra, deixasse de ser visto como privilégio de poucos e passasse a ser cobrado como um direito, ou seja, ter a força de lei.

Voltando às considerações de Ciro Cardoso sobre a autonomia conferida aos escravos com a “brecha”, vale lembrar que ela era resultante de um acordo legal ou consuetudinário entre senhores e escravos. Este acordo garantia “*para a classe dominada, pelo menos de fato e às vezes de direito, certos direitos, cuja infração traz[ia] consigo o perigo de alguma forma de rebelião*”²¹⁴.

Diante da nova situação que se configurou com o fim das travessias atlânticas, as famílias cativas, no interior das unidades rurais, foram se entrecruzando e formaram uma grande rede de parentesco e de solidariedade. O controle senhorial, antes facilitado

²¹¹ Ibid. p. 20.

²¹² SLENES, Robert; VOGT, Carlos; FRY, Peter. *Cafundó: a África no Brasil: linguagem e sociedade*. São Paulo: ed. Companhia das Letras, 1996.

²¹³ MATTOS, Hebe & RIOS, Ana Lugão. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira, 2005.

²¹⁴ CARDOSO, op. cit., p. 58.

pelas diferenciações internas, agora encontrava uma barreira na coesão da comunidade escrava. Por esta razão, qualquer negligência senhorial em relação a usos costumeiros representava um grande perigo para a manutenção da ordem.

A partir deste momento, o aumento dos espaços de autonomia conquistado pelos escravos através da ampliação de uma prática antiga representou, também, maior pressão dos mesmos em busca de sua libertação, e, conseqüentemente, maior tensão nas relações com seus senhores. A obtenção de pecúlio pela possível venda de excedentes da produção “independente”, possibilitando a compra da alforria, e a dificuldade dos proprietários em vender separadamente escravos de uma mesma família (tipo de venda proibida por lei em 1869 e 1871) foram elementos que contribuíram para ruir o escravismo no Brasil. Neste sentido, a possibilidade da brecha camponesa em Angra dos Reis, no contexto da segunda metade do século XIX, parece estar longe de ter se configurado como um mecanismo de controle senhorial.

3.3 Os escravos da Fazenda de Santa Rita do Bracuí

O fim do tráfico transatlântico no Brasil foi um golpe difícil de ser assimilado pelos proprietários de todo o Império, os quais tinham nesse comércio a constante reprodução da mão de obra escrava a um preço acessível. Entretanto, para as diversas comunidades de senzala existentes nas fazendas esse fato inaugurou uma nova conjuntura que os escravos souberam aproveitar muito bem, fortalecendo seus laços familiares e identitários.

Em Angra dos Reis, as conseqüências do fim do tráfico de escravos africanos foram muito mais graves em decorrência do envolvimento direto e indireto com as atividades do ilícito comércio, como a organização das viagens clandestinas por grandes proprietários, a difundida produção da cachaça, a venda de braços para as áreas de ponta da economia e o encarecimento dos escravos que dificultava a reposição de novos trabalhadores. Além disso, não se pode esquecer a crise posterior decorrente da abertura da Estrada de Ferro Pedro II, que enfraqueceu os resqúcios comerciais que a cidade ainda preservava com o desembarque do café das regiões interioranas.

A Fazenda de Santa Rita do Bracuí, propriedade do Comendador José Joaquim de Souza Breves, localizava-se na freguesia da Ribeira. Os limites desta eram traçados, ao norte, com a Serra do Mar, que a separava do município de Bananal (província de

São Paulo) e de Rio Claro (província fluminense); ao sul, com uma extensa baía; e, a oeste, com a freguesia de Mambucaba. Sua principal lavoura, segundo informou Honório Lima no final do século XIX, era a da cana, “*que aí produz de um modo admirável*”.²¹⁵ Na década de 1880 – trinta anos após a abolição do tráfico de africanos escravizados – a freguesia ainda contava com 15 engenhos movidos a água, em sua maioria, os quais produziam anualmente mais de 1.500 pipas da “*tão procurada aguardente*”.²¹⁶

É justamente nas terras da antiga Fazenda de Santa Rita do Bracuí que encontramos, hoje, uma comunidade que descende dos escravos de José de Souza Breves. Os membros do Quilombo de Santa Rita do Bracuí herdaram a memória do que foi transmitido por seus “troncos” do tempo do cativo e um patrimônio territorial que, com muita luta, permanece sob o domínio da comunidade desde a segunda metade do século XIX – direito adquirido primeiro pelo costume, e depois pelos próprios dispositivos legais da época.

Preservam ainda manifestações culturais de matriz africana, como o Jongo, e um modo de vida que se aproxima à experiência protocamponesa desenvolvida por seus avós e bisavós.

Vimos ao longo deste trabalho que os proprietários das unidades rurais de Angra dos Reis sofreram dois grandes impactos após 1850 – a abolição do tráfico transatlântico e a abertura da Estrada de Ferro D. Pedro II. As propriedades que produziam cachaça para os mercados africanos e/ou aquelas que desempenhavam poucas atividades, atravessaram por dificuldades em obter recursos e repor a mão de obra escrava, amplamente difundida. Apenas as unidades mais estruturadas conseguiram manter alguma produção.

A venda de escravos através do tráfico interprovincial foi uma saída encontrada pelos pequenos e médios proprietários para evitar a falência total, já que o valor e a procura daqueles aumentou significativamente após 1850. O resultado de tal processo foi a queda demográfica verificada na população cativa do município. Veja a comparação das populações livre e cativa em dois momentos distintos do século XIX:

²¹⁵ LIMA, op. cit., p. 195.

²¹⁶ Ibid.

Tabela 28: População escrava e população livre nas freguesias de Angra dos Reis, 1840

Freguesias	Escravos	%	Livres	%	Total
Conceição	3.063	46.5	3.526	53.5	6.589
Ilha Grande	3.147	47.6	3.464	52.4	6.611
Ribeira	3.040	44.5	3.791	55.5	6.831
Mambucaba	1.302	50.6	1.269	49.4	2.571
Total	10.552	46.7	12.050	53.3	22.602

Fonte: VASCONCELLOS, *Nas bênçãos de Nossa Senhora...*, op cit., p. 65.

Tabela 29: População escrava e população livre nas freguesias de Angra dos Reis, 1872

Freguesias	Escravos	%	Livres	%	Total
Conceição	1.482	21.3	5.482	78.7	6.964
Ilha Grande	1.512	19.9	6.062	80.1	7.574
Ribeira	1.073	22.5	3.694	77.5	4.767
Mambucaba	477	18.9	2.051	81.1	2.528
Total	4.544	20.8	17.289	79.2	21.833

Fonte: VASCONCELLOS, *Nas bênçãos de Nossa Senhora...*, op. cit., p 69.

Os escravos que permaneceram foram construindo sólidos laços de parentesco através dos casamentos. Este processo de enraizamento está intimamente ligado ao fim do afluxo de africanos: a relação entre homens e mulheres normalizava-se para as gerações nascidas no cativeiro, o que permitiu a cristalização da comunidade escrava e a ampliação do acesso à família para os já estabelecidos nas fazendas.²¹⁷ Tal situação dificultava a decisão dos senhores sobre possíveis vendas de cativos para outras regiões, pois a legislação protegia cada vez mais as relações familiares constituídas.

A formação de família promovia maior autonomia e estabilidade no espaço da escravidão com o acesso a parcelas de terras e a possibilidade de uma economia própria – podendo, inclusive, acumular pecúlio. O esforço para obter ganhos dentro do escravismo aumentava a pressão dos cativos nessa conjuntura, forçando a negociação entre as duas partes. Esta foi uma das alternativas possíveis formuladas pelos escravos na tentativa de levar uma vida mais tolerável na condição de cativeiro.

A Fazenda de Santa Rita do Bracuí sobreviveu às transformações econômicas que atingiram Angra dos Reis após 1850, Mesmo assim, sua situação não era muito diferente das outras. Poucos bens ainda possuíam algum valor na década de 1880,

²¹⁷ RIOS e MATTOS, op. cit.

revelando as atividades que se desenvolviam ali. Tais bens foram deixados para o uso coletivo dos herdeiros, como mostra o testamento do comendador:

Engenho de Cana e seus pertences, bem como a engenhoca de farinha, monjolo e moinho e outra maquina que exista, permanecerá nos seus devidos lugares para todos os meus legatários da referida fazenda, com preferência os meus libertos fazerem em comum suas safras.²¹⁸

Com dois mil e seiscentos e quarenta metros de terras, avaliadas em cinco contos e duzentos e oitenta mil réis – segundo consta no inventário – a Fazenda de Santa Rita do Bracuí abrangia uma área que partia “*de um lado com Maria Thereza de Jesus e de outro com os órfãos filhos de Domingos José Gomes Ribeiro, fundos até a mais alta serra do Mar*”.²¹⁹ Em testamento, José de Souza Breves deixa toda essa extensão territorial e as máquinas nela incluídas para os libertos que habitavam a fazenda:

Declaro que a Fazenda de Santa Rita do Bracuí na Comarca de Angra dos Reis, tenho conservado de propósito para dela fazer uma aplicação caridosa e com inteira satisfação para a expor o que desejo. Atendendo eu ao lastimável estado de penúria que se observa naquele lugar, deixo em beneficio das pessoas ali residentes, e que são meus agregados gratuitos e todos morigerados, para não ficarem privados dos meios de subsistência [...]²²⁰

O gesto de caridade a que se refere o comendador, isto é, a transmissão da Fazenda de Santa Rita do Bracuí para seus “agregados”, não representa um caso isolado no escravismo brasileiro. Os agregados, na verdade, eram antigos escravos do comendador que haviam conquistado parcelas de terra e viviam de suas plantações próprias. A lista dos legatários expõe essa relação:

a Felipe Rodrigues e a sua mulher Francisca, libertos e moradores na fazenda rio acima, deixo quarenta alqueires de terra entre os seus cultivados e matas virgens, passando por sua morte ao seu genro José Leandro Pinheiro e sua mulher, e por morte desses, aos seus filhos de ambos os sexos. A Eudovirges, liberta, cinco alqueires contíguos ao dito Felipe. A Rogério, pardo, e sua mulher um alqueire, que deve ser parte das terras da vargem, e inteirando com as do morro em frente da casa onde mora. A Maria ilhoa, viúvia de José ilhéu, e seus filhos de ambos os sexos, dois alqueires. A Manoel de Souza Netto, meu antigo agregado, cinco alqueires. A Maria e Firmina, solteiras, filhas do falecido José Manoel e sua mulher e a seus irmãos residentes nas mesmas terras, oito alqueires, que serão inteirados no lugar onde moram, fazendo fundos para o morro. A José Ponciano de Albuquerque e sua mulher, três alqueires em lugar que não ofenda aos que existem, visto não morar ele nas

²¹⁸ Inventário de José de Souza Breves, 1881, acervo do museu do TJRJ.

²¹⁹ Ibid.

²²⁰ Ibid.

mesmas terras. A Francisco Lucas da Cunha, sua mulher e filhos, quarenta alqueires nos seus cultivados e matas virgens, sem ofensa aos seus vizinhos, e a Ilha do Pasto na barra do Rio Bracuhy, que foi comprada por mim ao falecido Manoel Fernandes dos Santos. A José Pinheiro de Almeida, para ele e sua mulher, três alqueires. A José Cipriano e sua mulher, quatro alqueires, fazendo divisa pela estrada e fundos para o morro. A João de Souza, liberto, três alqueires. A Pedro Pinheiro, pardo solteiro, e sua mãe com quem mora, três alqueires, a Theodora parda, e seus filhos, três alqueires, a Rosa de São José, parda e seus três filhos, três alqueires; a Francisco Luiz de Azevedo, sua mulher e filhos, três alqueires; a Francisco, escudeiro, branco e solteiro, três alqueires; a Caetano José das Neves, e a seus filhos, três alqueires; a José Inácio dos Santos, pardo, sua mulher e filhos, três alqueires; a José Gomes dos Passos, e a seus filhos, três alqueires; a José Luiz Pereira Branco, sua mulher e filhos, três alqueires; a Joaquim Antonio Incácio, sua mulher e filhos, três alqueires; a Joaquim, preto forro, sua mulher e filhos, três alqueires; a Luiz ilhéu e sua mulher, dois alqueires; a Luiz Pimenta e sua mulher, um alqueire; a Benedito Antonio Alves, sua mulher e filhos, três alqueires; a Manoel Benedito, preto liberto, solteiro, dois alqueires, a Cerilo, pardo, sua mulher e filhos, três alqueires; a Justina parda e seu filhos, dois alqueires; a Antonio Joaquim da Silva, carpinteiro, dois alqueires; a João Gomes e sua mulher, dois alqueires; a Joaquim José da Silva, branco, solteiro, dois alqueires; a Francisco Antonio de Souza, um alqueire; a João Raimundo preto viúvo, seus filhos e netos de ambos os sexos, quatro alqueires, a Delfina, preta solteira, um alqueire, a Maria Carlota, preta solteira, um alqueire; a Antonia parda solteira, um alqueire; a Angélica da Silva Leite, nas terras onde trabalha ou tem suas roças, um alqueire; a Felicidade Lucas da Cunha, onde tem suas roças, um alqueire; a Maria Maciel, filha do meu falecido compadre Joaquim Maciel e seus filhos de ambos os sexos, um alqueire; a Joaquina, viúva de Antonio Cabinda, seus filhos e netos de ambos os sexos, Benedito, sua mulher, filhos e netos, que a todos liberto, oitenta alqueires no lugar do sítio da dita Joaquina, compreendidos essas por um e outro lado do Rio Bracuhy, e pelo lado do sítio da referida Joaquina, compreender-se-á as derrubadas novas de alto do morro de Santa Rita, matas virgens e capoeirões contíguas as derrubadas que já se fizeram até a raiz do Pico agudo. Declaro que esses oitenta alqueires de terras mencionadas ficam pertencendo não só a dita Joaquina, seus filhos e netos de ambos os sexos, Benedito, sua mulher, filhos e netos, como a todos os mais meus crioulos de ambos os sexos, nascidos na dita Fazenda de Bracuhy até o dia vinte e oito de setembro de mil oitocentos setenta e um, para possuírem, morarem e trabalharem em comum. Ao meu testamenteiro que tiver de executar estas minhas disposições, corre-lhe o dever e seu cuidado particular recomendo que quando proceder a distribuição dessas terras da mencionada Fazenda de Bracuhy, de conformidade com o que está neste testamento determinado, conserve os agregados nos sítios onde morar, entregue a cada um os seus quinhões, de maneira que não ofendam uns aos outros, estabelecendo a melhor ordem em tudo para que se preencham fielmente os fins humanitários de minha doação. Outro sim declaro que a minha escrava, parda Graciana, que fica livre, poderá, querendo continuar a morar nessa fazenda de Bracuhy, e escolher três alqueires de terra na margem do Rio, ou onde melhor lhe convier, sem ofensa dos outros moradores. Se porém ela preferir a residência na fazenda da Cachoeirinha, terá aí o mesmo direito dos três alqueires de terra.²²¹

A doação territorial às famílias escravas foi acompanhada das alforrias. Libertos, estes antigos trabalhadores puderam permanecer nos mesmos espaços onde antes constituíram morada, uma conquista ainda do tempo do cativo.

²²¹ Ibid.

A permanência dos libertos nas roças de antigamente garantiu a sobrevivência do grupo e a preservação de um modo de vida baseado na experiência protocamponesa. Seus descendentes formam, hoje, a comunidade do Quilombo de Santa Rita do Bracuí.

A doação de terras e bens materiais, às vezes acompanhados de alforrias, fazia parte de uma estratégia de dominação dos médios e grandes proprietários que pretendia manter sob controle seus subordinados através de diversos incentivos. As promessas feitas pelos senhores aos escravos ao longo da vida cumpriam o papel de regulador dessa tensa relação. Além disto, havia o benefício simbólico que tais atitudes aludiam aos senhores, ou seja, pensar que essas doações eram simplesmente uma concessão senhorial, e não uma conquista dos escravos decorrente dos seus mecanismos de pressão. Vale ressaltar que além do estado de penúria em que a fazendas se encontrava, José Breves era viúvo e não possuía herdeiros diretos, fato comum entre as doações a escravos no século XIX.

As famílias no tempo do cativeiro

Nos relatos dos moradores do quilombo de Santa Rita do Bracuí, a doação das terras da fazenda para os escravos de José Breves é um elemento cristalizado na memória. A transmissão desse acontecimento de geração a geração, com riqueza de detalhes, demonstra a força do seu significado para aquele grupo. Os “herdeiros do Breves”, termo recorrente entre os mais antigos, construíram suas identidades vinculados à essa doação:

Quando o Breves fez inventário disso aí, deixou pra os herdeiros, né? Pra os (...) da fazenda. Então quem pegou o título da terra foi minha avó e meu avô. E ele diz assim: 80 alqueire de terra da família Cabinda. Ai diz assim: 80 alqueire de terra pegando do canela preta ao agudo. (...) Ele não tinha herdeiros, herdeiro era os escravos dele. Ele não tinha herdeiros, não tinha ninguém na família, é ele só.²²²

Benedito Seixas

O Breves, o Joaquim José Breves de Souza que era o dono desse tempo dessas fazendas (...) que tinha escravo, tinha tudo e... essa minha bisavó era criada nessa fazenda de Santa Rita... por isso meu avô... a minha bisavó... quando ele morreu, antes de morrer (...) e deixou as terras pra todo aquele povo que era herdeiro de escravo. A minha bisavó ganhou 80 alqueires de terra, né?²²³

Antônio Seixas

²²² Acervo UFF Petrobrás Cultural, Dvd n. 01.0027.

²²³ Acervo UFF Petrobrás Cultural, Dvd n. 01.0076.

O Breves deixou, não tinha parente nenhum deixou pros trabalhadores dele, que era os escravos.²²⁴

Geraldo Romão

José de Souza Breves. Ele doou as terras para os escravos. Ele doou a Fazenda Santa Rita, né? E nós considerava essa doação, só que não tinha deixado o documento, que aqui na época não tinha cartório.²²⁵

Manoel Moraes

Mas nós somos descendentes de escravos. Nós somos tudo descendentes de escravos.²²⁶

Manoel Moraes

As famílias possuem um repertório diferenciado de narrativas do tempo do cativo. Benedito Seixas disse que o seu pai teve um papel importante na transmissão dessas memórias: “o meu pai é que sempre movimentava aquelas coisas. Sempre que dizia isso, aquilo ali e tal, a gente apanhava alguma coisa por alto, né?”²²⁷. Ele e o irmão, Antônio Seixas, pertencem à família de Joaquina e Antônio Cabinda²²⁸, ambos presentes na relação dos legatários da fazenda de José Breves. A doação das terras para a família Cabinda é lembrada ainda hoje pelos dois irmãos com os mesmos detalhes descritos no testamento do comendador, o qual nunca foi visto por eles.

A partir das entrevistas realizadas com os membros da família Seixas foi possível alcançar seus ascendentes escravos da Fazenda Santa Rita. Segundo nos relatam Antônio e Benedito Seixas, a relação entre Antônio Manoel Inácio – filho de Joaquina Cabinda e avô materno dos entrevistados – e José Breves era de muita confiança e cordialidade, como mostram os seguintes trechos:

O meu avô (...) esse Antônio Manoel Inácio, ele era o amo do Breves, do fazendeiro, ele quem movia com o dinheiro do Breves, quem tomava conta, era ele, o meu avô, esse era o meu avô.²²⁹

Benedito Seixas

²²⁴ Acervo UFF Petrobrás Cultural, Dvd n. 01.0026.

²²⁵ Acervo UFF Petrobrás Cultural, Dvd n. 01.0020.

²²⁶ Acervo UFF Petrobrás Cultural, Dvd n. 01.0020.

²²⁷ Acervo UFF Petrobrás Cultural, Dvd n. 01.0027.

²²⁸ Genealogia da família de Antonio e Benedito Seixas em anexo.

²²⁹ Acervo UFF Petrobrás Cultural, Dvd 01.0076/77.

Era cria da fazenda. Ele tinha um carinho a ele que só vendo, dizia o meu pai, minha mãe, o meu sogro, não é? Que ele era muito carinhoso pra ele. É, ele tinha carinho com ele igual a filho. Ele era escravo, mas não era pessoa assim... como carrasco não, era como cria, feito filho (...) era isso.²³⁰

Antônio Seixas

Essas relações paternalistas se explicam pelas estratégias senhoriais que visavam tratar os escravos de uma maneira diferenciada, gerando uma hierarquia interna entre a escravaria. Tal atitude tinha como intuito impedir a formação de alianças e o surgimento de uma identidade entre os cativos por conta da situação comum em que viviam no cativeiro. Mas esse quadro mudou na segunda metade do século XIX com o aumento das famílias escravas e o fortalecimento desses laços, limitando desta forma a esfera de atuação dos senhores.

Nos depoimentos da família Seixas, a Fazenda de Santa Rita do Bracuí aparece como um lugar bom para os trabalhadores, assim como José Breves surge como uma figura benevolente, pois ali não se aplicavam os castigos do tempo do cativeiro.

nessa cidade de Turvo é que lá tinha, sabe o que? Os carrascos do Breves. E aqui (...) eles não assassinava ninguém. Aquele que tinha culpa eles mandavam pra lá.²³¹

Benedito Seixas

no tempo do cativeiro eles dizem que as coisas não eram fácil não, né? Os trabalhador que trabalhavam era lei debaixo do chicote. É, debaixo do chicote. Então, não podia fazer nada de errado... se fazia errado já era. Como é que era, né? Ia exportado pra longe, né, e assim não voltava mais. E lá eles cabavam com eles, né.²³²

Antônio Seixas

Na medida em que as famílias escravas se consolidavam, após 1850, a coesão da comunidade aumentava através da formação dos laços de parentescos, aumentando, conseqüentemente, o seu poder de pressão. As negociações se apresentavam como uma saída para o conflito mais direto entre senhores e escravos, como vimos acima. Na narrativa sobre um acontecimento envolvendo Antônio Manoel Inácio e uma possível venda para outra fazenda, José Breves consulta a vontade de seu escravo antes de tomar a decisão:

²³⁰ Ibid.

²³¹ Ibid.

²³² Ibid.

Aí chegou o Breves:

- Antônio, olha, ele vem aí tal dia. Tu quer ir com ele ou comigo? Tu quer ir com ele ou ficar comigo?

- Ah, eu quero ficar com o senhor – Já é filho da casa, né.

- Então, quando ele chegar aqui eu vou fazer uma pergunta pra você, se você quer ir com o Pedro ou quer ficar comigo. Tu diz que quer ficar comigo.

- Não, eu não nego não!²³³

Benedito Seixas

Dentre os membros do atual Quilombo de Santa Rita do Bracuí, a família Romão acrescenta outros pontos da história da comunidade escrava da fazenda de José Breves. As lembranças daquele tempo foram transmitidas por Maria Romão Custódio à seus filhos Olga, Ondina e Geraldo Romão:

A mãe contava... a mãe contava bucado de coisa, que o avô, o pai dela contava. [Como era o nome dele?] Romão, é Romão. Vem da África, o tronco do meu avô era da África, tudo da África (...).²³⁴

Geraldo Romão

Nesses depoimentos estão em evidência não só a experiência da escravidão, mas a travessia de africanos escravizados para o Sudeste brasileiro. Segundo relato de Geraldo Romão, o seu bisavô materno era africano:

Meu pai mesmo era paulista, minha mãe que é daqui, nascida que filha de escrava. Descendente de escravo. [O nome dela?] Maria Romão Custódio. [Quem te contou isso?] Meus troncos mesmo, os antigos... [a mãe] Nasceu aqui, mas meus velhos, o bisavô dela, vieram num navio, não sei do que, vieram com os brancos. (...) Ela contava assim que o pai dela veio... o bisavô dela veio lá não se da onde... da África. Aí vieram de lá pra cá, trouxeram... saltaram lá no rio. Carregaram muita peça, é pedra, é não sei o que. Tá ali o moinho, eu vou levar vocês ali no moinho que eles fizeram, o pilar ainda tá de pé.²³⁵

Geraldo Romão

O processo de transformação econômica vivenciado em Angra dos Reis no início da segunda metade do século XIX resultou no enfraquecimento das relações escravistas na região, refletido na diminuição da população cativa como vimos anteriormente. A historiografia recente da Escravidão no Brasil defende que houve um aumento de alforrias para assegurar os trabalhadores livres nas fazendas onde viviam. Longe de ser uma questão de generosidade, os senhores acreditavam que a alforria

²³³ Ibid.

²³⁴ Acervo UFF Petrobrás Cultural, Dvd n. 01.0026.

²³⁵ Ibid.

gerava uma dívida de gratidão que prenderia o liberto nas fazendas numa conjuntura desorganizada das formas tradicionais de controle da força de trabalho.²³⁶

Ao falar sobre o avô materno, Ondina Romão nos indica um período no qual o trabalho já não era tão rigoroso, seja pelo declínio das atividades comerciais da fazenda, por uma possível alforria ou pelo avanço da legislação do Império sobre a escravidão (Lei do Ventre Livre). Sua memória evidencia o momento de mudança nas relações de trabalho antes da Abolição:

ele era um senhor magro, alto, com um rosto fino, feição de índio. Ele era muito calmo, mas ele já era filho dos escravos. O pai dele trabalhou na fazenda dos Breves, ele chegou a trabalhar na fase menos, quem trabalhou mesmo foi o pai dele (...).²³⁷

Ondina Romão

A Abolição da escravatura não foi lembrada em nenhum dos depoimentos das famílias entrevistadas no Quilombo de Santa Rita do Bracuí. No Vale do Paraíba, onde a escravidão se prolongou até o último momento, os descendentes de escravos de São José da Serra comemoram até hoje o 13 de maio, que assumiu outros significados²³⁸.

A família Romão marca, também, a migração de alguns de seus membros em busca de melhores condições de trabalho no tempo da liberdade:

Minha mãe nasceu aqui. Nós nascemos naquele sítio lá em cima do morro, ali tem um sítio. Meu avô era dono ali na época passada. Então, tinha uma casa grande de madeira que quando meu avô ficou doente deixou para minha mãe, porque minha mãe era a caçula dos irmãos. Meus tios foram tudo cada um procurando um rumo, porque as coisas eram difíceis. Então eles foram crescendo e foram saindo, aí ficou minha mãe, minha avó e os irmãos.²³⁹

Ondina Romão

A vida em família e em comunidade estão presentes nos depoimentos dos irmãos Romão. A ajuda mútua e a solidariedade existente no passado são elementos valorizados nessas memórias do presente. Tais relações foram construídas desde o século XIX, na medida em que a comunidade se interrelacionava e se fortaleciam os laços de parentesco.

²³⁶ RIOS e MATTOS, op. cit., p. 283.

²³⁷ Acervo UFF Petrobrás Cultural, Dvd n. 01.0024.

²³⁸ Antigamente, o 13 de maio era comemorado por marcar a data de libertação dos escravos. Atualmente, essas festas assumem o sentido de comemorar o dia dos “pretos velhos”.

²³⁹ Acervo UFF Petrobrás Cultural, Dvd n. 01.0024.

Meu avô era filho daqui mesmo, tinha família, então, tias, primos. Mas, o pessoal aqui tinha muita visão: um sempre ajudava o outro. Às vezes um do lado de lá vinha fazer lavoura aqui. Quando tinha colheita, todo mundo ia colher, então não faltava nada. Às vezes o que só se comprava aqui era o sal, a roupa e o sapato.²⁴⁰

Ondina Romão

A principal atividade que os escravos exerciam na fazenda Santa Rita do Bracuí está bastante presente nas lembranças de Geraldo Romão. Ele possui a memória da construção e da produção da cachaça no engenho da fazenda:

Esse galho aqui foi os escravos que fez. O escravo que fez esse galho aqui, é. O rio mesmo é do outro lado, mas os escravos cortaram lá em cima e ele desceu aqui. [Por que eles fizeram isso?] Pra tocar água pro moinho de... que tinha lá na fazenda do homem, do... pra lá. Então, não tinha água lá. Então eles cortaram por cima, fizeram uma barragem de madeira.²⁴¹

Isso aqui era o engenho velho, isso aqui que era os velhos, os escravos que fez isso tudo aí, os troncos da gente aí, tudo isso aí.

(...)

Vou mostrar o engenho velho aqui. Isso aqui era a moenda. Isso aqui era uma sede de coisas. Ali ficava a moenda (...) pra tocar água, pra virar a moenda pra moer cana, fazer doce, fazer tudo.

(...)

Isso aí era usado pra fazer... moer cana, fazer doce de banana, fazer doce de batata, fazer cachaça, aquelas cachaça boa da roça, isso tudo era usado pra isso aí.²⁴²

Geraldo Romão]

Com a decadência da produção da cachaça que atendia ao tráfico, a agricultura de alimentos ganhou espaço nas unidades rurais. Foi exatamente o que aconteceu na Fazenda de Santa Rita do Bracuí:

Hoje em dia o pessoal brasileiro, os governos, tão reconhecendo o que a gente já passou na vida. A comida nossa aqui era lambari e caça... pescava no rio, aí na água doce. [Trabalhavam com o que?] Na roça, o pessoal trabalhava na roça. Minha mãe, na roça, era milho, era feijão, era tudo.²⁴³

Geraldo Romão

Manoel Moraes pertence à família do carpinteiro Antônio Joaquim da Silva²⁴⁴, um dos herdeiros do Breves descrito no testamento da Fazenda Santa Rita do Bracuí:

²⁴⁰ Ibid.

²⁴¹ Acervo UFF Petrobrás Cultural, Dvd n. 01.0026.

²⁴² Acervo UFF Petrobrás Cultural, Dvd n. 01.0027.

²⁴³ Acervo UFF Petrobrás Cultural, Dvd n. 01.0026.

²⁴⁴ Ver genealogia em anexo.

Antônio Joaquim da Silva era pai do meu avô João Antônio da Silva (...). Por parte de mãe. [Como chamava sua mãe?] Benedita Antônia da Silva. Ela era filha de João Antônio Silva. (...) Antônio Joaquim da Silva foi escravo.²⁴⁵

Manoel Moraes

Além de sua mãe ser descendente de escravo, Manoel Moraes possui a memória da escravidão também por parte de pai. Como nos conta, um de seus bisavôs era preto forro: “É, o avô do Antônio Benedito de Moraes é que é apelidado de Preto Forro, né”.²⁴⁶ As histórias do tempo da fazenda foram transmitidas pelo tio materno:

O meu tio, aquele João, ele é Antônio João da Silva, irmão da minha mãe, filho do João Antônio, caçula. Ele sempre... ele conversava muito comigo. Conversava muito comigo e falava sobre o Breves, falava sobre os escravos, contava a história dos escravos.²⁴⁷

Manoel Moraes

Outro ponto que Manoel Moraes ilumina acerca do século XIX refere-se ao trabalho exercido pelo seu bisavô e a circulação deste em diversas regiões fora da Fazenda Santa Rita. Novamente aparece a memória do engenho e da produção da cachaça, claramente vinculada ao negócio do tráfico transatlântico de escravos:

Então o meu avô, desculpa, o meu bisavô era... ele trabalhava de... era... trabalhava com madeira, negócio de fazer engenho de cana, aquela roda grande. Então ele ia lá pra cima, né? O Breves mandava lá pra cima [Seu Antônio Joaquim?] Seu Antônio Joaquim, lá pra cima.²⁴⁸

Então o meu bisavô, o meu bisavô, ele trabalhava lá pra cima, pra São Paulo, ai pra cima, né? Ele trabalhava com negócio de... era carpinteiro, consertava engenho de cana, aquela roda grande e parece que... Então ele trabalhava, só tinha ele que trabalhava, pra fazer esse trabalho, e tudo lá pra cima.²⁴⁹

Eu fui criado nessa fazenda, que era a fazenda que produzia açúcar e cachaça, aguardente, né... que é essa história que nós falamos, pra modo de chegar... pra modo de ter... pra poder fazer embarcação, embarcar essas mercadorias. Então criaram um trapiche que é uma ponte de pedra até um pouco fora, mas não pra modo de ir muito longe (...).²⁵⁰

Manoel Moraes

²⁴⁵ Acervo UFF Petrobrás Cultural, Dvd n. 01.0020.

²⁴⁶ Ibid.

²⁴⁷ Ibid.

²⁴⁸ Ibid.

²⁴⁹ Acervo UFF Petrobrás Cultural, Dvd n. 01.0064.

²⁵⁰ Acervo UFF Petrobrás Cultural, Dvd n. 01,0020.

O trabalho familiar na roça exercido pelos pais de Manoel Moraes marca a passagem do trabalho escravo para o livre, dando continuidade às atividades de lavoura constituídas a partir da brecha camponesa. As antigas famílias escravas, no momento da libertação, continuaram a morar e a trabalhar nas terras da fazenda recebidas por herança. Formou-se, assim, o campesinato negro originário do fim da escravidão nas áreas rurais de Angra dos Reis.

[Os seus pais trabalhavam na roça?] Trabalhavam na roça (...). O café nós plantamos, mas o café, todo mundo tinha café. (...) pra vender não, só pra despesa da casa. Nos vendia era milho, era farinha de mandioca, arroz, aipim, banana... aí foi cabando. Quando acabou a cachaça... nós vivia dessas coisas, né, cachaça e feijão, arroz, milho. Nós vendia e nós ficava um pouco pra nos comer. Mas aí garraram com plantação de banana, ne? Fracassou essas mercadorias pequenas, essas coisas miúdas, aí vieram os cachos de banana. Aí o pessoal encheu o terreno tudo de banana, só banana.²⁵¹

Manoel Moraes

A construção do cemitério para os escravos que até hoje existe na beira da praia, à frente da área onde se localiza o Quilombo de Santa Rita do Bracuí, é outro ponto que aparece nos depoimentos de Manoel Moraes:

essa Igreja, que ta aqui, na época da escravidão, aqui não tinha cemitério, o cemitério era na Ribeira, era três horas mais ou menos de remos, aquelas canoas, a gente remando, né? Daqui na Ribeira, né?

(...)

Então o comendador de Souza Breves, que era o dono dos escravos, o senhor dos escravos, ele permitiu que fizesse um cemitério aqui, aí ficou procurando essas beira de morro aí, nenhum lugar serviu para fazer o cemitério. Então desceu um mucado mais pra baixo, o procurador olhando, então achou esse lugar aqui.

(...)

Fez cemitério, negando que podia servir as pessoas particulares, só as da escravidão, só da fazenda, né? E a porta do cemitério, da Igreja, por exemplo, do cemitério, ficou do lado de cima da serra, apresentando que também só o povo do lugar poderia entrar. E as autoridades, a prefeitura não poderia se envolver, que era um cemitério particular.²⁵²

Manoel Moraes

²⁵¹ Ibid.

²⁵² Acervo UFF Petrobrás Cultural, Dvd n. 01.0064.

A questão da terra

A comunidade remanescente de quilombo de Santa Rita do Bracuí descende dos antigos escravos da fazenda do comendador José Joaquim de Souza Breves. Ela se formou em meados do século XIX, a partir do processo ampliação dos núcleos familiares nas grandes unidades rurais escravistas que resistiram às transformações econômicas ocorridas em Angra dos Reis (abolição do tráfico transatlântico de escravos e abertura da Estrada de Ferro D. Pedro II).

Por esta razão, a comunidade de Santa Rita do Bracuí tem garantido pelo Estado brasileiro o direito de permanecer em suas terras, de acordo com o artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da atual Constituição brasileira:

Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

É fundamental observar, entretanto, que a comunidade já havia adquirido este direito em 1879, com o falecimento de José de Souza Breves e a abertura do seu testamento. Nele, como vimos, ficou registrada a doação da Fazenda Santa Rita para os agregados da mesma – antigos escravos do comendador. Registrou-se, ainda, que as terras pertenceriam à descendência daqueles herdeiros:

Declaro que (...) a sucessão de direitos dos meus agregados e libertos, isto é, passadas as três gerações que a lei concede, essas terras serão de pleno direito daqueles que existirem.²⁵³

Por não possuírem em mãos o documento que comprovava a posse por direito daquelas terras, as gerações posteriores sofreram uma série de ataques externos que colocavam em risco a permanência na propriedade.

Internamente, as famílias respeitavam os espaços estabelecidos, e conviviam sem conflito por demarcações de terreno:

antigamente isso tudo aqui, isso tudo era lama, matagal, uma casinha ali, outra aqui. Cada um respeitando o lote um do outro. Nós ficávamos um distante do outro porque se (...) ficava aquele espaço, né. Bocado de terra cheio de mato, um caminhozinho, uma trilhazinha pra eu passar pra lá. [E todo mundo sabia o tamanho do seu lote?] Todo mundo sabia, qualquer um.

²⁵³ Inventário de José de Souza Breves (Testamento. Vol. I, folhas 157 (verso) a 161). Acervo do museu do TJRJ.

Nós fazia uma carreira de (vara), cercava... fincava pau, todo mundo respeitava. Uma carreira de banana, a gente plantava: “isso aqui é prata”. Plantava ouro: “prata pra cá, do fulano, pra lá, já não é mais”.²⁵⁴

Manoel Moraes

Para os de fora, a demarcação dos limites territoriais e a herança para os libertos desde o início se colocavam como problema. Em um documento escrito pelo testamenteiro Joaquim José de Souza Breves – irmão do falecido proprietário da Fazenda Santa Rita – nota-se que havia o interesse em submeter a propriedade do Bracuí na partilha junto com os outros bens, ignorando a vontade do inventariado em deixar as terras para os agregados:

Além destas razões ainda é urgente fazer grande despesa por conta do espólio com a demarcação das fazendas Bracuí e Cachoeirinha conforme dispôs o testador, sendo que no Bracuí já tentei efetuar essa medição com um agrimensor, porém apesar de muitas dificuldades e incômodo todo esse serviço ficou inutilizado porque o rumo corrido abrange grande parte das terras da fazenda e até mesmo o local da casa e do engenho o que me obrigou a suspender a medição esperando brevemente achar melhores informantes visto não aparecerem alguns marcos e pela posterior em formação que me prestou o advogado a qual apresento com o documento sob o n. [em branco] se reconhece que fazendo-se uma nova medição, ficará sanada a dúvida e o prejuízo dos terrenos como parece terem os legatários em favor dos quais ordenou o testador que se mande proceder a medição e que se faça a divisão a custa de espólio sendo que este dispêndio no Bracuí e Cachoeirinha, não pode montar em menos de 12 a 20 contos de réis e todo esse trabalho pretendo realizar antes de proceder a sobrepartilha.²⁵⁵

A referida medição nunca foi feita. Os herdeiros da fazenda Santa Rita do Bracuí continuaram a viver em suas terras como antes. Cada família conhecia seus limites territoriais sem interferir nos limites das famílias vizinhas. O engenho e a casa de farinha permaneceram sob uso coletivo, da mesma maneira como era no tempo do cativo. A ausência de demarcação territorial na antiga Fazenda Santa Rita em termos legais não causou problemas diretos para os herdeiros e seus descendentes, pois os espaços eram respeitados por todos.

Entretanto, muitos não aceitavam que uma comunidade originária de escravos pudesse ser dona de um patrimônio daquela dimensão, com terras desde o pé da serra até a beira da praia. A situação piorou ao longo do século XX, sobretudo a partir da abertura da rodovia Rio-Santos, na década de 1970.

²⁵⁴ Acervo UFF Petrobrás Cultural, Dvd n. 01.0020.

²⁵⁵ Inventário de José de Souza Breves (Prestação de contas do testamenteiro. Vol. 3, folhas 603 a 605). Acervo do museu do TJRJ.

Apesar das incontáveis tentativas de retirar as terras da comunidade de Santa Rita do Bracuí, seus membros garantiram a permanência nas mesmas através de uma trajetória de coragem e de luta. Desde a conquista da brecha camponesa a valorização da vida familiar, os laços comunitários, o uso coletivo dos meios de produção e a importância da terra para a sobrevivência, são elementos transmitidos pela oralidade e que aparecem enraizados na memória dos atuais moradores. Assim, os mais novos assumem a responsabilidade de enfrentar os desafios que se colocam no presente mantendo os ensinamentos do passado.

Conclusão

Recuperar o papel da cachaça no litoral sul fluminense significa chamar atenção à uma de suas principais funções, entre as últimas décadas do século XVIII e meados do XIX: proporcionar aos negociantes do Rio de Janeiro a obtenção de escravos nos diversos mercados da costa africana. Utilizada como moeda de troca no interior deste continente, a geribita, como foi chamada, se tornou uma das principais atividades econômicas desenvolvidas em Parati e Angra dos Reis, que durante muito tempo dominaram as importações da bebida no porto carioca.

Ao lado da agricultura de alimentos²⁵⁶ e do comércio, portuário e de serra acima, a produção da cachaça foi uma constante na vida daquelas cidades. Parati, que também é sinônimo da bebida, ainda hoje mantém a tradição de produzir o destilado de forma artesanal. Na medida em que aumentava a demanda por mão de obra cativa, seja na Colônia ou no Império do Brasil, crescia a procura pela cachaça. Assim, a expansão desta produção esteve diretamente ligada à expansão do escravismo brasileiro, até meados do Oitocentos.

Quando o Estado imperial deu início à repressão efetiva ao tráfico transatlântico de escravos, em 1850, as atividades envolvidas com o negócio foram rapidamente abandonadas. Desde a primeira tentativa de proibição, em 1831, novos pontos de desembarque surgiram ao longo da costa fluminense gerenciados por proprietários que até então não se envolviam nos assuntos do tráfico, como os irmãos Breves, em Angra dos Reis. Ao lado deles, outros agentes viram a oportunidade de aumentar os lucros e, conseqüentemente, a fabricação da cachaça tornou-se comum nas unidades rurais. Por estas razões, o fim definitivo das travessias atlânticas representou a crise imediata desses setores.

A perda dos mercados africanos para a cachaça levou à falência muitas unidades rurais, sobretudo aquelas que não possuíam outras atividades ou tinham nesta produção a sua única fonte de lucro. Foram estas unidades que contribuíram para a reposição da força de trabalho nas *plantations* do Vale do Paraíba, através da venda de seus cativos via tráfico interno. As propriedades mais estruturadas ainda conseguiram redirecionar a

²⁵⁶ Junto à produção de alimentos, a maioria dos inventários selecionados para este trabalho apresentou elementos que indicavam a pesca, como canoas e redes. Não aprofundamos sobre este tema pelo fato de priorizarmos a agricultura e sua relação com a produção da cachaça. Os citados trabalhos de Marcia Vasconcellos e Almir Henrique da Costa Filho oferecem um estudo mais detalhado sobre as atividades pesqueiras. Cf.: VASCONCELLOS, *Famílias escravas em Angra dos Reis...*, e FILHO, op. cit.

produção para o cultivo do café, que cada vez mais ganhava importância em meados do século, e permanecer com os escravos. Vale ressaltar que havia um mercado interno consumidor da cachaça que manteve a fabricação da bebida em menor escala.

A abertura da Estrada de Ferro D. Pedro II, ligando o interior da província fluminense diretamente ao Rio de Janeiro, provocou mais uma crise nos setores vinculados ao comércio portuário. Para os proprietários que sobreviveram ao impacto do fim do tráfico transatlântico, este acontecimento encerrou a última possibilidade de desenvolvimento econômico.

Entretanto, o contexto da segunda metade do século XIX abria caminhos para a ampliação da agricultura de abastecimento. Muitas unidades rurais haviam vendido seus escravos para fora do município angrense, fato que contribuía para o enfraquecimento do escravismo na região e o estabelecimento de relações de trabalho fora deste sistema. Junto a isto, as comunidades escravas se fortaleciam cada vez mais através dos casamentos e dos laços identitários, forçando a ampliação de direitos adquiridos pelo costume, como o acesso a parcelas de terra.

O caso da Fazenda de Santa Rita do Bracuí exemplifica parte do processo que analisamos: do envolvimento do proprietário José Breves no tráfico clandestino de escravos africanos, passando pela produção da cachaça, até o desenvolvimento da agricultura de alimentos. Esta, realizada pelo conjunto de escravos que permaneceram no litoral sul fluminense após 1850, coexistia com as roças próprias das famílias cativas – uma conquista que pode ter sido mais comum do que a historiografia apontou até agora.

Bibliografia

Fontes

Inventários do museu do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ)

Entrevistas do acervo UFF Petrobrás Cultural – Angra dos Reis

Almanak Laemmert

Livros e artigos

ABREU, Martha. “O caso do Bracuhy”, in MATTOS, Hebe e SCHNOOR, Eduardo (orgs.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Top Books, 1995. pp. 165-195.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. Formação do Brasil no Atlântico Sul – séculos XVI e XVII. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia completa* – conforme as disposições do autor. 1ª. ed., Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

CARDOSO, Ciro F. *Escravo ou Camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. 1ª. reimpressão. São Paulo: ed. Brasiliense, 2004.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira, 1978.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento, Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERREIRA, Roquinaldo. “Dinâmica do comércio intracolonial: geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII)”, in FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 339-378.

FILHO, Almir Henrique da Costa. *Sobrevivendo a lógica agrário-exportadora: Paraty na segunda metade do século XIX*. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em História) – UERJ, 2004.

- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1997.
- FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- _____; FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840* – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. 2ª. edição. São Paulo: ed. Ática, 1991.
- GURGEL, Heitor & AMARAL, Edelweiss. *Paraty, caminho do ouro*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1973.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Guanabara*. Rio de Janeiro: IBGE, 1964.
- LARA, Silvia H. & PACHECO, Gustavo (orgs.). *Memória do Jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein*. Rio de Janeiro: ed. Folha Seca; Campinas, SP: ed. Cecult, 2007.
- LIMA, Honório. *Notícia histórica e geográfica de Angra dos Reis*. 2ª ed. Angra dos Reis: Prefeitura Municipal, 1972.
- LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco C. T. da. “A questão da agricultura de subsistência”. In: WELCH, Clifford A. [et al.]. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. V. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. pp. 117 – 133.
- LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. *O império dos Souza Breves nos Oitocentos: política e escravidão nas trajetórias dos Comendadores José e Joaquim de Souza Breves*. Niterói. Dissertação (Mestrado em História) - UFF, 2010.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Tradução Milton da Silva Rodrigues. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
- MATTOS, Hebe e SCHNOOR, Eduardo (orgs.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Top Books, 1995.
- _____. *Das Cores do Silêncio: os significados da Liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- _____ & ABREU, Martha. “Jongo, registros de uma história”. In: LARA, Silvia H. & PACHECO, Gustavo (orgs.). *Memória do Jongo: as gravações históricas de*

- Stanley J. Stein. Rio de Janeiro: ed. Folha Seca; Campinas, SP: ed. Cecult, 2007. pp. 69 – 106.
- ____ & RIOS, Ana Lugão. “Para além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-Abolição”. In: CUNHA, Olívia M. G. da; GOMES, Flávio dos S. (orgs.). *Quase Cidadão – histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. pp. 55 -78.
- MATTOSO, Kátia de Q. *Ser escravo no Brasil*. Trad. J. Amado. São Paulo: ed. Brasiliense, 1982.
- PIZARRO, José de Souza Azevedo. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, vol. 3. Imprensa Nacional, 1945.
- PRADO JR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: ed. Brasiliense, 2004.
- REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. 2ª. reimpressão. São Paulo: ed. Companhia das Letras, 2005.
- RIOS, Ana Lugão, MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira, 2005.
- SANTOS, Corsino Medeiros dos. *O Rio de Janeiro e a Conjuntura Atlântica*. Rio de Janeiro: Ed. Expressão e Cultura, 1993.
- SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Tradução: Jussara Simões. Bauru, SP: ed. Edusc, 2001.
- SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista Nera*, Presidente Prudente. Ano 8, n. 7, jul./dez. 2005. PP. 1-21.
- SLENES, Robert. *Na Senzala Uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: ed. Nova Fronteira, 1999.
- ____; Robert; VOGT, Carlos; FRY, Peter. *Cafundó: a África no Brasil: linguagem e sociedade*. São Paulo: ed. Companhia das Letras, 1996.
- SOUZA, Marina de Mello e. *Parati: a cidade e as festas*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.
- SPIX & MARTIUS. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Vol. 1. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- STEIN, Stanley J. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Tradução: Vera Bloch Wrobel. Rio de Janeiro: ed. Nova Fronteira, 1990.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VASCONCELLOS, Marcia C. R. de. *Nas bênçãos de Nossa Senhora do Rosário: relações familiares entre escravos em Mambucaba, Angra dos Reis, 1830 a 1881*. Niterói. Dissertação (Mestrado em História) - UFF, 2001.

_____.
VIANA, Oliveira. “Distribuição geográfica do cafeeiro no Estado do Rio”. In: *O Café no Segundo Centenário de sua Introdução no Brasil*. Rio de Janeiro: DNC, 1934.

WELCH, Clifford A. [et al.]. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. V. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WOLF, Eric. *Antropologia e Poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

Artigos eletrônicos

CERQUEIRA, Sandra. “Regularização Fundiária das Terras Quilombolas: aspectos teóricos e práticos”, disponível em:

http://www.iterj.rj.gov.br/docs/artigo_sandra_cerqueira_versao_atualizada.doc.

SANTOS, Juliana. “Boitempo: a recordação em Carlos Drummond de Andrade”. *Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas*, Porto Alegre: PPG-LET-UFRG, vol. 02, n. 02, jul/dez, 2006. Disponível em:

seer.ufrgs.br/NauLiteraria/article/download/4872/2787.

Anexos

Inventários selecionados: Comarca de Angra dos Reis (1800-1900). Museu do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJRJ

ANO	INVENTARIADO	INVENTARIANTE
1811	Antonia Maria de Jesus	Francisco Feliz Pinto
1818	Jose Luiz da Silva	Maria Joaquina
1821	Antonio da Costa Mattos	Anna Maria da Conceição
1824	Felisberto Thomaz de Oliveira	Francisco Thomaz de Oliveira
1828	Anna Pimenta da Glória	Eugenio Jose Pimenta
1829	João Alves Maciel	Joaquim Joze dos Santos Maciel
1832	Antonio Boir da Silva Barreto	Ana Cândida de Jesus e outros
1833	Maria Jose da Conceição	Jose Maria Louzada
1835	Antonio Jose Lemos	Archangela Theodora
1838	-	Bernardina Roza de Avila
1839	Antonio Rodrigues Coelho	Maria de Jesus Noronha e outros
1842	Maria Thereza de Jesus	Genoveva Maria de Jesus
1845	-	Joaquim de Souza Martins
1846	Custodia Maria de Jesus	Francisco Manoel do Espírito Santo
1847	Antonio da Costa Goulart	Manoel da Costa Goulart
1849	Theresa Maria de Jesus	Antonio Monteiro Pereira
1850	Emerencianna Maria Joaquina	Antonio Jose de Souza
1851	Anna Maria das Dores	Antonio Joaquim Martins Guimarães
1851	Ana Maria do Espírito Santo	Manoel de Oliveira Gomes
1853	Francisco Luiz da Franca Bernardes	Antonio Francisco Correa Vianna
1856	-	Antonio Joaquim da Silva
1857	Victoriano Coelho de Souza	Milena Maria do Espírito Santo
1859	João Alves Marinho	Anna Maria Roza
1861	-	Jesuína Engracia Louzada
1862	João Antonio dos Santos Bulle	Francisco Jose d'Almeida
1863	Rosa Maria da Conceição	Manoel Silvestre de Oliveira
1864	Manoel Pedro Gomes	Ludovina Maria de

	de Castro	Azevedo Castro e outros
1866	-	Francisco Jose da Silva
1867	José Francisco de Souza	Josefina Maria da Silva
1869	Maria da Conceição Lara	João Antonio Sabino Boaventura
1871	Francisca Maria da Lapa	Antonio Jose de Souza
1872	Antonio Alves d'Oliveira Lara	Joaquim Jordão da Silva Vargas e outros
1875	Manoel José Peixoto	Cândida de Carvalho Peixoto
1877	João Raimundo da Camara Barreto	João Chrystomo de Araújo Pereira
1879	-	Manoel Plácido Tavares
1881	José Antonio Dias	Angélica Maria Leossos e outros
1881	-	Maria Luiza de Mattos
1883	Joaquim d'Oliveira Torres	Anacleto Francisco Torres
1889	Manoel Matheus da Silva	Antonio Gonçalves da Silva
1891	Thereza Ferreira de Sampaio	Ventura José de Freitas e outros
1895	Emilia Ferreira Borba	Manoel José de Azevedo Borba
1897	José de Souza Miranda	Idalina Maria da Conceição
1900	Joaquim José Pires	Angélica Maria da Conceição

***Lista de produtores de cachaça de Angra dos Reis indicados
no Almanak Laemmert (1850-1870)***

AGOSTINHO ALVES DIAS
ANGELO DE MOURA GUIMARÃES
ANTONIO FERREIRA DA CRUZ
ANTONIO JOSÉ DA COSTA
ANTONIO JOSÉ DA COSTA JUNIOR
ANTONIO JOSÉ DO SIM
ANTONIO JOSÉ NOGUEIRA
ANTONIO TEIXEIRA DA CUNHA LOUSADA & IRMÃOS
BERNARDO JOSÉ DOS SANTOS
BERNARDO TEIXEIRA CUNHA
BERNARDO TEIXEIRA DA CUNHA LOUSADA
CUSTODIO RAMOS FIGUEIRA
D. EMERENCIANA MARIA GONÇALVES
D. JOAQUINA NOGUEIRA BARBOSA
D. MARIA JOAQUINA LEAL TRAVASSOS
D. PORFIRIA ROSA DE OLIVEIRA
DOMINGOS FERREIRA DA SILVA LESSA
DOMINGOS JOSÉ GOMES RIBEIRO
DR. CARLOS FREDERICO CASTRIOTO
DR. JOSÉ DA SILVA GUIMARÃES
DR. MATHEOS JOSÉ FIRME
ESTEVÃO JOSÉ PEREIRA
FELIPPE NERY MENDES DE CARVALHO
FRANCISCO ANTONIO PINTO
FRANCISCO PEREIRA PEIXOTO GUIMARÃES
FRANCISCO SOARES FERREIRA
HERDEIROS DE ANTONIO JOSÉ DA COSTA
HERDEIROS DE BERNARDO JOSÉ DOS SANTOS
HERDEIROS DE BERNARDO TEIXEIRA DA CUNHA
LOUSADA
HERDEIROS DE JOSÉ FELIX DE ALMEIDA PROENÇA
HERDEIROS DO COMENDADOR ANTONIO JOSÉ
NOGUEIRA
HERMENEGILDO JORDÃO DA SILVA VARGAS
JOÃO JOSÉ DE CARVALHO
JOÃO LUIZ FERREIRA
JOÃO PAULO LORETI
JOÃO PEDRO DE ALMEIDA
JOÃO RAYMUNDO DA CAMARA
JOÃO RAYMUNDO DA CAMARA BARRETO
JOÃO RAYMUNDO DA CAMARA SOBR. E C.
JOÃO RAYMUNDO DA CAMARA SOBRINHO
JOÃO VENANCIO ALVES DE MACEDO
JOAQUIM ALVES DE CARVALHO
JOAQUIM JOSÉ RODRIGUES GUIMARÃES
JOAQUIM JOSÉ TRAVASSOS
JOAQUIM RODRIGUES GUIMARÃES
JOSÉ ANTONIO TRAVASSOS
JOSÉ CAETANO TRAVASSOS & IRMÃOS
JOSÉ DE SOUZA BREVES

JOSÉ ESTEVES PENNA FIRME
JOSÉ FELIX DE ALMEIDA
JOSÉ FÉLIX DE ALMEIDA PROENÇA CAMPOS (FALECIDO)
JOSÉ MARIA DOS REIS TROVÃO
JOSÉ MARQUES NOGUEIRA
JOSÉ PEDRO GOMES DE CASTRO
JOSÉ PORFIRIO DE LIMA
JOSÉ SOARES FERREIRA
LUIZ ANTONIO DE SOUZA
LUIZ PAES DE ALMEIDA
MANOEL ANTONIO FERREIRA
MANOEL ANTONIO PEREIRA
MANOEL DA MAIA BASTOS
MANOEL ESTEVES DA NOBREGA (CONEGO)
MANOEL ESTEVES RAMOS
MANOEL FERREIRA DA CRUZ
MANOEL JORDÃO DA SILVA VARGAS
MANOEL JOSÉ DA COSTA TEIXEIRA
MANOEL JOSÉ PEIXOTO
MANOEL LOBO SALGADO
MANOEL MAIA BASTOS
MANOEL PEDRO GOMES CASTRO
MANOEL TAVARES DA SILVA
MANOEL TEIXEIRA DA CUNHA
PAULO EMILIO DE MOURA BRITO
PAULO JOSÉ DE MAGALHÃES
PEDRO JORDÃO SILVA VARGAS
PEDRO JOSÉ TRAVASSOS (MAJOR)
PEDRO SOARES FERREIRA & C. A.
RAYMUNDO JOÃO DA CAMARA
RELIGIOSOS DO CARMO
TEIXEIRA & AMIGOS
THOMAZ LEAL DE MACEDO
THOMÉ ALVES DIAS
VICENTE HUÉT DE BACELLAR PINTO GUEDES (MAJOR)
VIUVA ALVES DIAS & FILHOS
VIUVA BARBOSA
VIUVA COSTA JUNIOR
VIUVA DE RAYMUNDO
VIUVA LOBO & FILHO
VIUVA PENNA FIRME & FILHO

Genealogias